UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA
PORTUGUESA

FÁBIO FERNANDO LIMA

**Metadiscursividade e persuasão em entrevistas com candidatos à Prefeitura
de São Paulo**

São Paulo
2009

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA
PORTUGUESA

**Metadiscursividade e persuasão em entrevistas com candidatos à Prefeitura
de São Paulo**

Fábio Fernando Lima

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Filologia e Língua Portuguesa do
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas
da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo, para
obtenção do título de Doutor em Letras.

Orientador: Profa. Dra. Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira
Andrade

São Paulo
2009

FOLHA DE APROVAÇÃO

Fábio Fernando Lima
Metadiscursividade e persuasão em entrevistas
com candidatos à Prefeitura de São Paulo

Tese apresentada ao Departamento de Letras
Clássicas e Vernáculas da Universidade de
São Paulo para obtenção de título de Doutor.
Área de Concentração: Filologia e Língua
Portuguesa

Aprovada em: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Em função de tudo o que minha mãe representou na minha formação ética e profissional. Ao Cleomar, pela crença inabalável e apoio incessante no decorrer desta jornada. A eles dedico, de coração sincero, não apenas o que possa haver de bom neste trabalho, mas o que houver de melhor na minha natureza.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade, exemplo para minha caminhada profissional, pela amizade e empenho sem medida na elaboração deste trabalho. Ainda que eu o faça com todo o meu esforço, não poderei retribuí-la jamais por todo o bem e confiança a mim dispensados nestes últimos quatro anos.

À minha irmã Cláudia e ao Roberto, pessoas que me auxiliaram em momentos difíceis da minha caminhada. Ao Flavinho pela amizade e cooperação. À Ana Luíza, meu novo amor; ao meu pai, meu eterno amor.

À Profa. Dra. Zilda Gaspar Oliveira de Aquino, pela amizade e incentivo que datam de tempos anteriores a esta pesquisa. Junto à Profa. Dra. Leonor Lopes Fávero, agradeço também pela leitura atenta e por todas as contribuições valiosas dadas a este trabalho. Ao Prof. Dr. Roberto Gomes Camacho, pelo papel desempenhado no curso da minha formação.

À Mirassolândia, celeiro de experiências valiosas que tive, berço do meu gosto pelo discurso.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo auxílio muito digno que permitiu a viabilização desta pesquisa, mediante o processo número 2006/51106-0.

A vida (...) é uma enorme loteria; os prêmios são poucos, os malogrados inúmeros, e com os suspiros de uma geração é que se amassam as esperanças de outra. Isto é a vida: não há planger, nem imprecisar, mas aceitar as coisas integralmente, com seus ônus e percalços, glórias e desdouros, e ir por diante. (...)

Guardadas as proporções, a conversa desta noite vale o Príncipe de Machiavelli. Vamos dormir.
(Machado de Assis. A Teoria do Medalhão)

Eu agora diria a nós (...) ai daqueles e daquelas, entre nós que pararem com a sua capacidade de sonhar, de inventar a sua coragem, de denunciar e anunciar. Ai daqueles e daquelas que, em lugar de visitar de vez em quando o amanhã, o futuro, pelo profundo engajamento com o hoje, com o aqui e com o agora, ai daqueles que em lugar desta viagem constante ao amanhã, se atrelem a um passado de exploração e de rotina.

(Paulo Freire. O Educador: Vida e Morte)

RESUMO

LIMA, F. F. Metadiscursividade e persuasão em entrevistas com candidatos à Prefeitura de São Paulo. 2009. 282 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Este trabalho se propõe a investigar e descrever as relações entre metadiscursividade e persuasão, algo que, embora comumente mencionado nos estudos acerca do metadiscurso, ainda não foi devidamente explicado. Para tal, assumimos como hipótese para a pesquisa o ponto de vista de acordo com o qual tais expressões exercem papel de grande destaque, em especial nos contextos em que se verifica polemicidade na interação, como procedimentos verbais que ancoram o desenvolvimento de estratégias argumentativas, tanto no que se refere às provas objetivas da argumentação, aqui representadas pelo conjunto das estratégias argumentativas inventariadas por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), quanto no que diz respeito às provas subjetivas, especialmente a constituição do *ethos* discursivo.

Consideramos, para isso, a metadiscursividade enquanto estratégia de referenciação, um recurso textual-interativo caracterizado por instituir o próprio discurso enquanto objeto-de-discurso. Por seu turno, a linguagem é vista como forma de ação, espaço privilegiado em que os protagonistas situam-se em relação aos outros e, inseridos em um determinado contexto social, histórico e cognitivo, buscam influenciar, de alguma maneira, seus interlocutores.

Paralelamente, tomando por pressuposto os estudos desenvolvidos sob a Análise Crítica do Discurso, propomos analisar o papel assumido pelos procedimentos metadiscursivos na constituição do exercício do poder e controle interacional.

A fim de alcançar os objetivos propostos, assumimos como embasamento para a pesquisa, além da Retórica, algumas linhas teóricas, propriamente a Análise da Conversação, a Sociolinguística Interacional, a Linguística Textual – todas estas englobadas pela Perspectiva Textual-Interativa – e Análise Crítica do Discurso. Colocadas nesta ordem, buscamos sustentar que tais correntes, em um processo de complementação, associam-se umas às outras, estabelecendo uma espécie de *continuum* teórico, a partir de um eixo baseado na Teoria da Ação Social, capital para o entendimento da linguagem enquanto forma de ação, e do conhecimento como um sistema central compartilhado pelos interactantes.

O *corpus* utilizado constitui-se de duas entrevistas concedidas durante o ano de 2004 ao “Programa Roda Viva”, uma com José Serra e outra com Marta Suplicy, ambos candidatos à Prefeitura de São Paulo, devidamente transcritas de acordo com as normas estabelecidas pelo Projeto NURC.

PALAVRAS-CHAVE: metadiscursividade; persuasão; controle; Perspectiva Textual-Interativa; Análise Crítica do Discurso.

ABSTRACT

LIMA, F. F. *Metadiscursivity and persuasion in interviews given by candidates running for Mayor's Office in São Paulo*. 2009. 282 f. Thesis (Doctoral).— Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

This work aims at investigating and describing the relations between metadiscursivity and persuasion, point not properly scrutinized in spite of being often mentioned in metadiscourse-related studies. In order to do so, this research hypothetically bases upon the relevance of such expressions especially in contexts which turn out to present polemicity in the interaction, such as verbal procedures situating the development of argumentative strategies, both in terms of objective evidences of the argumentation, being held here by the set of argumentative strategies arranged by Perelman and Olbrechts-Tyteca (1996), and in relation to the subjective evidences, especially the constitution of the discursive *ethos*.

It is a major assumption the notion of metadiscourse as a strategy of referenciation, an interactive textual means which instantiates the discourse itself as an object of discourse. In its turn, the language itself is regarded as a form of action, a privileged space in which protagonists situate themselves with respect to others and, as part of a certain cognitive, historical, social context, wish to exercise their influence on interlocutors. It is also taken into consideration Critical Discourse Analysis-oriented studies in order to analyze the role of metadiscursive procedure in the constitution of exercises of power and interactional control. In addition to these fundamentals, the investigation also comprises, besides Rhetoric, theoretical lines of approach of the Conversation Analysis, Interactional Sociolinguistics, Discourse Analysis (Textual Linguistics), — encompassed in the “Interactive Perspective Theory” — and Critical Discourse Analysis.

It is assumed that such theoretical chains are closely related in a complementary fashion, instituting a kind of theoretical *continuum* grounded on an axis related to the Theory of Action, seen as a key notion to the understanding of language as a form of action and knowledge as a central system shared by interactants. The analyzed *corpus* consists of two interviews of the “Roda Viva” Television Program featured in 2004, transcribed according to the NURC Project's transcripts. The interviewees are two opponent candidates running the São Paulo's City Hall namely José Serra and Marta Suplicy.

KEYWORDS: metadiscursivity; persuasion; control; “Interactive Textual Perspective”; Critical Discourse Analysis.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – DISTRIBUIÇÃO QUANTITATIVA DOS ASSALTOS A TURNO NA RELAÇÃO ENTREVISTADORES/ENTREVISTADO OBSERVADOS NA ENTREVISTA COM JOSÉ SERRA.....	183
FIGURA 2 – DISTRIBUIÇÃO QUANTITATIVA DOS ASSALTOS A TURNO NA RELAÇÃO ENTREVISTADORES/ENTREVISTADA OBSERVADOS NA ENTREVISTA COM MARTA SUPPLY.....	184
FIGURA 3 – DISTRIBUIÇÃO QUANTITATIVA DAS MODALIDADES DE METADISCURSO NA ENTREVISTA COM JOSÉ SERRA	186
FIGURA 4 – DISTRIBUIÇÃO QUANTITATIVA DAS MODALIDADES DE METADISCURSO NA ENTREVISTA COM MARTA SUPPLY.....	186
FIGURA 5 – DISTRIBUIÇÃO QUANTITATIVA DAS MODALIDADES DE METADISCURSO ENUNCIADOS POR JOSÉ SERRA.....	187
FIGURA 6 – DISTRIBUIÇÃO QUANTITATIVA DAS MODALIDADES DE METADISCURSO ENUNCIADOS PELOS ENTREVISTADORES NA ENTREVISTA COM JOSÉ SERRA.....	188
FIGURA 7 – DISTRIBUIÇÃO QUANTITATIVA DAS MODALIDADES DE METADISCURSO ENUNCIADOS POR MARTA SUPPLY.....	188
FIGURA 8 – DISTRIBUIÇÃO QUANTITATIVA DAS MODALIDADES DE METADISCURSO ENUNCIADOS PELOS ENTREVISTADORES NA ENTREVISTA COM MARTA SUPPLY.....	189

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – PREMISSAS E PROVAS CORRELATAS.....	108
TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO QUANTITATIVA DOS TIPOS DE REFERÊNCIAS À ESTRUTURAÇÃO DO TEXTO NA ENTREVISTA COM JOSÉ SERRA.....	190
TABELA 3 – DISTRIBUIÇÃO QUANTITATIVA DOS TIPOS DE REFERÊNCIAS À ESTRUTURAÇÃO DO TEXTO NA ENTREVISTA COM MARTA SUPPLY.....	191
TABELA 4 – DISTRIBUIÇÃO QUANTITATIVA DOS TIPOS DE REFERÊNCIAS ÀS INSTÂNCIAS CO-PRODUTORAS DO TEXTO NA ENTREVISTA COM JOSÉ SERRA.....	193
TABELA 5 – DISTRIBUIÇÃO QUANTITATIVA DOS TIPOS DE REFERÊNCIAS ÀS INSTÂNCIAS CO-PRODUTORAS DO TEXTO NA ENTREVISTA COM MARTA SUPPLY.....	194

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
I. CONSIDERAÇÕES INICIAIS E JUSTIFICATIVA.....	14
II. OBJETIVOS.....	18
III. CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	19
IV. METODOLOGIA DE TRABALHO.....	20
V. ORGANIZAÇÃO GERAL DO TRABALHO.....	22
CAPÍTULO I: OS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DE BASE INTERACIONISTA..	25
1.1 A EMERGÊNCIA DOS FATORES DE ORDEM “SOCIAL” NOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS.....	25
1.2 ANÁLISE DA CONVERSAÇÃO E SOCIOLINGÜÍSTICA INTERACIONAL.....	28
1.3 LINGÜÍSTICA TEXTUAL E A PERSPECTIVA TEXTUAL-INTERATIVA.....	34
1.4 A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO.....	40
1.4.1 A POSIÇÃO DE NORMAN FAIRCLOUGH.....	46
1.4.2 A POSIÇÃO DE TEUN A. VAN DIJK.....	52
CAPÍTULO II: A METADISCURSIVIDADE NO CONTEXTO DAS IDÉIAS LINGÜÍSTICAS.....	59
2.1 AS CORRENTES EUROPÉIAS E O METADISCURSO.....	59
2.2 A METADISCURSIVIDADE EM ANDRÉE BORILLO E A INSERÇÃO DE UM PONTO DE VISTA PRAGMÁTICO.....	68

2.2.1 REFERÊNCIA AO CÓDIGO DO DISCURSO.....	70
2.2.2 REFERÊNCIA ÀS CONDIÇÕES ENUNCIATIVAS DO DISCURSO.....	72
2.2.3 REFERÊNCIA À CONSTRUÇÃO DO DISCURSO.....	73
2.2.3.1 A PROGRESSÃO LÓGICA.....	73
2.2.3.2 O ESQUEMA DE COMPOSIÇÃO.....	75
2.2.3.3 O ESQUEMA ARGUMENTATIVO.....	76
2.3 ESTUDOS SOBRE A METADISCURSIVIDADE NO BRASIL: O METADISCURSO COMO UM RECURSO TEXTUAL-INTERATIVO.....	77
2.3.1 O METADISCURSO COMO DISCURSO AUTO-REFERENTE.....	84
2.4 ALGUMAS QUESTÕES PERTINENTES PARA ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>	92
2.4.1 A ADOÇÃO DE UMA PERSPECTIVA “CRÍTICA” À ABORDAGEM DO METADISCURSO.....	97
CAPÍTULO III: RETÓRICA E ARGUMENTAÇÃO NUMA PERSPECTIVA CRÍTICA.....	101
3.1 ARGUMENTAÇÃO E ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO.....	101
3.2 RETÓRICA ARISTOTÉLICA: BREVES CONSIDERAÇÕES.....	103
3.3 OS COMPONENTES OBJETIVOS DA ARGUMENTAÇÃO.....	109
3.3.1 A PROPOSTA DE AQUINO PARA A ORGANIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS.....	116

3.4 OS COMPONENTES SUBJETIVOS DA ARGUMENTAÇÃO.....	117
--	-----

3.4.1 A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO LOCUTOR NO CONTEXTO DAS PERSPECTIVAS INTERACIONISTAS: ALARGANDO A NOÇÃO DE <i>ETHOS</i>	119
---	-----

3.4.2 A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO LOCUTOR NO DISCURSO POLÍTICO.....	123
---	-----

CAPÍTULO IV: PROCEDIMENTOS METADISCURSIVOS E AS RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO E PODER: ESTUDO DOS ASPECTOS RETÓRICOS E TEXTUAIS-INTERATIVOS.....	128
---	------------

4.1 CONFIGURAÇÃO DO PROGRAMA “RODA VIVA”.....	128
---	-----

4.2 A ENTREVISTA COM JOSÉ SERRA.....	130
--------------------------------------	-----

4.3 A ENTREVISTA COM MARTA SUPPLY.....	162
--	-----

4.4 RESULTADO DAS ANÁLISES.....	181
---------------------------------	-----

CONCLUSÃO.....	197
----------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	203
---------------------------------	-----

ANEXOS

ENTREVISTA COM JOSÉ SERRA.....	02
--------------------------------	----

ENTREVISTA COM MARTA SUPPLY.....	39
----------------------------------	----

INTRODUÇÃO

I. Considerações iniciais e justificativa

Há algum tempo, especialmente a partir de Jakobson (1963), que primeiro elaborou o conceito de “função metalingüística” para se referir aos casos em que a mensagem centra-se no próprio código, muitos lingüistas passaram a se dedicar ao estudo da auto-reflexividade, concebida como uma propriedade fundamental da língua. Com o desenvolvimento desses estudos, contamos hoje com uma grande diversidade terminológica, a qual reflete diferentes perspectivas teóricas a respeito da mencionada função: metalingüística, metacomunicação, metalinguagem, metaenunciação, metadiscursividade.

No contexto de uma perspectiva pragmática da linguagem, foi com os estudos apresentados por Borillo (1985) que o interesse pela auto-reflexividade discursiva ganha dimensões maiores, mediante o desenvolvimento da noção de “metadiscurso”. Para a autora, o metadiscurso pode ser definido como “um discurso centrado sobre o código, mas o código tomado em sentido amplo, remetendo tanto à estrutura da língua enquanto sistema, quanto à sua ativação em situação de comunicação” (p.49).

As considerações ora apresentadas por Borillo (*op. cit.*) assumiram posição de destaque no Brasil, inicialmente, por meio dos trabalhos desenvolvidos por Risso (1999, 2000), Jubran (1999, 2002), Risso e Jubran (1998), dentre outros. Em período posterior, com o advento dos estudos sobre referenciação, a metadiscursividade passa a ser considerada como uma estratégia de referenciação, caracterizada por instituir o próprio discurso como objeto-de-discurso.

No entanto, ainda que sejam muitos os estudos desenvolvidos acerca desse assunto, ao dedicarmos uma leitura mais atenta à mencionada bibliografia detectamos algumas lacunas, as quais dão margem para o desenvolvimento de pesquisas certamente interessantes.

A principal delas assenta-se na relação certamente existente entre a auto-reflexividade discursiva e a argumentação, continuamente apontada nesses estudos. Na realidade, já na primeira proposta de organização tipológica dos enunciados metadiscursivos apresentada por Borillo (*op. cit.*), observa-se uma categoria relacionando o metadiscurso à explicitação da estratégia e organização argumentativa do discurso. Nas pesquisas recentes sobre a referenciação metadiscursiva elaboradas por Jubran, a autora estabelece, ao descrever as modalidades de referenciação metadiscursiva, um subgrupo atinente à “indicação de outras fontes enunciativas do discurso para apoio ou refutação de argumentos” (JUBRAN, 2005, p. 223). Dessa maneira, observamos sempre o referimento à ligação entre metadiscursividade e argumentação, embora jamais esse aspecto tenha sido devidamente explicado.

Esse aspecto emerge de modo mais nítido ao nos depararmos com materiais compostos por entrevistas e debates cujas características permitem que sejam classificados como modalidades de interações polêmicas. Ao analisar material dessa natureza, Jubran (1999) constatou que, quanto maior a polemicidade na interação, maior a incidência do metadiscurso, o que nos conduz, conseqüentemente, a associar a metadiscursividade ao movimento de argumentação e contra-argumentação.

Na realidade é possível observar, em interações desse tipo, uma forte recorrência de procedimentos auto-reflexivos, ora incidindo sobre o enunciado do próprio locutor, ora deixando clara a referência à fala do interlocutor, por meio de termos atinentes à atividade discursiva, o que certamente carece ainda de explanações maiores acerca de sua funcionalidade e papel na estrutura da argumentação.

Essa abordagem torna-se particularmente importante se considerarmos a posição geralmente difundida de acordo com a qual a argumentatividade caracteriza toda forma de ação pela linguagem. É essa posição que vem fomentando estudos diversos no quadro atual da pesquisa lingüística, especialmente a partir dos trabalhos desenvolvidos no contexto da Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1996 (cuja ênfase recai no estudo das chamadas “estratégias argumentativas”).

Para as teorias do texto, o uso das estratégias textuais-interativas, dentre elas a referenciação metadiscursiva, tem por finalidade levar o interlocutor a aderir a determinadas teses. Acrescente-se a esse ponto de vista àquele assumido pela Análise Crítica do Discurso que, ao tratar das relações de poder, dominação e ideologia nos textos, considera a persuasão como a maneira genuína de estabelecimento do poder e dominação ideológica nas sociedades modernas.

Partindo de um quadro assim configurado, assumimos como objetivo central, nesta pesquisa, analisar e descrever as relações entre metadiscursividade e a dimensão argumentativa da linguagem, algo que, conforme apontamos, embora muito mencionado nos trabalhos elaborados acerca do assunto, ainda não foi devidamente operacionalizado. Para cumprir essa tarefa, assumimos como hipótese de pesquisa o ponto de vista de acordo com o qual as expressões metadiscursivas exercem papel de grande destaque, em especial nos contextos em que se verifica polemicidade na interação, como procedimentos verbais que ancoram tanto o desenvolvimento de estratégias argumentativas, no plano objetivo da argumentação, quanto aspectos subjetivos, tendo sempre em vista a persuasão. Para esta análise, partimos dos estudos desenvolvidos em torno da Teoria da Argumentação e trabalhos diversos que focalizam e analisam as categorias responsáveis pela construção do *ethos*.

Paralelamente, levando em consideração os estudos desenvolvidos no interior da Análise Crítica do Discurso, defendemos que o metadiscurso apresenta-se como um recurso lingüístico extremamente eficiente para a operacionalização do controle interacional nas entrevistas analisadas, tanto ao atuar nas relações de distribuição do turno conversacional, nas atividades de escolha e policiamento do desenvolvimento tópico, quanto na sinalização da seleção lexical, dentre diversos outros aspectos. Buscamos sustentar que, mediante a análise desses recursos, torna-se possível reconhecer diversas relações de poder que se estabelecem entre os interactantes.

A fim de atingir tais objetivos, o trabalho passa, inevitavelmente, pela investigação, análise e descrição dos diversos usos e funções do metadiscurso na língua falada. Para isso, assumimos a metadiscursividade como um recurso correlacionado ao processamento textual-interativo, caracterizado, especialmente, além da inerente auto-reflexividade, pela instituição do próprio discurso como objeto-de-discurso.

Se esta particularidade associa automaticamente a metadiscursividade à estratégia textual-interativa da referenciação, uma terceira hipótese de pesquisa que procuramos comprovar é a de que o metadiscurso também é caracterizado por englobar parte das características de quase todos os demais recursos textuais-interativos (repetição, paráfrase, correção e parentização), além do processamento de relevo, e deles se diferenciar, simultaneamente, por marcas próprias.

A partir disso, podemos afirmar que, de alguma forma, buscamos contribuir com um pequeno subsídio para as pesquisas desenvolvidas no interior do Grupo Organização Textual-Interativa do Projeto Gramática do Português Falado (PGPF), as quais visam a constituir uma gramática que seja referência para os estudos do português falado, capaz de incorporar, à descrição das formas lingüísticas, seus padrões de envolvimento com a dinâmica interacional.

II. Objetivos

De uma maneira bastante geral, este trabalho assume como objetivo:

– investigar as relações entre a metadiscursividade e a dimensão argumentativa da linguagem, procedendo à análise de duas entrevistas com pré-candidatos à Prefeitura de São Paulo a partir de uma Perspectiva Textual-Interativa e dos estudos desenvolvidos no interior da análise Crítica do Discurso.

Especificamente, os objetivos desta pesquisa são os que seguem:

– destacar o papel da metadiscursividade no discurso polêmico, sustentando que esse recurso apresenta-se como procedimento que ancora o desenvolvimento das estratégias argumentativas, bem como a constituição da persuasão mediante a construção subjetiva da imagem de locutor;

– investigar as funções assumidas pelo metadiscurso no estabelecimento do poder e controle interacional nas entrevistas selecionadas, partindo dos pressupostos teóricos da Análise Crítica do Discurso;

– analisar os diversos usos e funções do metadiscurso na língua falada, sustentando que o mesmo, além de estar associado à estratégia textual-interativa da referenciação, engloba parte das características de quase todos os demais recursos (repetição, paráfrase, correção e parentização), além do processamento de relevo;

– apresentar as perspectivas teóricas assumidas enquanto um *continuum*, às voltas com a ênfase na cognoscibilidade dos falantes/agentes sociais formuladas pela Teoria da Ação Social.

III. Constituição do *corpus*

A fim de comprovar empiricamente as considerações e hipóteses ora levantadas, a pesquisa se desenvolve a partir da análise de material composto efetivamente por entrevistas televisivas com políticos. Optamos por duas entrevistas veiculadas pelo Programa “Roda Viva”, da TV Cultura, durante o período da pré-campanha eleitoral para as eleições de 2004 à Prefeitura de São Paulo. Nesse período, já havia definição sobre os candidatos, e os temas que permearam aquela campanha já estavam em pauta.

A primeira dessas entrevistas foi gravada com o pré-candidato José Serra, do PSDB, em 17 de maio de 2004, e a outra com a Prefeita Municipal de então e pré-candidata à reeleição, Marta Suplicy, no dia 28 de junho de 2004. Tais entrevistas foram por nós devidamente transcritas de acordo com as normas estabelecidas pelo Projeto Norma Urbana Culta (NURC) (cf. Preti, 1999).

A escolha das entrevistas televisivas como material de análise para este trabalho justifica-se, em primeiro lugar, pelo levantamento realizado por Cunha (1999), que correlaciona a manifestação do metadiscurso¹ e diferentes gêneros discursivos, correspondentes aos três inquéritos do NURC: DID (Diálogo entre Dois Informantes), EF (Elocução Formal) e D2 (Diálogo entre Dois Informantes).

Como resultado, a autora observa uma incidência maior de formas metadiscursivas nos inquéritos do tipo DID, bastante parelhos ao gênero entrevista (78,5% dos casos), modalidade

¹ Muito embora a autora enfoque a auto-reflexividade discursiva sob o prisma da metaenunciação, aproximamos aqui livremente essa noção ao conceito de metadiscurso, por considerarmos ambos extremamente semelhantes.

em que o locutor é colocado em posição de produzir seu discurso sem a participação efetiva do interlocutor. Nas Elocuções Formais essas formas são pouco freqüentes (17,8%), enquanto nos Diálogos entre Dois Informantes são mais raras ainda (3,7%).

Adicione-se o fato de se tratar de duas entrevistas caracterizadas pela polêmica (embora seja possível observar, na entrevista com Marta Suplicy, um grau de tensão maior), conforme tendência geral das entrevistas do Programa Roda Viva com políticos, especialmente em período eleitoral, o que, conforme afirmamos, facilita a pulverização do metadiscurso.

IV. Metodologia de trabalho

Para a execução do trabalho foi operado, inicialmente, um aprofundamento teórico das perspectivas da Lingüística que assumem a interação verbal como realidade fundamental da língua, bem como dos estudos contemporâneos sobre a Retórica e a Análise Crítica do Discurso.

No que se refere à análise dos dados, iniciamos a pesquisa com a transcrição das entrevistas, as quais seguem em forma de anexo a este trabalho. A transcrição foi operada em conformidade com as normas estabelecidas pelo projeto NURC (cf. PRETI, 1999, p. 11-12), convencionadas da seguinte maneira:

Ocorrências

Sinais

Incompreensão de palavras
ou segmentos

()

Hipóteses do que se ouviu

(hipótese)

Truncamento

/

Entoação enfática

maiúsculas

Alongamento de vogal ou consoante	::
Interrogação	?
Qualquer pausa Reunido	...
Comentários descritivos	(())
Superposição: simultaneidade de vozes	ligando [as linhas
Citações literais, reproduções de discurso direto, durante a gravação	" "

Observações:

1. Iniciais Maiúsculas: não se usam em início de períodos, turnos e frases.
2. Fáticos: ah, éh, eh, ahn, uhn
3. Nomes de obras ou nomes comuns estrangeiros são grifados.
4. Números: por extenso.
5. Não se indica o ponto de exclamação.
6. Não se anota o cadenciamento da frase.
7. Podem-se combinar sinais.
8. Não se utilizam sinais de pausa típicos da língua escrita, como ponto-e-vírgula, ponto final, dois pontos, vírgula.

Após essa etapa, a trajetória da investigação seguiu com a tabulação de todas as ocorrências de referenciação metadiscursiva, as quais totalizaram exatamente 450 casos.

A análise dos dados em si mesma partiu do princípio de que é preciso distinguir as ocorrências metadiscursivas de acordo com as categorias estabelecidas por Jubran (2006b) (referências à formulação lingüística do texto, referências à estruturação do texto, referências às instâncias co-produtoras do texto, referência a papéis discursivos e sócio-institucionais e a atividades languageiras e referências ao ato comunicativo) e suas respectivas subcategorias. Levando em consideração as demais tipologias e abordagens apresentadas no Capítulo II do presente trabalho, outras categorias ou subcategorias foram acrescentadas, conforme as necessidades encontradas no decorrer da análise, a fim de atingirmos um nível de descrição mais detalhado.

A concepção metodológica é de uma análise quantitativa sobre a qual se assenta a análise qualitativa, utilizando-se, como ferramenta estatística alguns programas do pacote Varbrul (Sankoff, 1975). É sobejamente conhecido que o Varbrul foi idealizado para o tratamento quantitativo de variáveis sociolingüísticas, mas o tratamento do metadiscurso neste trabalho está muito distante de uma abordagem variacionista. Neste caso, o uso desse pacote estatístico assenta-se apenas no fato de o mesmo constituir-se em uma ferramenta útil e extremamente veloz para o processamento das correlações quantitativas necessárias.

V. Organização geral do trabalho

Quanto à organização do trabalho, o Capítulo I apresenta o percurso de constituição teórica e epistemológica das vertentes da Lingüística que foram adotadas para a concepção e análise do metadiscurso. Enfocando a maneira como cada uma dessas vertentes se relacionou, a partir do recorte operado, com as demais vertentes, bem como com os fatores de ordem social, e tomando em consideração as teorias das Ciências Sociais clássicas que deram suporte para o desenvolvimento desses estudos, subdividimos o capítulo em duas seções distintas, mas indissociáveis. A primeira etapa compõe-se da apresentação da trajetória daquelas que aqui denominamos “vertentes lingüísticas de cunho interacionista” (Análise da Conversação, Sociolingüística Interacional e Lingüística Textual, todas posteriormente agrupadas sob uma mesma perspectiva, a “textual-interativa”) e, na sequência, o percurso de constituição da Análise Crítica do Discurso, esta em consonância com uma Teoria Crítica da sociedade, a qual também é devidamente contextualizada.

Salientamos, nessa etapa, a possibilidade de se estabelecer um *continuum* teórico e metodológico não somente entre as vertentes classificadas como interacionistas, mas, sobretudo, entre estas e a análise crítica.

Ainda nessa seção, são apresentadas as principais noções que norteiam a perspectiva “textual-interativa” do texto, concepção teórica adotada para embasar o desenvolvimento desta pesquisa, enfocando em especial uma visão de linguagem como “forma de ação”, “atividade de interação social” e as intersecções entre tal ponto de vista e a abordagem crítica.

No Capítulo II, abordamos as variadas concepções de “metadiscursividade” em períodos e correntes teóricas distintas na Lingüística, perfazendo um percurso histórico que se inicia, na década de sessenta, com a emergência do conceito de “metalinguagem” nos trabalhos de Jakobson e culmina com a pulverização, na contemporaneidade, de pontos de vista sobre o assunto. Na seqüência, apresentamos um ponto de vista pragmático, textual-interativo sobre o “metadiscurso”, retomando a emergência do conceito, em Borillo (1985) e delineando os seus desdobramentos na Lingüística do Brasil.

Como buscamos estabelecer possíveis eixos de ligação entre o metadiscurso, enquanto um recurso intrinsecamente relacionado às estratégias textuais-interativas de construção do sentido, e a dimensão argumentativa da linguagem, dedicamos o Capítulo III à apresentação do ponto de vista teórico que adotamos acerca do conceito de “argumentação”, propriamente a linha de estudos que se constitui em um desenvolvimento da Retórica Antiga. Retomamos a emergência da Retórica em Aristóteles para explicar os desenvolvimentos recentes acerca do tema, os quais estão materializados, em especial, no “Tratado da Argumentação” de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1959/1996) e em trabalhos diversos dispensados ao tratamento do *ethos* discursivo.

O Capítulo IV engloba a análise dos dados e uma discussão mais detalhada a respeito dos resultados obtidos, com ênfase especial à descrição das múltiplas funções de natureza argumentativa e sócio-interacional desempenhadas pelo metadiscurso em duas entrevistas distintas com candidatos à Prefeitura de São Paulo.

Nas Considerações Finais, fazemos um balanço entre a proposta inicial e os resultados parciais obtidos em nossa pesquisa, buscando verificar as hipóteses centrais formuladas.

CAPÍTULO I

OS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DE BASE INTERACIONISTA

1.1 A emergência dos fatores de ordem “social” nos estudos lingüísticos

O recorte epistemológico que tem acompanhado a evolução da Lingüística desde a sua constituição enquanto ciência moderna, no século XIX, torna imprescindível que, antes mesmo do início de uma pesquisa em si, esta seja contextualizada em um dos aparatos teóricos disponíveis. Dessa forma, além de apontar a posição tomada, faz-se necessário justificar as razões dela, contrapondo-a aos demais caminhos possíveis.

Referimo-nos ao período de constituição da Lingüística enquanto ciência moderna porque naquele momento, a fim de operar a transição para uma fase verdadeiramente autônoma, Saussure (1959) seleciona os fatos que deveriam compor o objeto de estudos dessa ciência. A *langue* (língua), concebida como o verdadeiro objeto de estudos do estruturalismo, caracterizada pelo seu aspecto idealizado, formal, oposta à *parole* (fala), foi o resultado mais conhecido e perceptível desse recorte.

Nesse contexto, considera-se que a fala não está acessível ao estudo sistemático, haja vista que, para a tradição estruturalista, trata-se de uma atividade de natureza puramente individual, moldada de acordo com os desejos e intenções dos indivíduos. O que haveria então de passível para análise científica seria a língua (*langue*) em si mesma, considerada por Saussure como a face sistemática e social da comunicação.

Note que, já nos primórdios da Lingüística, atribui-se à língua um caráter “social”. No entanto, confere-se ao termo uma marca extremamente diversa daquela que buscamos precisar nesta pesquisa. Isso porque, para a tradição estruturalista, o termo “social” refere-se apenas ao

fato de a existência da língua se fundar nas necessidades de comunicação, sem qualquer conotação de que fatores de ordem social interfiram nessa mesma língua.

Foi precisamente a divulgação das idéias de Bakhtin (1994)² no ocidente, a partir da década de sessenta, com seu conjunto de críticas ao estruturalismo (o “objetivismo abstrato”), que abriu espaço para a primeira ruptura teórica e metodológica da Lingüística. Desde essa ruptura, correntes teóricas se multiplicaram, e os fatores de ordem social assumiram papel definitivamente relevante em muitas delas.

Rompe-se, em primeiro lugar, com o idealismo apregoado por Saussure, que tratava a língua, conforme dissemos anteriormente, como um sistema sincrônico, homogêneo, e suas manifestações (a fala) como algo marginal, justamente pelo seu caráter individual e, por isso mesmo, assistemático. Pelo contrário, ao afirmar seu interesse pelos dados reais dos fatos lingüísticos, Bakhtin valoriza justamente a fala, colocada em sua natureza social, e não individual: a fala está intrinsecamente ligada às condições de comunicação que, por sua vez, estão sempre ligadas às estruturas sociais:

Com efeito, é indispensável que o locutor e o ouvinte pertençam (...) a uma sociedade claramente organizada. E mais, é indispensável que estes dois indivíduos estejam integrados na unicidade da situação social imediata (...). Portanto, *a unicidade do meio social e a do contexto social imediato*³ são condições absolutamente indispensáveis para que o complexo físico-psíquico-fisiológico que definimos possa ser vinculado à língua, à fala, possa tornar-se um fato de linguagem. (BAKHTIN, 1994, p.70)

Ou ainda, de acordo com o autor

(...) a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor. *A palavra dirige-se a um interlocutor*⁴: ela é em função da pessoa desse interlocutor: variará se se tratar de uma pessoa do mesmo grupo social ou não, se esta for superior ou inferior na hierarquia social, se tiver ligada ao locutor por laços

² O original de “Marxismo e Filosofia da Linguagem” data de 1929 e foi atribuído ao pseudônimo de V. N. Volochínov.

³ Grifos do autor.

⁴ Idem à nota anterior.

mais ou menos estreitos (pai, mãe, marido, etc.). Não pode haver interlocutor abstrato; não teríamos linguagem comum com tal interlocutor, nem no sentido próprio nem no figurado. (...) é preciso supor um certo horizonte social definido e estabelecido que determina a criação ideológica do grupo social e da época a que pertencemos, um horizonte contemporâneo da nossa literatura, da nossa ciência, da nossa moral, do nosso direito. (BAKHTIN, op. cit., p. 112)

Foi a partir desse ponto de vista, sobretudo da escolha da interação verbal como a realidade fundamental da linguagem, e a conseqüente atribuição ao componente social, à estrutura social, um caráter intrínseco à mesma linguagem, que vertentes diversificadas se disseminaram na Lingüística desde então.

Embora conscientes da multiplicidade de formas pelas quais essas idéias ecoaram, selecionamos, para efeitos desta pesquisa, as perspectivas ditas “interacionistas”, e tratamos de expor, brevemente, o ponto de vista teórico e metodológico de cada uma delas: a Análise da Conversação, a Sociolingüística Interacional e, por fim, a Lingüística Textual. Nessa etapa, buscamos evidenciar que cada uma das vertentes em questão retoma elementos da(s) vertente(s) anterior(es), em um processo de complementação teórica distante de qualquer ruptura epistemológica.

Apontamos ainda que esse processo se completa com a abordagem sociocognitivo-interacionista na Lingüística Textual, bastante profícua para os trabalhos elaborados na área, e com a Perspectiva Textual-Interativa no Brasil, caracterizada por congregar, já em seus pressupostos teóricos, todas as vertentes ora citadas.

Em um segundo momento, tratamos especificamente da chamada “Análise Crítica do Discurso”, caracterizada por eleger, de forma categórica, a estrutura social como capital para a compreensão dos fatos de linguagem, na medida em que parte dessa mesma estrutura para a elaboração de sua teoria e análise. Nessa etapa, buscamos ressaltar a possibilidade de se estabelecer um *continuum* entre as perspectivas interacionistas e a Análise Crítica do Discurso, colocando em relevo o diálogo entre tais concepções e as maneiras como esta aproveitou os elementos desenvolvidos por aquelas perspectivas.

1.2 Análise da Conversação e Sociolinguística Interacional

A primeira perspectiva teórica “interacionista” da Linguística, cujos pressupostos tornaram-se básicos para as perspectivas subseqüentes, emerge intrinsecamente ligada às Ciências Sociais, em particular à Etnometodologia.

Na realidade, durante toda a trajetória de trabalho, até a organização completa de sua teoria em *Studies in Ethnomethodology* (1967/1984), Harold Garfinkel abriu espaço para que uma nova e característica abordagem da análise sociológica emergisse no domínio público, mas não encontrou de imediato, conforme é sobejamente sabido, uma aceitação entusiasmada dentro da comunidade sociológica. Dentre diversos fatores, esse aspecto se deve especialmente ao fato de que, como a Etnometodologia é uma abordagem interpretativa da Sociologia, caracterizada por focalizar a vida cotidiana e tratá-la como um feito dependente de habilidades e dos métodos que as pessoas usam para “produzi-la” (GARFINKEL, 1984), a tendência entre os etnometodólogos foi a de evitar a teoria geral e a discussão de conceitos-chave como classe, poder e ideologia.

Os esforços do trabalho de Garfinkel dirigiram-se para questões conceituais como a Teoria da Ação Social, a natureza da intersubjetividade e a constituição social do conhecimento. Da Teoria da Ação Social, apresentada por Parsons (1937/1964), considerou sobretudo dois aspectos nucleares: em primeiro lugar, o ponto de vista de acordo com o qual os homens se empenham em alcançar metas, a partir de uma direção subjetiva de seus esforços. Em segundo lugar, a posição de que os valores morais interiorizados no curso da socialização podem exercer uma forte influência tanto sobre os fins quanto sobre os meios pelos quais esses fins são procurados. Na medida em que esses valores são institucionalizados no seio de uma sociedade – em última análise, na forma de um sistema central de valores -, a

coesão social emerge então na partilha de objetos e expectativas, a partir da qual decorrem os modelos de atividade coordenada.

No entanto, contrapôs-se ao ponto de vista parsoniano, conforme afirma Heritage (1999), em relação ao fato da Teoria da Ação enfatizar em demasia as questões motivacionais e diminuir, paralelamente, a preocupação com as maneiras pelas quais os agentes sociais coordenam suas ações e as orientam ao longo de seu curso⁵, o que por certo vem a ser central para qualquer análise genuína da ação social. “Nesse sentido crítico, Parsons não logrou em absoluto construir uma Teoria da Ação, mas formulou, em vez disso, apenas uma teoria de disposições para agir” (HERITAGE, *op. cit.*, p. 327).

Buscando apresentar uma proposta alternativa, serviu-se ostensivamente dos trabalhos de Alfred Schütz, nos quais o autor sempre ressaltara que o mundo é interpretado pelos agentes à luz de categorias e construtos do senso comum, estritamente sociais em sua origem. Tais construtos constituem, justamente, os recursos que permitem aos agentes interpretar suas situações de ação, perceberem as intenções e motivações dos demais e, de um modo geral, transitarem pela esfera social. Essa ênfase na cognoscibilidade dos agentes estabeleceu, em primeiro lugar, uma nova área para a análise sociológica, caracterizada pelo “estudo das propriedades do raciocínio prático do senso comum nas situações mundanas de ação” (HERITAGE, *op. cit.*, p. 331).

Trata-se, na realidade, de propriedades importantes do conhecimento e da cognição do senso comum, os quais adquiriram papel crucial não só na a Análise da Conversação, mas em todos os estudos a propósito da investigação da linguagem baseados em um ponto de vista interacionista sobre a mesma, inclusive, para a própria Análise Crítica do Discurso.

⁵ Essa posição vem a ser defendida, com veemência, por Giddens (1991), no interior da Teoria Crítica da sociedade.

Dessa maneira, ganha reforço o caráter inevitavelmente *contextual*⁶ das compreensões corriqueiras. A partir dessa base, tornou-se possível observar as práticas e os processos de uma outra maneira e criar novos pontos de vista em relação aos processos de comunicação lingüística. E, de um modo mais amplo, tornou-se possível chegar a uma nova compreensão e tratamento da contribuição das pessoas às realidades socialmente explicáveis nas quais elas estão inseridas, bem como sua apreensão dessas realidades.

Como o procedimento etnometodológico foi apresentado como teoricamente aplicável a todos os campos da atividade social, abriu-se espaço para a elaboração de uma vertente da Etnometodologia a qual adquiriu, gradativamente, o estatuto de domínio autônomo de pesquisa: a Análise da Conversação (AC). Nas palavras de Heritage (*op. cit.*, p. 368-369)

A Análise da Conversação desenvolveu-se (...) como um aspecto vigoroso e distinto da Etnometodologia. (...). De todas as correntes de pesquisa da Etnometodologia, a Análise da Conversação é talvez a que mais se ocupa com a análise direta da ação social. Desde o início a abordagem foi resolutamente empírica. Em vez de especular sobre características idealizadas da ação social, a análise da conversação dirigiu suas investigações empíricas para as “ações sociais verdadeiras e particulares e suas seqüências organizacionais” (Schegloff, 1980, p. 151 *apud* Heritage, *op. cit.*). O resultado foi notável. Desenvolveu-se uma ampla literatura que contém resultados de longo alcance e poder cumulativo, e que tem tido impacto significativo sobre as disciplinas vizinhas da psicologia social, da lingüística e da ciência cognitiva.

A postura investigativa adotada nessa vertente concentrou-se na análise dos procedimentos aos quais os agentes sociais recorrem para levar a cabo suas negociações, no decorrer das interações verbais. De fato, como bem aponta Kerbrat-Orecchioni (2006), as conversações constituem um espaço privilegiado para a observação das organizações sociais em seu conjunto. Nelas, “os participantes recorrem a técnicas institucionalizadas para efetuar em conjunto a gestão que eles têm de completar” (p. 22). Dado o destacado vínculo estreito com a Etnometodologia, não admira, pois, que as conversações em análise tenham tido

⁶ Observe que a importância do contexto, que será sempre considerado crucial na abordagem lingüística selecionada neste Capítulo, já está destacada na Etnometodologia.

sempre o caráter de “conversações ordinárias”, ou seja, foram extraídas unicamente das conversas de participantes em seus cotidianos, em circunstâncias ordinárias das suas vidas.

Por conseguinte, os “analistas da conversação” dedicaram seus trabalhos principalmente à análise de conversas informais entre iguais (por exemplo, conversas ao telefone), embora, conforme destaca Fairclough (2001), alguns trabalhos recentes, no contexto da Análise Crítica do Discurso, tenham se direcionado para tipos institucionais de discurso, nos quais as assimetrias de poder são mais óbvias.

No período inicial, a produção de estudos em AC permitiu o entendimento de vários aspectos de conversação, das diferentes tarefas que os participantes têm de completar em conjunto, recorrendo às ditas “técnicas institucionalizadas”. Referimo-nos à análise de fatores como a alternância dos turnos da fala, às aberturas e fechamentos conversacionais e às maneiras por meio das quais os interlocutores corrigem eventuais falhas nas trocas comunicativas. Acrescente-se a descrição dos modos como os tópicos são estabelecidos, desenvolvidos e mudados, ou seja, como os interlocutores encaminham de modo eficaz a negociação dos temas, o encerramento deles, etc.; as formas das quais se valem os participantes para conduzir apropriadamente uma narrativa ou descrição e como as pessoas “formulam” conversas (por exemplo, como resumem trechos, sugerem algo), etc..

A intersecção propriamente dita com a Lingüística, nesse contexto, deu-se de forma mais firme e duradoura, inicialmente, com os estudos sobre o turno conversacional, identificado, já no início da década de setenta, como ponto de partida privilegiado para o estudo das unidades comunicativas, e reconhecido como a característica primeira da conversação. De acordo com essa ótica, os demais aspectos da conversação derivam dos movimentos dos turnos, centrais para a investigação.

No entanto, fruto da própria posição epistemológica da Etnometodologia, o poder fora negligenciado como um fator na conversação. Obviamente, nos processos de negociação,

alguns participantes tipicamente têm mais força que outros e, em muitos tipos de discurso (por exemplo, o discurso da sala de aula, as entrevistas, dentre outros), não se encontram regras partilhadas para a tomada de turno em que os participantes têm direitos e obrigações iguais, mas uma distribuição assimétrica de direitos e obrigações. Em tais casos, é evidente que produzir o discurso faz parte de processos mais amplos de produção da vida social, das relações sociais e das identidades sociais.

Remete também aos anos sessenta a divulgação dos primeiros trabalhos que, longe de um rompimento teórico ou epistemológico com a Análise da Conversação, se empenharam, de maneira complementar, em introjetar outros elementos advindos de uma determinada análise sociológica à mencionada vertente. “O ato de falar deve sempre ser remetido ao estado de fala que é sustentado através do *turno de fala*⁷ em particular”, já bem definia Goffman (2002, p. 18)⁸, marcando claramente os vínculos da disciplina que ali se delineava – a Sociolinguística Interacional – com os estudos etnometodológicos propriamente ditos.

No que se refere ao conjunto de fatores de ordem social incorporado pela Sociolinguística Interacional, torna-se relevante observar o excerto que segue:

É quase impossível citar uma variável social que ao surgir não produza um efeito sistemático sobre o comportamento linguístico: idade, sexo, classe, casta, país de origem, geração, região, escolaridade; pressuposições cognitivo-culturais; bilingüismo, e assim por diante. A cada ano, novos determinantes do comportamento linguístico são apresentados. Cabe lembrar que, a cada ano, novas variáveis psicológicas são também associadas à fala. (...) E, assim, temos o seguinte problema: um estudioso interessado na fala pode se ver obrigado a olhar para o cenário físico (...) e alguém interessado nos correlatos linguísticos da estrutura social pode acabar descobrindo que precisa se voltar para a ocasião social toda vez que um indivíduo possuidor de certos atributos sociais se fizer presente diante de outros. Ambos os estudiosos precisam, portanto, olhar para o que chamamos vagamente de situação social. É isso que tem sido negligenciado. (...) essa esfera de atividade é de importância fundamental para aqueles interessados na etnografia da fala, pois onde ocorre a fala senão em situações sociais? (GOFFMAN, 1964/2002, p. 15-17).

⁷ Grifo nosso. Lembremo-nos de que o turno de fala foi definido como a unidade de análise pelos pesquisadores da AC.

⁸ O original data de 1964.

O conceito de “situação social”, fundamental para Goffman, está intrinsecamente relacionado ao que hoje denominamos “contexto social”. Trata-se de “um ambiente que proporciona possibilidades mútuas de monitoramento, qualquer lugar em que um indivíduo se encontra acessível aos sentidos nus de todos os outros que estão ‘presentes’ e para quem os outros indivíduos são acessíveis de forma semelhante” (GOFFMAN, *op. cit.*, p. 17). De acordo com o autor, há regras culturais que, quando seguidas, determinam como os indivíduos devem se portar durante determinada situação, ou seja, organizam socialmente, estruturam a conduta dos participantes presentes à situação.

É a partir desse ponto de vista que Goffman (1974) elabora alguns conceitos-chave em sua teoria, como o de *representação*, “a totalidade da atividade de determinado indivíduo, em dada ocasião, realizada com o objetivo de influenciar de certa maneira um dos participantes” (p. 23); a noção de *papel (cota)* ou de *rotina*, conceito sociológico que se refere a “modelo de ação desenvolvido durante uma representação e que pode se apresentar ou utilizar em outras ocasiões” (p. 74).

Fundamentalmente, foi também nesse contexto que Goffman (1974) elaborou o profícuo conceito de *face*, “o valor social positivo que dado indivíduo efetivamente reivindica por meio da linha de ação que ele adotou em um contato particular” (p.9). A face constitui uma imagem do eu “delineada segundo certos atributos sociais aprovados e, apesar disso, partilháveis, uma vez que podemos, por exemplo, causar uma boa imagem de nossa profissão ou de nossa fé quando causamos uma boa imagem de nós mesmos” (1974, p. 9).

Essas definições proporcionaram, indiscutivelmente, um alargamento dos estudos iniciais sobre a conversação, permitindo analisá-la em cenários institucionais assimétricos, os quais envolvem papéis sociais fortemente definidos, como salas de aula, tribunais, entrevistas jornalísticas, interação médico-paciente e outras formas de interação institucionalmente reguladas.

O conceito de “poder”, no entanto, embora estivesse subjacente às noções de “direitos e obrigações” no interior das “estruturas de participação”, não foi abordado de modo direto por Goffman, assim como outros temas importantes para a sociologia regular, como “classe” e “ideologia”.

1.3 Lingüística Textual e a Perspectiva Textual-Interativa

É bem verdade que a Lingüística Textual emerge, no horizonte das teorias lingüísticas, fortemente vinculada às teorias de cunho estruturalista, especialmente à Gramática Gerativa de Chomsky e, conseqüentemente, com uma natureza bastante diversa da tradição de estudos que estamos tratando neste Capítulo. Emprega-se, nesse período inicial, o aparato gerativista para tratar do plano textual, como se a gramática formal abstrata passasse do nível da sentença para o do texto.

Vale ressaltar que a intenção subjacente aqui não foi, de modo algum, analisar os fenômenos textuais por si mesmos, mas apenas fornecer mecanismos para a descrição e explanação da boa aceitabilidade das sentenças em um limite analítico maior. Paralelamente, os conceitos básicos de competência e desempenho, caros à Gramática Gerativa, também foram estendidos ao plano do texto.

No contexto da expansão da sintaxe para o plano do texto, a Teoria Gerativa, contudo, continua a conceber a frase como a unidade máxima formal de uma gramática. O discurso é considerado apenas como “uma longa frase derivável através de encaixes e concatenações sucessivas”, um instrumento de apoio na tarefa primordial de “enumerar e descrever estruturalmente o conjunto infinito das frases de uma língua” (NEIS, 1981, p.28).

Porém, não tardou para que os elementos advindos de uma determinada Ciência Cognitiva, da Teoria da Enunciação e, sobretudo, dos estudos etnometodológicos e

interacionais, passassem a influenciar a Lingüística Textual. Levados a cabo no interior da disciplina, torna-se possível que afirmemos hoje, em consonância com Koch (2004, p. xi), que a Lingüística Textual assumiu, por fim, o aspecto de uma “ciência integrativa de várias outras ciências (Retórica, Estilística, Teoria dos Gêneros, Teoria da Argumentação, Narratologia etc.), vindo a constituir uma ‘Ciência ou Teoria da Linguagem’”.

Na realidade, a influência da Teoria da Ação Social, bem como das demais teorias mencionadas no parágrafo anterior, abriu espaço para que a língua não fosse mais analisada como um sistema autônomo, mas em seu pleno funcionamento nos processos comunicativos de uma sociedade concreta. Buscou-se, segundo Koch (*op. cit.*), nesses modelos iniciais, os quais emergiram em especial no início da década de setenta, explorar as conexões determinadas por regras entre o texto e seu contexto comunicativo-situacional, tendo sempre o primeiro como ponto de partida para análise.

Nesse sentido “os textos deixam de ser vistos como produtos acabados, que devem ser analisados sintática ou semanticamente, passando a ser considerados elementos constitutivos de uma atividade complexa, como instrumentos de realização de intenções comunicativas e sociais do falante” (HEINEMANN, 1982 *apud* KOCH, 2004, p. 14).

Cabe registrar que, desde então, Van Dijk assume um papel central para a Lingüística Textual, constituindo-se em um dos maiores responsáveis pela guinada teórica que especificamos aqui. Ao analisar, em *Studies in the Pragmatics of Discourse*, de 1981, as relações de coesão e coerência entre enunciados que, em um primeiro momento, parecem incoerentes entre si, mas cujas relações podem ser reconstruídas a partir do contexto subjacente, apresenta uma constatação importante. “Para ele, a compreensão de um texto obedece a regras de interpretação pragmática, de modo que a coerência não se estabelece sem

levar em conta a interação, bem como as crenças, os desejos, as preferências, as normas e os valores dos interlocutores”⁹ (KOCH, *op. cit.*, p. 19).

Na realidade, a maior contribuição advinda de Van Dijk à Lingüística Textual está relacionada justamente ao fato de o autor acrescentar à disciplina os elementos caros à Teoria da Ação Social, materializados na busca da concretização de “metas” e “objetivos”. Esse posicionamento, ainda que de uma maneira muito ampla, permitiu à disciplina que adquirisse os padrões reconhecidos até os dias atuais. Com Van Dijk, a Lingüística Textual entra no mesmo eixo das demais correntes teóricas de base interacionista, pesando, no entanto, a favor dela, o fato de ter constituído uma das maiores bibliografias e análises bastante fecundas, as quais permanecem vivas nas discussões atuais em Lingüística.

Caso reflitamos sobre o fato de as “crenças”, os “desejos”, os “valores” e etc. serem aqui tomados como construtos mentais, perceberemos que, por conseguinte, está sendo postulado que toda ação é necessariamente acompanhada por processos de ordem cognitiva, e, por isso mesmo, quem age necessita dispor de modelos mentais de operações e tipos de operações. A ênfase nos fatores de ordem cognitiva, aliás, veio implicar inclusive numa revisão do próprio conceito de texto, agora considerado resultado de processos mentais.

Como suporte a essa perspectiva, caberia à Lingüística Textual, conforme destacam Beaugrande e Dressler (1981), desenvolver modelos de descrição de textos capazes de incluir os processos cognitivos que integram os diversos sistemas de conhecimentos dos parceiros na comunicação, sobretudo no que concerne à abordagem das motivações e estratégias de produção e compreensão textual.

Nessa conjuntura, um primeiro conceito que se torna importante destacar, originário das Ciências da Cognição e amplamente utilizado em uma lingüística do texto, é o de “memória”, a qual é considerada a base do processo de compreensão. De acordo com esse

⁹ Essa preocupação ainda constitui uma das bases dos diversos estudos acerca da referenciação que se pulverizam na literatura corrente atual.

ponto de vista, os falantes possuem formas padrão de armazenamento das informações, retendo apenas o essencial dos enunciados, e a memória consiste no depositário dessas informações, relacionadas ao mundo em geral e às pessoas e coisas em particular. Tais informações são capturadas e armazenadas por um complexo sistema que se estabelece como uma espécie de rede não compartimentada, mas plenamente organizada. No decorrer do processamento textual, os conhecimentos armazenados são utilizados, via inferências, para que o leitor/ouvinte perceba a intencionalidade do escritor/enunciador e receba os efeitos das ações enunciadas.

Um segundo conceito importante para a abordagem cognitivista do texto está intrinsecamente relacionado à noção de memória ora exposta. Trata-se do conceito de “conhecimento”, o conjunto de saberes que, compartimentados, são depositados na memória. A esse respeito, diversos lingüistas filiados à vertente teórica aqui esboçada buscaram justamente apresentar modelos capazes de descrever como os conhecimentos são representados na memória¹⁰.

Desse ponto de vista depreende-se, portanto, que o processamento estratégico do texto depende de características textuais e extratextuais, sendo que estas estão refletidas na natureza dos próprios usuários da língua. Para o processo interacional, os interactantes trazem consigo os seus objetivos, convicções e conhecimentos de mundo, armazenados tanto nos conhecimentos enciclopédicos, mais abstratos e gerais, quanto no próprio sistema procedimental de controle.

Nesse sentido, a cada situação comunicativa – momento em que as estratégias são mobilizadas e colocadas em uso – serão esses conhecimentos armazenados, em conjunto com os conhecimentos que se podem inferir do texto e do contexto, que permitirão reconstruir,

¹⁰ Dentre tais modelos, o que se tornou bastante recorrente e amplamente difundido nos trabalhos explanatórios desenvolvidos sob a Lingüística Textual é o desenvolvido por Heinemann e Viehweger (1991, *apud* KOCH, 2004). Nele, os autores postulam que concorrem, para o processamento textual, quatro grandes sistemas de conhecimento: o lingüístico, o enciclopédico, o interacional e o referente a modelos textuais globais.

durante a compreensão, tanto os sentidos intencionados pelo produtor do texto quanto outros sentidos, não previstos pelo locutor.

Mas a distinção nítida entre “fatores de ordem cognitiva” e “fatores de ordem social” não tardou a ser questionada, a partir de um ponto de vista de acordo com o qual a incorporação de aspectos sociais, culturais e interacionais à compreensão dos indivíduos baseia-se no fato de que muitos processos cognitivos acontecem no contexto de uma *sociedade*, e não no indivíduo em particular. Dessa forma, elege-se a ordem social como uma ordem primeira, a partir da qual se abstraem os demais níveis de processamento textual. É essa perspectiva, a qual se convencionou chamar “sociocognitivo-interacionista”, que tem dado a tônica dos trabalhos atuais em Linguística Textual, e será justamente a partir dela que embasaremos grande parte das análises previstas nesta pesquisa.

Percebe-se claramente, a partir do que fora expresso no trecho anterior, outra relação com a Teoria da Ação Social. Lembremo-nos de que, para Parsons (1964)¹¹, os valores são institucionalizados no interior de uma determinada sociedade, sob forma de um sistema central de valores. A coesão social vem, então, a ser fruto da partilha de objetivos e expectativas, que embasam os modelos de atividade coordenada entre os membros. Foi esse ponto de vista que sustentou a divisão analítica tripartite da organização social em sistemas culturais, sociais e de personalidade, englobando a concepção de papel institucional e a integração de um conjunto de valores comuns.

De uma forma muito semelhante, a perspectiva sociocognitivo-interacionista assume as ações verbais como ações conjuntas, no interior de uma sociedade específica, “já que usar a linguagem é sempre engajar-se em alguma ação em que ela é o próprio lugar onde a ação acontece, necessariamente em coordenação com os outros” (KOCH, *op. cit.*, p. 31).

¹¹ O original data de 1937.

Conseqüentemente, a própria língua passa a ser concebida como um tipo de ação conjunta. Rejeita-se, portanto, uma concepção de ação como algo realizado autonomamente pelos sujeitos em favor de um outro ponto de vista, de acordo com o qual as ações se desenrolam em contextos sociais, com finalidades sociais e com papéis distribuídos socialmente.

Amplia-se mais uma vez a noção de contexto, que agora assume uma dimensão ainda mais significativa para a Lingüística Textual:

Se, inicialmente, quando das análises transfrásticas, o contexto era visto apenas como co-texto (segmentos textuais precedentes e subseqüentes ao fenômeno em estudo), tendo, quando da introdução da Pragmática, passado a abranger primeiramente a situação comunicativa e, posteriormente, o entorno sócio-histórico-cultural, representado na memória por meio de modelos cognitivos, ele passa a constituir agora a própria interação e seus sujeitos: o contexto constrói-se, em grande parte, na própria interação. Portanto, na concepção interacional (dialógica) da língua, na qual os sujeitos são vistos como atores/construtores sociais, o texto passa a ser considerado o próprio *lugar* da interação e os interlocutores, sujeitos ativos que – dialogicamente – nele se constroem e por ele são construídos. A produção de linguagem constitui atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos, que se realiza, evidentemente, com base nos elementos lingüísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas que requer não apenas a mobilização de um vasto conjunto de saberes (enciclopédia), mas a sua reconstrução – e a dos próprios sujeitos – no momento da interação verbal (KOCH, *op. cit.*, p. 31).

Vale dizer que todas as perspectivas teóricas apresentadas até o presente momento foram congregadas, de uma maneira muito bem articulada, pelos pesquisadores brasileiros do Grupo “Organização Textual-Interativa” do Projeto “Gramática do Português Falado”. Trata-se da “Perspectiva Textual-Interativa”, caracterizada exatamente por agrupar, conforme deixa bem claro Jubran (2006a), a Análise da Conversação, a Sociolingüística Interacional, a Pragmática e a Lingüística Textual (esta em sua fase mais recente, a sociocognitivo-interacionista).

O objetivo geral desses estudos é o de refletir em profundidade sobre a natureza do português culto falado no Brasil, investigando, mais especificamente, os *processos constitutivos do texto falado* e, a partir deles, elaborar uma gramática de referência desse

mesmo português. Para isso, a Perspectiva Textual-Interativa apóia-se na concepção de linguagem como “uma forma de ação, uma atividade verbal exercida entre pelo menos dois protagonistas, dentro de uma localização contextual, em que um se situa reciprocamente em relação ao outro, levando em conta circunstâncias de enunciação” (KOCH *et. al.*, 1994).

No âmbito de uma descrição textual-interativa torna-se, portanto, fundamental que o produto lingüístico em análise seja abordado dentro do contexto sócio-comunicativo de onde emerge, a partir das marcas concretas que a situação enunciativa imprime nos enunciados.

Não nos deteremos, por ora, em abordar os “processos constitutivos” do português falado, na medida em estão contemplados no Capítulo que segue. Optamos por encerrar esta etapa ressaltando apenas que todas as vertentes esboçadas aqui, às quais denominamos, de modo muito genérico, “perspectivas interacionistas”, além de se entrelaçarem umas às outras, culminam, em um movimento prospectivo e retrospectivo, no reconhecimento da dimensão social como uma realidade fundamental, modeladora dos fatores de ordem lingüística.

Mas os fatores de ordem lingüística também são acionados e interferem, em grande parte, na sociedade, em um movimento circular que permite que os mesmos moldem e sejam moldados pela realidade social. É exatamente esse aspecto que passamos a abordar na seção que segue. Aliás, se chegamos a um ponto da descrição do percurso teórico e analítico que culmina na concepção de que os fatores de ordem social são determinantes para o desenvolvimento do processamento lingüístico, por que a Lingüística não deve também intervir, por sua parte, nessa mesma sociedade que a envolve?

1.4 A Análise Crítica do Discurso

Foi a partir da tomada de consciência de que a Lingüística é uma ciência social, “com um importante serviço a prestar à comunidade e, com isso, contribuir para a melhoria das

condições de vida dos setores menos privilegiados da sociedade à qual pertence” (RAJAGOPALAN, 2003, p. 123) que emergiu, na década de oitenta, sob o impulso de Norman Fairclough, a Análise Crítica do Discurso, baseada em uma concepção da linguagem como parte *verdadeiramente* integrante e irreduzível da vida social, dialeticamente interconectada a outros elementos sociais (cf. FAIRCLOUGH, 2003). A partir dessa ótica, delineou-se uma proposta de “mapear” relações entre recursos lingüísticos utilizados por grupos de atores sociais e aspectos da rede de práticas sociais em que a interação discursiva se insere.

De um modo geral, a Análise Crítica do Discurso (ACD) “estuda textos e eventos em diversas práticas sociais, propondo uma teoria e um método para descrever, interpretar e explicar a linguagem no contexto sociohistórico” (Magalhães, 2005, p. 3). Enquanto em uma etapa anterior a “Lingüística Crítica” se ateu às relações entre linguagem e controle, desenvolvendo um método para analisar uma pequena amostra de textos, a Análise Crítica do Discurso desenvolveu o estudo da linguagem como prática social, com vistas à investigação de transformações na vida social contemporânea (cf. FAIRCLOUGH, 2001).

Nesse sentido, oferece uma valiosa contribuição de lingüistas para o debate de questões ligadas ao racismo, discriminação baseada no sexo, ao controle e manipulação institucional, enfim, à exclusão social.

Se Van Dijk (1994) afirma que na ACD encontra-se a influência combinada de estudos neomarxistas e da Teoria Crítica, Chouliaraki e Fairclough (1999) localizam-na mais especificamente na “sociedade moderna posterior”, termo cunhado por Giddens (1991), no interior da Teoria Crítica, para fazer referência às transformações econômicas e socioculturais das três últimas décadas do século XX, em que os avanços na tecnologia da informação e na mídia permitiram a livre circulação dos signos entre os limites espaciais e temporais.

Chouliaraki e Fairclough chegam a afirmar que “a ACD deveria ser considerada como uma contribuição ao campo da pesquisa crítica sobre a modernidade posterior” (1999, p. 3).

Ao comentarem as profundas mutações econômicas e socioculturais das últimas décadas, os autores afirmam que “há uma necessidade urgente de teorização e de análises críticas da modernidade posterior que possam não apenas iluminar o novo mundo que está emergindo, mas também indicar as direções alternativas não realizadas existentes” (*op. cit.*, p. 4).

É nesse sentido que a ACD é classificada, por Chouliaraki e Fairclough (*op. cit.*), “interdisciplinar”:

Vemos a ACD trazendo uma variedade de teorias em diálogo, especialmente teorias sociais, por um lado, e teorias lingüísticas, por outro, de forma que a teoria da ACD é uma síntese mutante de outras teorias; não obstante, o que ela própria teoriza em particular é a mediação entre o social e o lingüístico – a ‘ordem do discurso’, a estruturação social e o hibridismo semiótico (interdiscursividade) (p. 16).

Na realidade, enquanto os caminhos para a consolidação de uma abordagem crítica sobre do discurso foram abertos a partir de um revisionismo teórico operado, durante os anos cinquenta, no interior da Teoria Crítica da sociedade, o caráter “interdisciplinar” da ACD relaciona-se à própria natureza fundadora da Teoria.

Nesse sentido, cumpre ressaltar que as origens da Teoria Crítica remontam aos anos trinta, período em que a figura emblemática de Max Horkheimer buscou desenvolver o “marxismo de um modo produtivo” ou “marxismo interdisciplinar”. Para tal, Horkheimer partiu do pressuposto de que à análise histórico-filosófica, ponto fundamental da teoria marxista, dever-se-ia acrescentar a pesquisa social empírica como uma segunda corrente de reflexão, e daí a necessidade da inclusão de diferentes disciplinas. Como pano de fundo, a idéia de que, ao se desenvolver o marxismo de um modo produtivo, contribuir-se-ia com os

fundamentos para uma mudança social, constituindo, a teoria em si mesma, uma prática emancipatória¹².

Nesse contexto, a Teoria Crítica emerge distinta das abordagens comparáveis não tanto pelos seus princípios teóricos, mas, sobretudo, por seus objetivos metodológicos. Não por acaso, portanto, a ACD apresenta-se como “interdisciplinar”, estabelecendo pontos de diálogos entre teorias distintas como a Lingüística e algumas noções caras às Ciências Sociais. Na realidade, esse aspecto tem sua constituição a partir do caráter *genuinamente* interdisciplinar da própria Teoria Crítica, ao utilizar, programaticamente, diversas disciplinas das Ciências Sociais e congregá-las ao marxismo.

Mas, após uma lacuna sistematicamente não preenchida nos trabalhos filosóficos e científico-sociais do círculo de Frankfurt, inicialmente Theodor W. Adorno, em meados da década de cinquenta, e mais tarde pensadores como Franz Neumann, Otto Kirchheimer, Walter Benjamin e Erich Fromm, reiniciaram trabalhos e reconsideraram as muitas das fundamentações iniciais da Teoria Crítica¹³.

Importa destacarmos aqui que as objeções ao trabalho de Horkheimer fundamentaram-se essencialmente, mesmo que de maneira indireta, nas concepções parsonianas e na revisão das mesmas concepções operadas por Alfred Schütz. Nesse contexto, o enfoque recaiu, sobretudo, na maneira como o programa teórico inicial se relacionou com a Teoria da Ação Social, esta já devidamente abordada neste Capítulo.

A principal objeção diz respeito ao fato de que, em Horkheimer, a dimensão da ação social exclui sistematicamente as convicções morais e as orientações normativas – tão caras a Parsons (1964) em seu “sistema central de valores” – em favor de um ponto de vista de

¹² Observe que a Teoria Crítica *nasce* vinculada ao ideal da prática emancipatória. Esse aspecto constituiu, desde então e de forma definitiva, o objetivo prático primeiro da teoria, o que explica sua predominância nas versões posteriores e na própria ACD.

¹³ Em função dos próprios objetivos gerais que norteiam o presente trabalho, não será nossa preocupação apresentar um percurso histórico, teórico e metodológico detalhado da Teoria Crítica, embora esse percurso tenha sido, certamente, muito rico. Apresentaremos apenas as questões centrais desse percurso com a finalidade de contextualizarmos adequadamente a ACD no interior da Ciência Social Crítica, assim como procedemos com a Etnometodologia e sua relação com a Teoria da Ação Social.

acordo com o qual apenas os processos sociais suscetíveis de assumir funções na reprodução e na expansão do trabalho social encontram espaço. Esse “reducionismo funcionalista” remete à própria tendência, predominante em Marx, “de restringir instrumentalmente a história humana para um desdobramento desenvolvimentista do procedimento societal da natureza” (HONNETH, 1999, p. 517).

Nesse sentido, para os revisionistas, como nenhum outro tipo de ação social é concebido ao lado do trabalho societário, Horkheimer perdeu de vista a dimensão da prática diária – noção desenvolvida inicialmente por Parsons e reformulada por Schütz – de acordo com a qual os sujeitos socializados não cumprem cegamente um conjunto de imperativos funcionais, mas geram e desenvolvem criativamente orientações de ações comuns de um modo *comunicativo*.

Foi justamente a ênfase no processo de comunicação que abriu espaço, a partir do final da década de sessenta, para que Jürgen Habermas ganhasse, gradativamente, aceitação e elaborasse a versão atual da teoria, hoje amplamente aceita e presente de modo capital na ACD. Falamos em “aceitação” porque o desenvolvimento científico de Habermas foi operado, de modo brilhante, a partir de orientações teóricas pouco comuns à tradição filosófica da Teoria Crítica, como a antropologia filosófica, a hermenêutica, o pragmatismo e, especialmente, a análise lingüística, embora tenha mantido sempre os objetivos originais da mencionada teoria.

A sua tese é toda baseada na concepção da intersubjetividade lingüística como o fator nuclear da ação social: de acordo com o seu ponto de vista, é a partir da comunicação lingüística que os indivíduos garantem a reciprocidade necessária em atos e concepção de valor para que as tarefas da reprodução material, tão presentes em Marx, possam ser socialmente regidas (cf. HONNETH, *op. cit.*).

Ao adotar tais pressupostos, percebe-se claramente uma forte vinculação com a Teoria da Ação Social e um rompimento com a visão marxista clássica, sempre presente na Teoria Crítica, de acordo com a qual a reprodução social está atrelada apenas ao trabalho societário. Ao contrário, se a forma de vida humana se distingue por obter a compreensão pela língua, “além da atividade de transformar a natureza, a prática da interação linguisticamente mediada deve ser encarada como uma dimensão igualmente fundamental para o desenvolvimento histórico” (HABERMAS, 1972, p.25-26).

Esse programa assumiu forma sistemática com a publicação, na década de oitenta, dos dois volumes da *The Theory of Communicative Action* (HABERMAS, 1981, 1984). Nessa obra, a *racionalidade da ação comunicativa*, conceito-chave para o autor, é reconstruída a partir de uma teoria dos atos de fala e sobre os alicerces de uma teoria da sociedade, sendo que a última se constitui “na passagem sobre a história da teoria social de Weber a Parsons”. “Finalmente, torna-se um ponto de referência para o diagnóstico do mundo contemporâneo” (HONNETH, *op. cit.*, p. 541).

Nessa perspectiva, pode-se apontar como eixo central da concepção habermasiana o fato de considerar que,

nos atos de fala comunicativos, em virtude dos quais as ações dos indivíduos são coordenadas, reivindicações de validade culturalmente invariáveis são acumuladas, sendo aos poucos diferenciadas historicamente, no curso de um processo de racionalização cognitiva. Graças à descentralização do conhecimento do mundo existencial, que abrange toda a ação comunicativa, identifica-se uma atitude cognitiva (...) pela qual os sujeitos se relacionam com o meio apenas do ponto de vista do *sucesso*. Habermas vê, nessa capacidade histórica de *agir estrategicamente*¹⁴, o pressuposto social para o surgimento de esferas de ação sistematicamente organizadas (HONNETH, *op. cit.*, p. 543).

Faz-se necessário destacarmos que a teoria desenvolvida por Habermas não permite apenas o estabelecimento de uma ligação direta entre a Teoria Crítica e a ACD. Caso

¹⁴ Os grifos são nossos. Observe que o ponto de vista de acordo com o qual os falantes, ao formularem seus enunciados, agem para alcançar determinados objetivos (metas), fundamental para as perspectivas aqui ditas “interacionistas”, está em forte concordância com o ponto de vista assumido em Habermas.

recuperemos, de um modo abrangente, o peso da Teoria da Ação Social para as pesquisas do autor ou, de uma maneira mais específica, recortemos o trecho selecionado e o analisemos em paralelo com a definição de texto operada por Beaugrande (1997, p.10) e consensualmente aceita hoje como válida para a Lingüística Textual, como “um evento comunicativo em que convergem ações lingüísticas, cognitivas e sociais”, multiplicam-se os pontos de contato. Estes, por sua vez, também não se restringem, como se pode notar, à Lingüística Textual, mas estão inter-relacionados, embora em menor grau, às demais perspectivas lingüísticas de base interacionista, cujos percursos teórico-metodológicos foram esboçados neste Capítulo.

1.4.1 A posição de Norman Fairclough

Após apresentarmos brevemente a conexão entre a Análise Crítica do Discurso com a versão da Teoria Crítica elaborada por Habermas, cumpre-nos apontar os esboços teóricos básicos para a análise de discurso propriamente dita. No caso de Fairclough, seus esforços sempre se concentraram na busca da construção de um “modelo”, de uma teoria particular capaz de vincular, intrinsecamente, a análise lingüística e discursiva às orientações de ordem social.

Esse modelo veio a ser denominado pelo autor “Teoria Social do Discurso”, uma abordagem multidirecional que sintetiza, conforme mencionado, as concepções de discurso com orientação, ao mesmo tempo, social e lingüística. Partindo do princípio habermasiano de acordo com a qual os sistemas da economia e do Estado, na contemporaneidade, vêm provocando um deslocamento dos usos “comunicativos” da linguagem, voltados para a compreensão, por usos estratégicos da linguagem, direcionados para o sucesso, a fim de se conseguir que as pessoas realizem coisas¹⁵, Fairclough (2001, p. 24) afirma que, desse

¹⁵ Cf. a citação de Honneth destacada na página anterior.

posicionamento, pode-se concluir que “as mudanças no uso lingüístico são uma parte importante de mudanças sociais e culturais mais amplas”.

Em verdade, para a operacionalização de suas “análises críticas”, o autor parte dos construtos já elaborados pela Análise da Conversação e pela Sociolingüística Interacional – às quais denomina abordagens “não críticas” – e a esses construtos acrescenta aquilo que outrora fora rejeitado na Etnometodologia, e que permaneceu excluída das demais vertentes de base interacionista: as relações de poder e ideologia. Tal “negligenciamento” trouxe para as correntes citadas, de acordo com Fairclough (*op. cit.*, p. 90), “duas limitações principais”:

Primeiro, a ênfase tende a ser unilateral sobre como a língua varia segundo fatores sociais, o que sugere a existência de tipos de sujeito social, de relações sociais e de situação bastante independentes do uso de linguagem, e a exclusão da possibilidade de o uso de linguagem realmente contribuir para sua constituição, reprodução e mudança. Segundo, as “variáveis sociais” que são consideradas correlacionadas a variáveis lingüísticas são aspectos das situações de uso lingüístico relativamente superficiais, além de não haver uma compreensão de que as propriedades do uso da linguagem podem ser determinadas em um sentido mais global pela estrutura social em um nível mais profundo – as relações sociais entre as classes e outros grupos, modos em que as instituições sociais são articuladas na formação social, e assim por diante – e podem contribuir para reproduzi-la e transformá-la

Nesse modelo, o “discurso” é concebido, por um lado, de forma semelhante à Pragmática e às perspectivas interacionistas aqui tratadas, como “um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros”. Mas, a essa definição, o autor acrescenta que o discurso é também um modo de “representação”, o que “implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como efeito da primeira” (FAIRCLOUGH, 2001, p.91).

As “práticas sociais” são entendidas como “maneiras habituais, em tempos e espaços particulares, pelas quais as pessoas aplicam recursos – materiais ou simbólicos – para agirem

juntas no mundo¹⁶” (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 21). Dessa maneira, as práticas têm várias orientações, em espectros distintos da vida cultural – orientação econômica, política, cultural, da vida cotidiana e ideológica – e o discurso pode estar implicado em todas elas, sem que se possa reduzir qualquer uma dessas orientações. No entanto, para Fairclough (2001), as práticas com orientação política e ideológica estão em relação de supremacia sobre as demais:

Mas é o discurso como modo de prática política e ideológica que está mais ligado às preocupações deste livro. O discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder. O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder¹⁷. (...) a prática política e a ideológica não são independentes uma da outra, pois as ideologias são os significados gerados em relações de poder como dimensão do exercício do poder e da luta pelo poder. Assim, a prática política é categoria superior. Além disso, o discurso como prática política é não apenas um local de luta pelo poder, mas também um marco delimitador na luta de poder: a prática discursiva recorre a convenções que naturalizam relações de poder e ideologias particulares e as próprias convenções, e os modos como se articulam são um foco de luta (p. 22).

De uma forma mais precisa, a importância da prática discursiva enquanto prática social (no sentido amplo do termo) na teoria é descrita pelo autor da maneira que segue:

Minha formulação da análise na dimensão da prática discursiva está centrada no conceito de intertextualidade. Entretanto, minha formulação da análise na dimensão da prática social está centrada nos conceitos de ideologia e essencialmente de hegemonia, no sentido de um modo de dominação que se baseia em alianças, na incorporação de grupos subordinados e na geração de consentimento. As hegemonias em organizações e instituições particulares, e no nível societário, são produzidas, reproduzidas, contestadas e transformadas no discurso. Além disso, pode ser considerada a estruturação de práticas discursivas em modos particulares nas ordens do discurso, nas quais se naturaliza e ganha ampla aceitação, como uma forma de hegemonia (especificamente cultural). É a combinação dos conceitos de intertextualidade e hegemonia que torna a teoria (...) útil para investigar a mudança discursiva em relação à mudança social e cultural (p. 29).

¹⁶ Note que os princípios da Teoria da Ação Social continuam presentes, mesmo que de modo indireto, na definição que Chouliaraki e Fairclough apresentam para as “práticas sociais”.

¹⁷ Daí advém a concepção de ideologia como “significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação” (p. 17).

Pelo que se percebe nos trechos destacados, os conceitos de “dominação” e, por conseguinte, de “hegemonia” adquirem um estatuto especial na Teoria Social do Discurso elaborada pelo autor. Essa importância, no entanto, não se restringe a sua obra: está presente nas diversas modalidades de análise crítica.

De acordo com essa ótica, as classes dominantes exercem aquilo que Miliband (1999) denomina “pressão vinda de cima”, mediante a luta pela “hegemonia” e pela conquista dos “corações e mentes” das populações subordinadas, com “os modos pelos quais ocorre a ‘socialização’ ideológica e política” (p. 485). Jornais e outras publicações, o rádio, a televisão, o próprio Estado, dentre outras instituições ou mesmo pessoas, podem contribuir nesse processo, a fim de conter as forças “contra-hegemônicas”, estas marcadas por suas políticas e práticas emancipatórias particulares.

É partindo de noções desse tipo que Fairclough (2001, p. 43) caracteriza a “hegemonia” como “o domínio exercido pelo poder de um grupo” – e esse grupo é o grupo dominante – “sobre os demais, baseado mais no consenso que no uso da força¹⁸”. Dadas as forças contra-hegemônicas, a dominação estará sempre em equilíbrio instável, daí a noção de luta hegemônica como foco de luta sobre pontos de instabilidade em relações hegemônicas.

Nesse sentido, um discurso particular pode incluir presunções posicionadas, conectadas a relações de dominação. E relações de poder são mais eficientemente sustentadas por significados tomados como tácitos, pois “a busca pela hegemonia é a busca pela universalização de perspectivas particulares” (RAMALHO e RESENDE, 2006, p. 49).

A relação intrínseca entre hegemonia e intertextualidade, por fim, é bastante destacada na teoria de Fairclough. Para isso, vale-se do conceito de intertextualidade elaborado por Bakhtin, na célebre obra “Problemas da Poética de Dostoiévski”, e amplamente divulgado por

¹⁸ Embora o autor não faça menção alguma à Teoria da Argumentação, da qual trataremos de modo particular no Capítulo III, a partir dessa afirmação torna-se possível extrair uma correlação entre a Teoria Social do Discurso e a Nova Retórica de Chaïm Perelman, na medida em que a obtenção do “consenso” é o objetivo final de qualquer argumentação.

Julia Kristeva. É dela o clássico conceito de intertextualidade: “(...) todo texto se constrói como mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto.” (KRISTEVA, 1974, p. 64).

Para Fairclough (*op. cit.*), a combinação da teoria da hegemonia com a intertextualidade é muito produtiva, porque permite não só o mapeamento das possibilidades e as limitações para os processos intertextuais dentro de hegemonias particulares, mas também a avaliação e a conceituação de processos intertextuais e suas relações com os processos de contestação e reestruturação de ordens de discurso como processos de luta hegemônica na esfera do discurso.

Dito de uma forma mais clara, o grau de abertura para manifestação de diferentes “vozes” no interior de um texto pode constituir em um importante ponto para o entendimento da forma como esse mesmo discurso pretende atingir o consenso hegemônico, a partir de um amplo processo ideológico. Dessa maneira, uma questão inicial para a análise é a verificação de quais vozes são incluídas e quais são excluídas, e aí se poderá notar ausências significativas. Em seguida, analisando-se aquelas que estão presentes, torna-se interessante examinar a relação que se estabelece entre as vozes articuladas¹⁹.

Quando uma voz “externa” é articulada em um texto, têm-se (pelo menos) duas vozes que podem representar perspectivas diferentes, com seus respectivos interesses, objetivos, etc. A relação entre essas vozes pode ser harmônica, de cooperação, ou pode haver tensão entre o texto que relata e o texto relatado. (...) Analisar em um texto quais vozes são representadas em discurso direto, quais são representadas em discurso indireto e quais as consequências disso para a valorização ou depreciação daquilo que foi dito e daqueles(as) que pronunciaram os discursos relatados no texto podem lançar luz sobre as questões de poder no uso da linguagem (RAMALHO e RESENDE, *op. cit.*, p. 65-67).

¹⁹ É preciso considerar, conforme bem destacam Ramalho e Resende (*op. cit.*, p. 68), que nem sempre um texto que articula muitas vozes é um texto aberto à diferença. Na realidade, uma determinada voz pode ser hegemônica no texto, e as outras vozes são referidas apenas para serem negadas.

Antes de encerrarmos esta etapa, dedicada exclusivamente à exposição das contribuições de Norman Fairclough à análise crítica, cumpre-nos deixar claro que a sua Teoria Social do Discurso é muito maior que o que aqui fora esboçado, constituindo-se em um verdadeiro modelo teórico para a análise dos textos. Não contemplamos, por exemplo, a orientação lingüística de sua teoria a partir da Lingüística Sistêmico Funcional de Halliday, o que traz implicações significativas para a sua proposta de análise, inclusive no que diz respeito às construções das identidades sociais.

Optamos, em um sentido mais amplo, por dimensionar o papel e a influência do teórico na inserção dos estudos críticos à abordagem lingüística, o que proporcionou a integração real entre os fatores de ordem lingüística e social. Em um sentido mais estrito, o que fora recortado, da mencionada teoria, são justamente pontos que embasam a análise dos dados, operada no Capítulo IV deste trabalho.

Para todos os efeitos, no entanto, adotamos integralmente a proposta teórica de Van Dijk para a Análise Crítica do Discurso. Essa escolha se justifica pelo fato de que, longe de uma ruptura com as vertentes interacionistas – no interior das quais, aliás, o conceito de “metadiscursividade” emergiu e tomou as dimensões atuais – Van Dijk interessa-se apenas em acrescentar a elas uma perspectiva crítica, estabelecendo um *continuum* teórico que reflete a sua própria trajetória e papel como pesquisador, ao longo de todo o percurso histórico da Lingüística Textual.

O próprio Van Dijk (1994) afirma não ser de seu interesse “aplicar um modelo, uma teoria, ou validar um paradigma” (p. 6). Para o teórico, a ACD

não é tanto uma direção, escola ou especialidade similar às numerosas “aproximações” observáveis nos estudos do discurso como a intenção de oferecer “maneiras” ou “perspectivas” distinta de teorização, análise e aplicação em um determinado campo inteiro de investigação. Cabe encontrar uma perspectiva mais ou menos crítica em áreas tão diversas como a pragmática, a análise da conversação, a análise narrativa, a retórica, a estilística, a sociolingüística interacional, a etnografia ou a análise das mídias, dentre outras (VAN DIJK, 1999, p. 23).

Dessa forma, conforme se poderá observar mais claramente na seção que segue, sua abordagem casa-se melhor com o objetivo norteador deste trabalho, propriamente o de investigar e descrever a metadiscursividade e suas relações com a argumentação. A mencionada tarefa não poderá deixar de lado, certamente, as dimensões de ideologia, controle e poder.

1.4.2 A posição de Teun A. Van Dijk

De modo análogo ao que Fairclough considera ser o objetivo fundamental de uma análise crítica, e com a mesma preocupação com a prática emancipatória, que permeou todo o percurso teórico e metodológico da Teoria Crítica, Van Dijk (1999, p. 24) define a ACD como

um tipo de investigação analítica sobre o discurso que estuda primariamente o modo como o abuso do poder social, o domínio e a desigualdade são praticados, reproduzidos e ocasionalmente combatidos pelos textos e falas no contexto social e político. A análise crítica do discurso, com uma investigação tão peculiar, toma explicitamente partido e espera contribuir de maneira efetiva com a luta contra a desigualdade social.

De acordo com esse ponto de vista, assume-se como ponto central, para a análise, o conhecimento das maneiras pelas quais “o discurso contribui para a reprodução da desigualdade e da injustiça social, determinando quem tem acesso a estruturas discursivas e de comunicação aceitáveis e legitimadas pela sociedade” (VAN DIJK, 1994, p. 4-5).

Considerando os grupos dominantes aqueles que detêm o controle dos grandes veículos de comunicação de massas – fundamentais, conforme dissemos anteriormente, para que as pessoas realizem suas atividades reflexivas na modernidade tardia – bem como o acesso à manipulação e ao uso de estratégias discursivas de dominação, de limitação das

liberdades, em um cenário no qual a linguagem ocupa o centro do modo de produção do sistema capitalista (cf. HABERMAS, 1981), tem-se, de acordo com Van Dijk, que

o discurso e a comunicação se convertem então nos recursos principais dos grupos dominantes. Por meio de um estudo do discurso, pode-se conseguir compreender os recursos de dominação utilizados pelas elites, pois estas têm um controle específico sobre o discurso público. É um poder que permite controlar os atos dos demais, define quem pode falar, sobre o que e quando. Considero que o poder das elites é um poder discursivo uma vez que, por meio da comunicação, há o que se denomina “*uma manufatura do consenso*”: trata-se de um controle dos atos lingüísticos por meio da persuasão, a maneira mais moderna e última de exercer o poder. Os atos são intenções e, controlando as intenções, se controlam, por sua vez, os atos. Existe então um controle mental através do discurso (VAN DIJK, 1994, p. 6).

Esse segmento permite que observemos dois aspectos característicos e centrais para o modelo de análise crítica apresentado pelo autor. O primeiro deles diz respeito a uma clara integração entre a Análise Crítica do Discurso e a Retórica, esta colocada como “a maneira mais moderna de exercício do poder”, algo não assinalado, de modo tão direto, na proposta de Fairclough. O autor considera que, por meio da *persuasão* e *manipulação*, dominam-se as mentes das pessoas, as quais, por sua vez, controlam as ações. Em suas palavras

o poder moderno é aquele que se exerce por meio do controle mental, maneira indireta de controlar os atos dos outros. O poder moderno consiste em influenciar os outros por meio da persuasão para conseguir que façam o que se quer. Os grupos que têm acesso a essas formas de poder e controle social são geralmente aqueles que têm sido legitimados e têm acesso ao discurso público. Isso é o que (...) se conhece por hegemonia. O discurso é poder e a persuasão é o maior controlador dos atos lingüísticos na modernidade. (VAN DIJK, 1994, p. 10-11).

Ao eleger o “controle mental” como ponto de partida para o exercício do poder e da dominação na modernidade, o autor ressalta o papel dos fatores de ordem cognitiva na análise crítica, o que constitui outro aspecto nuclear de sua proposta. Neste ponto, podemos apontar um traço contínuo entre a Análise Crítica do Discurso e a versão sociocognitivo-interacionista da Lingüística Textual, uma vez que, a fim de amalgamar definitivamente uma visão cognitiva do processamento textual aos elementos de ordem social (ainda sem incluir os

conceitos-chave das Ciências Sociais clássicas como o de poder e ideologia), a perspectiva sociocognitivo-interacionista concebe as ações verbais, conforme mencionado na página 38, como ações realizadas em conjunto pelos indivíduos, situadas no interior de uma sociedade específica. Aprofundando esse ponto de vista, Van Dijk aponta uma fase de transição entre estruturas sociais e estruturas discursivas, definida como a fase da “cognição social”.

É claro que os usuários da linguagem, operadores de ações no âmbito social, possuem seus próprios conhecimentos pessoais e opiniões, armazenados em uma “memória pessoal” constituída pela totalidade das crenças de cada um e que fora acumulada durante suas vidas através das experiências particulares, incluindo os acontecimentos comunicativos dos quais participaram.

No entanto, esses usuários se envolvem no texto e na fala, ao mesmo tempo, como indivíduos e como membros de variados grupos sociais, instituições, etc. Neste último caso, Van Dijk (1999) também destaca o peso de uma “memória social”, composta pelas crenças em comum que os usuários possuem com outros membros de seu grupo ou cultura, e que uma vez compartilhadas com os outros, estão pressupostas no discurso. Nas palavras do autor, “se atuam enquanto membros de um grupo é então o grupo que atua através de um dos seus membros” (VAN DIJK, *op. cit.*, p. 25).

De acordo com essa ótica, ao realizar em conjunto suas ações verbais, um grupo de indivíduos deve compartilhar uma determinada cognição, um determinado conhecimento armazenado sobre o mundo, sobre as atitudes sociais, dentre muitos outros. Esse conjunto de conhecimentos armazenados por um grupo determinado constitui a própria “ideologia” em sua proposta: “as ideologias consistem em representações sociais que definem a identidade social de um grupo, quer dizer, suas crenças compartilhadas a propósito de suas condições fundamentais, seus modos de existência e reprodução” (VAN DIJK, 2005, p. 10).

Tem-se, assim, que o exercício do poder, por parte dos grupos dominantes, é operado discursivamente, com a finalidade de influenciar as cognições sociais dos demais grupos e estabelecer ou manter as hegemonias. Isso porque, conforme se pode verificar no excerto citado na página anterior, para controlar efetivamente os *atos* dos demais, é preciso, antes de tudo, controlar suas *estruturas mentais*, o que é operado mediante a persuasão e a manipulação.

A questão do poder, nos termos colocados acima, relaciona-se intimamente com uma outra questão, propriamente a do “acesso”. De acordo com Van Dijk (1999, p. 26)

os grupos têm (mais ou menos) poder se são capazes de controlar (mais ou menos), de acordo com seus próprios interesses, os atos e as mentes dos (membros de) outros grupos. Esta habilidade pressupõe um poder básico que consiste no acesso privilegiado a recursos sociais escassos, tais como a força, o dinheiro, o status, a fama, o conhecimento, a informação, a “cultura”, ou inclusive várias formas de discurso público e da comunicação (...). O acesso às formas específicas de discurso, por exemplo da política, mídia ou ciência, é em si mesmo um recurso de poder. Em segundo lugar, como havíamos sugerido antes, nossas mentes controlam nossa ação; logo, se somos capazes de influenciar a mentalidade das pessoas, por exemplo seus conhecimentos ou suas opiniões, podemos também controlar indiretamente (algumas de) suas ações. E, em terceiro lugar, posto que as mentes das pessoas são influenciadas, sobretudo, pelos textos e pelas falas, descobrimos que o discurso pode controlar, ainda que indiretamente, as ações das pessoas, como sabemos *pela persuasão e manipulação*²⁰.

Além do controle institucional e midiático da comunicação, a Análise Crítica do Discurso se esforça em apontar – e nisto consiste a “análise do discurso” propriamente dita – a realização do exercício do poder de um grupo no que diz respeito ao acesso e controle das estruturas do texto e da fala. Em primeiro lugar, os sujeitos sociais mais poderosos podem controlar o contexto, “a estrutura (mentalmente representada) daquelas propriedades da situação social que são relevantes para a produção e compreensão do discurso” (DURANTI e GOODWIN, 1992, *apud* VAN DIJK, 1999, p. 27).

De forma similar à concepção adotada pelos estudos de cunho sociocognitivo-interacionista, o contexto é aqui entendido como algo constituído por categorias como a

²⁰ Grifo nosso.

definição global da situação, seu espaço e tempo, as ações em curso (incluindo o discurso e seus gêneros), os participantes em papéis variados, comunicativos, sociais ou institucionais, da mesma maneira que suas representações mentais: objetivos, conhecimentos, opiniões, atitudes e ideologias. Controlar o contexto implica controlar uma ou mais dessas categorias, determinando, por exemplo, o estatuto da situação comunicativa, decidindo sobre o tempo e o lugar do acontecimento comunicativo, quais participantes podem/devem estar presentes nele, em que papéis, quais conhecimentos ou opiniões deverão ter ou não ter, e quais ações sociais podem ou não se cumprir por meio do discurso do discurso.

Existe ainda uma série de modalidades de controle sobre as estruturas de interação. É justamente neste ponto que, conforme poderemos observar, as estruturas definidas pelos analistas da conversação, ainda nos anos setenta, são retomadas pela Análise Crítica do Discurso como ferramentas extremamente capazes de definir como as relações de poder e controle se manifestam no decorrer de uma determinada interação. Trata-se de noções centrais para os analistas da conversação, como o de tópico e o de turno – bem como outros conceitos-chave da Sociolinguística Interacional, como o de “papel social”, algo que só reforça a perspectiva de acordo com a qual há *continuum* teórico entre os estudos linguísticos apresentados nas seções 1.2 e 1.3 e a Análise Crítica do Discurso.

Segundo Van Dijk (1994), são os membros dos grupos dominantes que podem selecionar e determinar, em uma conversação, quem tem acesso preferencial ao turno, distribuindo-o e apontando qual papel social caberá a cada interactante²¹. Essa é a perspectiva de uma conversação *assimétrica*, distinta daquelas estudadas nos primórdios da Análise da Conversação, majoritariamente *simétricas*. Além disso, cabe a esses grupos decidir quem inicia, quem encerra a conversação, dentre diversos outros aspectos.

²¹ Esse mesmo ponto de vista é compartilhado por Fairclough (2001).

Buscando evidenciar que nem sempre as alternâncias de turno são construídas em torno de direitos e obrigações iguais para todos os participantes, conforme previsto no recorte operado pelos analistas da conversação, Fairclough (2001) elabora um modelo paralelo àquele apresentado por Sacks, Schegloff e Jefferson (1974), adequado às conversações assimétricas. Nesses casos, segundo o autor, é comum a distribuição de direitos entre poderosos (P) e não poderosos (N-P): “(1) P pode escolher N-P, mas o inverso não é possível; (2) P pode escolher a si mesmo, mas N-P não pode; (3) o turno de P pode ser estendido a qualquer número de pontos de completude possível” (p. 193).

O autor ainda acrescenta que os poderosos (P) podem ter o direito de interromper os não-poderosos (N-P) quando estes forem considerados irrelevantes, segundo os critérios de relevância controlados por P. Além desse aspecto, P, mas não N-P, que pode ter o direito de manter o turno e o controle interacional mesmo sem falar, por exemplo, quando ficam em silêncio como forma de reafirmar o próprio controle, ou para criticar os outros implicitamente.

De forma análoga, são também os mais poderosos que têm acesso ao controle dos tópicos discursivos, os conteúdos sobre os quais versam a conversação, aquilo que poderá ou não ser dito. Paralelamente, pode-se apontar o nível lexical, incidindo sobre as escolhas das palavras, como um modo extremamente eficaz de controle ideológico. Este aspecto é considerado por Van Dijk (*op. cit.*, p. 20) como o “mais controlado dentro do esquema de controle lingüístico”.

As operações de controle no nível de especificidade e grau de completude do texto também são apontadas pelo autor como muito relevantes. De acordo com o seu ponto de vista, a seqüência de eventos pode produzir diferentes graus de generalidade, alguns muito detalhados e claramente focalizados, outros vagos, difusos. Assim, os fatos que valorizam as ações dos grupos dominantes tendem a ser descritos de modo detalhado, enquanto os fatos incômodos não.

Portanto, pode-se dizer que cada camada de constituição do texto é controlável e isso é sempre extensivo aos textos orais, às conversações cotidianas. Apontaremos devidamente essas estratégias de controle, relacionando-as ao metadiscurso, no Capítulo IV deste trabalho.

CAPÍTULO II

A METADISCURSIVIDADE NO CONTEXTO DAS IDÉIAS LINGÜÍSTICAS

2.1 As correntes européias e o metadiscurso

O fato de o conceito moderno de metadiscursividade estar associado, em sua gênese, à noção de “função metalingüística”, no contexto das “funções da linguagem” apresentadas por Jakobson (1969) a partir da ampliação das “funções” anteriormente descritas, em 1934, por Bühler, exige que operemos, novamente, uma remissão ao percurso de constituição da Lingüística enquanto ciência moderna, antes de tratarmos da metadiscursividade propriamente dita.

Essa espécie de “retorno às origens” assume o propósito de abrir espaço para uma compreensão mais ampla a respeito da natureza dos próprios fenômenos em análise, bem como sobre o conjunto de idéias desenvolvidas pelos pesquisadores que acompanharam a descrição de tais fenômenos ao longo dos anos. Tal percurso proporciona, certamente, uma visão mais crítica e apurada do arcabouço teórico vigente na atualidade.

O conceito jakobsoniano de “função metalingüística” emerge no famoso ensaio intitulado “Lingüística e Poética”, escrito sob influência da Lingüística Estrutural. A influência desta vertente teórica, aliás, é facilmente observável pelo fato de o autor reconhecer, já no início, dois problemas centrais com os quais o estruturalismo se deparava na época, traduzindo-os em termos de duas necessidades básicas: a necessidade de uma revisão a propósito da “hipótese monolítica da linguagem” e o reconhecimento da “interdependência entre as diversas estruturas de uma mesma língua” (p. 122).

Se a língua fora concebida por Saussure como uma estrutura uniforme, representada por um código global, Jakobson (*op. cit.*) procura sustentar e indicar que esse código global

representava um sistema de diversos subcódigos simultâneos, inter-relacionados, cada um dos quais caracterizado por uma função diferente.

Foi a partir desse ponto de vista que o autor retomou e desenvolveu a célebre noção de “função da linguagem”, disseminada amiúde em fases posteriores da Lingüística. Trata-se de uma classificação caracterizada pela ampliação das três “funções” inicialmente apresentadas por Bühler: função “expressiva” ou “sintomática”, centrada no destinador; função de “sinal”, relacionada ao destinatário e função de “descrição” ou “representação”, centrada no contexto.

Jakobson (*op. cit.*) manteve as três funções apontadas anteriormente, mas lhes atribuiu novos nomes. Além disso, introduziu três novas funções, subdivididas da seguinte maneira (p. 123-129): função “referencial”, voltada para a informação; função “emotiva” ou “expressiva”, centrada no remetente; função “conativa”, voltada para o destinatário; função “fática”, cujo enfoque recai sobre os canais de contato; função “poética”, centrada na própria mensagem e função “metalingüística”, a qual focaliza o código.

Em razão dos objetivos gerais que norteiam este trabalho, não nos deteremos aqui na abordagem da natureza de cada um desses subgrupos, mas nos restringiremos em esmiuçar o conceito apresentado por Jakobson de função metalingüística, a qual pode ser considerada, conforme já dissemos, uma espécie de “embrião” do conceito moderno de metadiscursividade, tema central deste estudo.

Para desenvolvê-lo, o autor rompe com o conceito lógico de metalinguagem vigente até então, de acordo com o qual a metalinguagem era concebida apenas como um instrumento utilizado pelos lógicos e lingüistas para falar da linguagem, ou seja, uma linguagem cuja função é a de falar da própria linguagem. Para Jakobson (*op. cit.*), a metalinguagem está presente também na linguagem cotidiana, posição que fomentou um avanço considerável para a abordagem da mencionada função, vigente nos trabalhos acerca do assunto até os dias de hoje, após tantos avanços posteriores da Lingüística. Nas palavras do autor: “Sempre que o

remetente e/ou destinatário têm necessidade de verificar se estão utilizando o mesmo código, o discurso focaliza o código; desempenha uma função metalingüística (isto é, de glosa)” (p. 127).

Na seqüência, Jakobson evidencia esse ponto de vista por meio de diversos exemplos, típicos do emprego da metalinguagem em situações cotidianas: *Não estou compreendendo – o que quer dizer?; Que é que dizeis?; Entende o que quero dizer?*.

A retomada dos estudos acerca da metalinguagem, operada por Rey-Debove (1978), constituiu um segundo passo para a formação de um conjunto teórico acerca do referido tema. Partindo da mesma concepção de metalinguagem elaborada por Jakobson (*op. cit.*), a autora apresenta uma distinção entre a metalinguagem científica (ou dialética) e a metalinguagem corrente, entendida como as ocorrências que se manifestam em discursos não-especializados. Nesses casos, segundo a autora, o locutor especifica o significado de uma palavra ou expressão empregada em seu discurso, seja espontaneamente, seja após uma solicitação do interlocutor.

Para além de seguir o ponto de vista defendido por Jakobson de acordo com o qual a metalinguagem pode se manifestar em discursos não-especializados, algo capital para as abordagens contemporâneas sobre o assunto, uma grande contribuição trazida por este trabalho foi o fato de Rey-Debove (*op. cit.*) associar, pela primeira vez, o emprego da metalinguagem a uma atividade de formulação do texto. Essa associação pode ser extraída de uma afirmação apresentada pela autora, propriamente aquela segundo a qual o falante, a fim de apresentar um sentido que julga mais acessível ao interlocutor, faz uso de uma paráfrase, por exemplo.

No entanto, ao definir a metalinguagem, de modo muito semelhante a Jakobson, como “uma frase sobre a linguagem, que emerge de sua estrutura de superfície por causa dos signos que a compõe” (p. 78), a autora mantém a associação entre esse fato de linguagem e a

codificação de um sistema de língua. Como consequência direta dessa concepção, por um lado, não apresenta outras modalidades de ocorrências para além daquelas em que o discurso se centra apenas sobre o código, e, por outro lado, não avança na questão da relação fundamental que se estabelece entre metalinguagem e construção do discurso, explorada amiúde em abordagens posteriores.

Indubitavelmente, foi também a partir da disseminação das idéias de Bakhtin no ocidente, proporcionando a pulverização de vertentes teóricas diversas entre si no interior da Lingüística, que em um período posterior a Jakobson muitos estudiosos passaram a dedicar-se aos trabalhos sobre auto-reflexividade, partindo de posições teóricas e epistemológicas distintas. Dessa forma, contamos hoje com uma grande diversidade terminológica, a qual reflete diferentes perspectivas teóricas: metalingüística (em JAKOBSON, 1963; BENVENISTE, 1989; REY-DEBOVE, 1978); metacomunicação (em WATZLAWICK *et. al.*, 1973; GAULMYN, 1987; CUNHA, 2002); metalinguagem (CULIOLI, 1982; FRANÇOIS, 1994); metaenunciação (em AUTHIER-REVUZ, 1982, 1990, 1998); metadiscurso (em BORILLO, 1985; MAINGUENEAU, 1997; RISSO e JUBRAN, 1998; JUBRAN, 1999, 2002; RISSO, 1999, 2001; FAIRCLOUGH, 2001; KOCH, 2004).

Muito embora seja evidente essa diversidade, podemos afirmar que ela apenas é reveladora da natureza da pesquisa lingüística, marcada por pontos de vista diversos e variações de posicionamento ante um mesmo objeto. Dessa maneira, se considerarmos a observação apresentada por Jakobson (1963) de acordo com a qual as condições enunciativas que regem a ocorrência de enunciados metalingüísticos decorrem da necessidade de destinador e destinatário conferirem, pela referência ao código, a eficácia comunicativa da mensagem, torna-se possível aproximar a função metalingüística de outras denominações correntes, como veremos a seguir.

Para François (1994), que trabalha na linha da Semiologia Discursiva, é inerente à linguagem uma certa *opacidade* nas mais diversas situações de interação, de modo que os interlocutores são levados a precisar o sentido de um termo, retomar o próprio discurso de outra forma para que seja entendido de um determinado modo. A esses casos, no entanto, denominados “metalinguagem explícita”, François acrescenta a “metalinguagem implícita”: trata-se dos aspectos que um texto revela sobre ele mesmo, o que faz com que o leitor/ouvinte perceba, por exemplo, que uma narrativa é de ficção ou não. O autor menciona a ausência de modalização, que propicia a interpretação de um texto como um discurso de autoridade; parênteses, retificações, formas metalingüísticas integradas, movimentos de apresentação ou de retorno sobre si, para que o texto seja inserido em um dado contexto ou para apresentá-lo tanto como fiel quanto contrário a uma determinada doutrina. Desse modo, a metalinguagem implícita diz respeito a tudo que faz com que um texto funcione como comentário dele mesmo (FRANÇOIS, 1994).

Uma visão ainda mais ampliada da metalinguagem encontra respaldo em posições tomadas por outros autores, os quais preferem o termo “metacomunicação”. Assumindo a posição de François (*op. cit.*), Cunha (2002) debruça-se sobre os casos de metalinguagem implícita e passa a considerar o riso, a hesitação, repetições e retomadas como metacomunicação, uma vez que, de acordo com o seu ponto de vista, esse conjunto revela, em determinados contextos, além do conteúdo relativo ao tema, a dificuldade no processo da produção discursiva. Para Watzlawick *et. al.* (1973) todo o comportamento, e não apenas o discurso, é comunicação, e toda comunicação afeta o comportamento. O fato de um passageiro no avião não falar, permanecer de olhos fechados ou lendo o jornal, por exemplo, comunica. Em outras palavras, o comportamento verbal e não verbal funcionam como metalinguagem.

Mas, indubitavelmente, foi no vasto e fecundo campo de estudos que se convencionou chamar “Análise do Discurso de Linha Francesa” (doravante AD) que diversas pesquisas acerca do discurso auto-reflexivo foram desenvolvidas. Por dialogar com várias áreas do conhecimento, contamos com uma diversidade de disciplinas associadas à AD, diferenciadas entre si em função da origem e objetivos de cada uma delas.

Tais relações respondem hoje por uma multiplicidade de premissas teóricas, concepções e, conseqüentemente, uma ampla variedade de conceitos e métodos teórico-analíticos. Estes, por sua vez, estão refletidos na própria maneira de conceber o fenômeno do discurso auto-reflexivo, cuja variada terminologia encontrada no contexto da AD, cada uma delas associada à determinada linha, confirma a multiplicidade ora apontada: “metadiscurso” (MAINGUENEAU, 1997); “glosas metaenunciativas” (AUTHIER-REVUZ, 1982, 1990, 1998), dentre outros.

De uma forma muito breve, podemos afirmar que uma linha-mestra capaz de ligar a maior parte desses estudos está associada aos conceitos de formação discursiva²² e interdiscursividade. Fortemente ancorada no princípio dialógico da linguagem estabelecido por Bakhtin (1994), a interdiscursividade remete essencialmente à concepção de um sujeito que situa os seus discursos em relação aos discursos do outro, outro que envolve o destinatário para quem planeja a sua fala (nível intradiscursivo) e, analogamente, “outros discursos historicamente já constituídos e que emergem na sua fala (nível interdiscursivo)” (BRANDÃO, 1997, p. 49).

Questiona-se, assim, a concepção de sujeito como fonte dos sentidos dos enunciados que produz, básica para a Pragmática em suas versões originais. Em contraposição a essa

²² A noção de formação discursiva, fundamental para a Análise do Discurso, remete, de acordo com Brandão (1997, p. 90), a um “conjunto de enunciados marcados pelas mesmas regularidades, pelas mesmas ‘regras de formação’”. Define-se, de acordo com a autora, pela sua relação com determinada formação ideológica, o que significa dizer que os textos que fazem parte de uma determinada formação discursiva remetem a uma mesma formação ideológica. Paralelamente, importa considerar que um mesmo texto pode aparecer em formações discursivas diferentes, o que acarretará variações de sentido. É a formação discursiva que determina, de acordo com a autora, “‘o que pode e deve ser dito’ a partir de um lugar social historicamente determinado”.

ótica, a AD assume o sujeito como “assujeitado”, determinado pelos outros discursos, pela ideologia e pelo período sócio-histórico.

Considerando-se, portanto, o discurso como um campo fundamentalmente heterogêneo, determinado por uma relação intrínseca entre o “interior” discursivo e o seu “exterior”, foram desenvolvidos diversos estudos centrados na tarefa de descrever e analisar as formas da “heterogeneidade mostrada” do discurso (cf. AUTHIER-REVUZ, 1982, 1990, 1998; MAINGUENEAU, 1997 dentre outros), entendida como uma “manifestação dos diversos tipos de negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva do seu discurso” (AUTHIER-REVUZ, 1982, p. 91). O discurso auto-reflexivo, desde então, passou a ser considerado como uma das manifestações da heterogeneidade mostrada, e ganhou notoriedade com os estudos elaborados por Authier-Revuz acerca das “glosas metaenunciativas”.

Como fundamentação teórica para esses trabalhos, a autora parte também da noção de interdiscurso, associada ao conceito de “inconsciente” da Psicanálise. De acordo com o seu ponto de vista, o inconsciente reflete, na linearidade da cadeia discursiva, uma “polifonia não intencional”²³, cuja tarefa de seus estudos será a de recuperar e descrever.

Assim, as “glosas metaenunciativas” constituem-se, para Authier-Revuz, em uma materialização evidente da polifonia não-intencional. Trata-se dos comentários do sujeito falante sobre o seu próprio discurso, sob formas de glosas, retoques, comentários sobre um fragmento da cadeia, por meio dos quais um discurso se coloca explicitamente em alteridade em relação a si próprio.

Na visão da autora, tais estruturas podem ser plenamente descritas em termos de estratégias comunicativas que gerem os fatos de “não-um”²⁴. Trata-se de formas de representação das não-coincidências que manifestam a negociação obrigatória de todo

²³ As aspas são nossas.

²⁴ É importante ressaltar que esse “não-um” ao qual se refere a autora relaciona-se ao “outro” do inconsciente e de outros discursos.

enunciador com as não-coincidências fundamentais que atravessam seu dizer, as quais estão fundamentalmente associadas ao sujeito clivado pelo inconsciente.

A partir dessas considerações, a autora apresenta quatro categorias de heterogeneidade ou “não-coincidências” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 22-26):

- a) Não-coincidência interlocutiva: engloba os casos em que, pelo fato de o inconsciente trazer dois sujeitos não-simetrizáveis, o locutor procura resgatar a produção de um entre os enunciadores. Inscrevem-se aqui dois tipos distintos de ocorrência: os comentários feitos pelo falante sobre o seu dizer que indicam que o elemento usado não tem seu sentido partilhado pelo interlocutor (*digamos X; X, se quiser, se entende o que quero dizer*) e os comentários que marcam que as palavras são propriamente do interlocutor (*X, como você acaba de dizer; X, como você gosta de dizer*) ou que não são as palavras dele (*X, como você não diz; X, eu sei que você não gosta da palavra*);
- b) Não coincidência do discurso consigo mesmo: fazendo referência propriamente ao dialogismo bakhtiniano e à problemática do interdiscurso, essa categoria manifesta-se nos comentários que indicam a presença de uma palavra pertencente a um outro discurso (*X, no sentido de Bourdieu, etc.*)²⁵;
- c) Não coincidência entre as palavras e as coisas: remete à problemática das atividades de busca da nomeação e está atrelada, em termos lacanianos, ao real como radicalmente heterogêneo à ordem simbólica, isto é, à “falta de captura do objeto pela letra”. Está presente nas glosas que representam busca, hesitação, fracassos e sucessos com relação à produção da palavra adequada ou à nomeação (*X, e eu emprego X na falta de algo melhor; o que se pode chamar X; X, e eu digo bem X; ousou dizer X; etc.*);
- d) Não coincidência das palavras consigo mesmas: para a consideração dessa categoria a autora parte do jogo consubstancial, na visão de Lacan, do equívoco da homonímia generalizada, o qual está atrelado ao equívoco do dizer. Está presente nas glosas que designam, sob o modo de rejeição (por especificação de um sentido) ou de aceitação (pela integração ao sentido), os fatos de polissemia, de homonímia, de trocadilho. Subdivide-se em quatro grupos: (1) respostas de fixação de um sentido (*X, no sentido de p, etc.*); (2) figuras do dizer alterado pelo encontro do não-um: desculpas, reservas modalidades irrealizantes do dizer, ligadas ao jogo de “um sentido a mais” (*eu falhei dizendo X; X, se eu ousou dizer; etc.*); (3) o sentido estendido no não-um (*X, também no sentido de q; em todos os sentidos da palavra; etc.*); (4) o dizer reafirmado pelo não-um, freqüentemente imprevisto, do sentido (*X, é o caso de dizer; X, para dizê-lo em uma palavra precisamente ambígua; etc.*).

O conjunto de análises e considerações elaboradas por Authier-Revuz acerca das chamadas “glosas metaenunciativas” revelou-se um grande marco, no interior da Lingüística, da abordagem de tais fenômenos, seja pela riqueza das descrições, seja pela profundidade com

²⁵ Como se pode perceber, essa categoria guarda relações profundas com a citação, o que acaba por aproximar a abordagem das glosas metaenunciativas ao discurso reportado.

que foram tratadas. Por isso mesmo, trabalhos elaborados em outras perspectivas teóricas, inclusive de cunho textual-interativo, fizeram vasto uso das considerações apresentadas por Authier-Revuz, sobretudo da classificação estabelecida pela autora (cf. CUNHA, 1999; RISSO, 1999; ALVES, 2005).

Tal influência se faz notar inclusive na classificação que adotaremos como base para a análise dos dados: as categorias apresentadas por Jubran (2005, 2006) “indicação de procedimento de denominação reportada” e “indicação de outras fontes enunciativas do discurso para apoio ou refutação de argumentos” – esta muito ligada ao discurso reportado – refletem a problemática da relação do discurso com outros discursos, tão presente no item “não coincidência do discurso consigo mesmo”.

Cumpramos ressaltar, no entanto, que o nosso interesse pelos trabalhos de Authier-Revuz está centrado especialmente na tipologia das modalidades de “conotação autonímica” apresentada pela autora, a qual claramente influenciou as tipologias operadas a partir de uma perspectiva textual-interativa da linguagem e, inclusive, a própria concepção de metadiscurso na ACD.

Isso porque, conforme procuramos deixar claro no Capítulo anterior, embora partamos do princípio de que os sujeitos, inseridos em contextos de cognições sociais amplas, são afetados pelas ideologias dos grupos dominantes, assumimos como princípio que tais sujeitos também constroem ativamente, a partir de suas próprias reflexões, pontos de vista acerca dos fatos existentes no mundo. Trata-se de uma concepção de linguagem enquanto *atividade*, e, por conseguinte, de um sujeito que age para fazer valer sua representação do discurso.

Ancorado em uma Teoria da Ação Social, suporte para a concepção de linguagem como forma da ação, este ponto de vista distancia-se bastante daquele que concebe o sujeito apenas como um “efeito”, originário da Psicanálise, resultado de uma estrutura complexa;

sujeito descentrado, dividido, clivado, o qual “não é mais senhor da sua morada”. Sujeito este que não possa transitar pelas esferas sociais mais amplas e, assim, transformá-las.

Ademais, enquanto a AD ocupou-se bastante dos textos escritos, foi a partir da trilha de estudos delineada no Capítulo I que os estudos acerca da oralidade, como o que propomos desenvolver nesta pesquisa, foram desenvolvidos na Lingüística.

2.2 A metadiscursividade em Andrée Borillo e a inserção de um ponto de vista pragmático

No contexto de uma perspectiva pragmática da linguagem, por sua vez, foi indubitavelmente com os estudos apresentados por Borillo (1985) que o interesse pela auto-reflexividade discursiva ganhou dimensões maiores, expandindo-se inclusive para outras áreas da Lingüística. Elegendo a metadiscursividade como objeto específico de análise, a autora parte da definição elaborada por Jakobson (*op. cit.*) acerca da função metalingüística e, de forma pioneira, a remete à situação enunciativa particular que instaura e atualiza o discurso.

Borillo (*op. cit.*) elabora o conceito de metadiscurso a partir de uma concepção de metalinguagem como “um discurso centrado sobre o código, mas o código tomado em sentido amplo, remetendo tanto à estrutura da língua enquanto sistema, quanto à sua ativação em situação de comunicação” (p.49), diferenciando claramente as duas noções. Isso porque o metadiscurso cumpre uma realidade concreta de metalinguagem, enquanto a noção de metalinguagem, elaborada por Jakobson (*op. cit.*) e complementada por Rey-Debove (*op. cit.*), mantém-se presa a uma visão de língua como estrutura, e não como uso.

Uma consequência direta dessa mudança de perspectiva teórica e de ponto de vista sobre a natureza do objeto em questão, foi a considerável ampliação da abrangência dos usos

recobertos pelo conceito de metadiscurso, face às poucas construções envolvidas pela noção metalinguagem²⁶. Enquanto os exemplos mais representativos dessa categoria constam da linguagem técnica da gramática ou da lexicografia, com função de descrever, definir, explicitar as propriedades de forma e significação de um enunciado, sem remeter explicitamente às condições de sua enunciação, o metadiscurso é apresentado como um tipo de metalinguagem caracterizável por ocorrências variadas e fortemente presentes em todo discurso.

De acordo com Borillo (*op. cit.*) o metadiscurso, além de trazer para o interior do discurso a explicitação e a definição das formas e dos sentidos dos signos em si mesmos, possibilita ainda ao locutor mencionar enunciados colocando-se a distância²⁷, reportá-los a uma outra fonte²⁸ e remeter à construção do seu discurso. Nesse último caso, a autora refere-se “ao ato de enunciação em si mesmo, suas condições enunciativas, as intenções e estratégias discursivas do locutor” (p. 49).

Partindo desse ponto de vista, a autora apresenta uma tipologia de enunciados metadiscursivos, subdividindo as modalidades de intervenção do metadiscurso em três categorias: a) a que faz referência ao discurso, especificando aspectos do código em uso na elaboração do texto; b) a que se refere ao discurso como fato enunciativo, para explicitar algumas de suas condições, ligadas à gestão do diálogo, tendo em vista sua inteligibilidade; c) a que se refere ao discurso como construção de enunciados, para explicitar seu desenvolvimento, sua estratégia e organização argumentativa.

²⁶ Apesar de o conceito de metadiscursividade ser bastante amplo, a autora faz questão de sublinhar que tal noção não engloba aquilo que se conhece por metacomunicação, tal como vimos, neste trabalho por meio da apresentação das considerações elaboradas por Cunha (2002) e Watzlawick *et. al.* (1973). Borillo (*op. cit.*), reconhece, no entanto, a dificuldade em se traçar “fronteiras nítidas” entre as duas noções.

²⁷ Temos, aqui, um ponto de intersecção entre metadiscursividade e muitas modalidades de conotação autonímica.

²⁸ Nesse caso, a autora insere operações relacionadas ao jogo multiplano de encenação do discurso, observáveis especialmente em diversos tipos de citação.

Esses casos estão exemplificados, conforme Risso e Jubran (1998)²⁹, respectivamente em (1), (2) e (3):

- (1) Doc ... professor C... poderiam nos mencionar vamos dizer na escala de:: ... – *não sei se seria certo*– de valores... os problemas de uma cidade:: ... de uma ciDAde comum... (D2-SP-255)
- (2) Doc ... *professor R. quer falar sobre a imprensa ou dá primazia aqui ao professor C.?* (D2-SP-255)
- (3) Inf ... *agora nós vamos passar para o nosso outro assunto... o outro assunto... é a região mediastínica...* então nós vamos começar a nossa região mediastínica... (EF-SSA-049)

Em virtude da importância dessa pesquisa para a análise do metadiscurso em Perspectiva Textual-Interativa, passamos a especificar mais detalhadamente, na sequência, cada uma dessas categorias.

2.2.1 – Referência ao código do discurso

Partindo dos usos identificados pela função metalingüística clássica, estudada particularmente por Jakobson e Rey-Debove em suas respectivas obras, e seguindo além, Borillo abarca, nesta categoria, diversas modalidades de construções metadiscursivas que denunciam uma tendência clara dos falantes a precisar, definir, explicar o sentido das palavras. Tais operações, segundo a autora (*op. cit.*), são inseridas no discurso por meio de incisos como *quer dizer (isso quer dizer...), isto é, no sentido de, é o caso de dizer, como se diz, mais precisamente, por assim dizer*, dentre outros, ou simplesmente pela justaposição de vários termos aparentemente sinonímicos “que se reforçam uns aos outros por meio de um processo de acumulação” (p.51).

²⁹ Em suas análises Risso e Jubran (1998) aplicaram a classificação apresentada por Borillo (1985) em material extraído do Projeto NURC (Norma Urbana Culta).

Borillo (*op. cit.*) afirma ainda que a escolha de um termo ou de um sentido para o enunciado adquire, na glosa, um caráter mais pessoal, uma vez que, por meio dela, o falante explicita o sentido que ele próprio pretende conferir ao enunciado. Dessa forma, a autora relaciona, de modo análogo ao que se defende neste trabalho, o metadiscurso aos enunciados de reformulação parafrástica³⁰, uma das estratégias textuais-interativas de formulação textual.

Isso porque, partindo sempre de sua intenção comunicativa, o enunciador, ao julgar uma determinada formulação discursiva inadequada, “dobra-se sobre seu discurso para aclará-lo, torná-lo mais acessível ao destinatário, e assim propõe uma nova formulação do seu dizer”, a qual pode ser marcada “pela operação de substituição ou de aproximação” (p. 52).

A fim de ilustrar esse conjunto de ocorrências, a autora apresenta alguns exemplos de incisivas metadiscursivas, destacando, no entanto, a impossibilidade de se estabelecer uma lista exaustiva. Trata-se de expressões como *eu me explico*, *eu vou dizer*, *veja o que eu vou dizer*, *para precisar*, *como dizer?*, *para dizer melhor*, *para dizer a verdade*, *dito de outra forma*, *no sentido de*, etc.

Borillo acrescenta a possibilidade de o falante retomar enunciados formulados pelo seu interlocutor, seja para estabelecer pontos de contato entre ambos os enunciados, seja para corrigi-los, por meio de expressões como *você quer dizer*, *se eu compreendi bem o que você disse*, *como você diz* etc. Desse último caso, pode-se extrair uma ligação direta entre metadiscursividade e correção, mais uma estratégia textual-interativa de formulação textual.

2.2.2 – Referência às condições enunciativas do discurso

Há alguns tipos de incisivas metadiscursivas, no entanto, que estão mais atreladas ao processo de comunicação em si que ao conteúdo do enunciado. Caso levemos em

³⁰ O conceito e a tipologia dos “enunciados de reformulação parafrástica” são extraídos, pela autora, de Gülich e Kotschi (1983 *apud* BORILLO, *op. cit.*).

consideração o contexto das funções da linguagem apresentadas por Jakobson (*op. cit.*), estariam mais próximas de cumprir uma função fática que propriamente a metalingüística.

Trata-se de enunciados relativamente estereotipados quanto ao conteúdo, com função de garantir uma forma compreensível ao que está sendo dito, incluir o interlocutor no discurso, testar sua compreensão, detectar se o mesmo está em condições de compreender as intervenções do locutor, criar condições para que este interlocutor participe da conversação, instaurar um contato ou mesmo uma convivência entre ambos (cf. BORILLO, *op. cit.*, p. 53).

A fim de tornar mais clara a natureza desses usos, a autora os subdivide, tipologicamente, em cinco classes principais, dispostas do seguinte modo (p. 54):

- a) Pergunta sobre a compreensão do destinatário (ou sobre a forma como foi operada a recepção de seu dizer em uma conversação a distancia): *você compreendeu?, você entende?, entendeu?, está claro?*;
- b) Comentários do locutor a respeito do processo de elaboração do seu próprio dizer: *eu repito para você, eu retomo, eu vou te dizer, mais uma vez eu estou te dizendo...*
- c) Convite para que o locutor permaneça escutando – a partir de um esforço mental de compreensão – ou, ao contrário, para que ele se expresse: *entenda-me, compreenda-me, prosseguindo, continuando, eu te entendo*;
- d) Solicitação de uma enunciação ou manifestação de espera pela mesma: *eu estou te escutando, continue, diga-me*;
- e) Manifestação de recepção e compreensão: *percebi, tudo bem, compreendi, perfeito, eu entendi bem*;
- f) Indicação de não-compreensão e/ou requisição explícita por uma reformulação: *eu vou parar você, eu não entendi, você pode repetir?*, questões-ecos ou outras questões de repetição: *que você... o quê? se eu... o quê?*

Vale ressaltar, conforme o faz a autora, que todos estes incisos não se relacionam ao conteúdo do enunciado propriamente dito, nem mesmo ao universo referencial ao qual o mesmo se reporta, “mas se aplicam às condições do diálogo, à sua inteligibilidade, à sua boa transmissão. Isso permite aos parceiros assegurar que a mensagem foi bem recebida, compreendida, ou sinalizar que as coisas não se passaram assim” (BORILLO, *op. cit.*, p. 54).

2.2.3 – Referência à construção do discurso

A elaboração do discurso está sempre determinada pelas coerções impostas por um determinado gênero textual. É desse gênero que a construção do discurso apresentar-se-á como uma etapa bem definida, da qual tanto as seqüências discursivas serão desenvolvidas quanto virão a emergir as rupturas, sob forma de digressões, de parênteses, de explicações.

Durante esse processo de elaboração, as diferentes etapas podem ser sinalizadas, ao mesmo tempo em que o discurso é construído, pelos enunciados metadiscursivos, os quais ora podem mencionar a relação do trecho que introduzem com o fragmento que o precede, ora podem caracterizar o estatuto discursivo do fragmento que introduzem³¹. Agem, assim, como verdadeiros marcadores de estruturação, “encaminhando o curso do raciocínio, facilitando o trabalho de apresentação e, por isso mesmo, contribuindo para a compreensão” (BORILLO, op. cit., p.56).

A autora subdivide esses usos em três planos ligeiramente diferentes: progressão lógica, esquema de composição e esquema argumentativo. Passamos a enfocar brevemente, na seqüência, cada um deles.

2.2.3.1 – A progressão lógica

Na categoria das incisivas responsáveis pela progressão lógica do texto, Borillo (*op. cit.*) insere as expressões anafóricas metadiscursivas que remetem explicitamente a um fragmento já elaborado do discurso, especificando a forma, a função, o conteúdo desse fragmento. Trata-se de glosas como *essa passagem*, *esse termo*, *esse parêntese*, *essa discussão*, etc., as quais incidem sobre pontos específicos do discurso, ou ocorrências como *deteremo-nos sobre essa*

³¹ Observe que, nesse trecho, embora de modo indireto, a autora relaciona a metadiscursividade com outra estratégia textual-interativa de formulação: a parentetização.

citação, voltemos ao exemplo, passemos a um outro tipo de explicação, eu volto sobre esse termo, eu prossigo na minha conclusão, eu vou manter essa definição, etc., que permitem ao locutor operar retornos sobre o discurso como um todo (BORILLO, *op. cit.*, p. 56).

Materializados especialmente em forma de advérbios de lugar e de tempo, de verbos de movimento conjugados, a partir do momento da enunciação, no imperativo, no indicativo presente ou no futuro, tais comentários assumem a função de explicar os desvios, as repetições, as digressões. Sem eles, o discurso pode parecer mal-articulado ou mesmo caótico. Em função desses comentários, “é possível articular o discurso segundo uma progressão mais competente, uma lógica mais sutil, melhor adaptada às circunstâncias e objetivos do locutor” (BORILLO, *op. cit.*, p. 56).

A autora insere ainda, nesta categoria, numerosas expressões metadiscursivas com função de assegurar a progressão seqüencial do discurso, as quais estabelecem, entre enunciados sucessivos, ligações anafóricas que asseguram a coesão e colaboram na construção do sentido: *a isso se adiciona...*, *ao que antecede...*, *ao que sucede...*, *a partir disso...*, *para completar...*, *o que me leva a dizer...*, *isso me conduz a...*

Trata-se de expressões solidificadas em forma de verbos ora de dizer, ora de movimento, considerando que esses últimos indicam uma conjugação espaço-temporal que abrange o discurso no exato momento de sua construção. A autora se refere a verbos como *continuar*, *prosseguir*, *vir*, *deter*, *passar*, dentre outros, que conjugados em primeira pessoa singular ou plural, no presente ou futuro (exprimindo uma intenção planejada do locutor, anunciando o ato discursivo), marcam as etapas de um processo, propriamente o processo da dinâmica do discurso, da mesma maneira que *começar*, *atacar*, *abordar*, *finalizar*, *terminar*. São expressões como *eu abordarei em primeiro lugar*, *passarei em seguida*, *isso me conduz ao ponto...*, *eu mencionarei da mesma maneira* (BORILLO, *op. cit.*, p. 57).

2.2.3.2 – O esquema de composição

Da mesma maneira que se esforça em explicitar a relação da metadiscursividade com a progressão lógica do discurso, Borillo procura, nesta categoria, apresentar o modo como os enunciados metadiscursivos podem mencionar o lugar e o estatuto de um fragmento em relação a todo o conjunto de composição do discurso.

De acordo com a autora, nesses casos, as incisivas metadiscursivas operaram de duas formas distintas. Podem estar relacionadas, em primeiro lugar, a uma simples alusão, uma evocação, uma recordação, ou pelo contrário, ao relevo³² de um determinado fragmento discursivo, em casos como *dito de passagem, entre parênteses, para simples menção, a título de lembrança*, ilustrativos do primeiro grupo, e *eu insisto, tome nota, guarde bem*, geralmente marcados por traços de acentuação, prosódica ou gráfica, ilustrativos do segundo grupo.

Por outro lado, há as incisivas com função de marcar e mencionar as etapas de elaboração de um discurso e a relação dessas etapas entre si, designando, de uma forma mais específica, as variadas funções discursivas de cada parte em relação a um plano geral. Consolidam-se, assim, como fatores de integração e organização, em usos como *introduzindo, para dar um exemplo, resumindo, diante desse propósito, deteremo-nos em...*

Nesse conjunto, a autora insere também alguns enunciados que, de acordo com o seu ponto de vista, podem assumir uma função, ainda mais precisa, de mencionar os elementos do esquema argumentativo os quais permeiam a elaboração do discurso. Para esses casos, dedica inclusive uma subseção particular, destacando-os deste grupo. Por se tratar de uma associação semelhante àquela que propomos apresentar nesta pesquisa, enfocaremos suas considerações.

³² Extraíu-se, desse trecho, uma relação operada por Borillo entre metadiscurso e o processo de relevo.

2.2.3.3 – O esquema argumentativo

De forma análoga aos elementos apresentados no item anterior, os procedimentos metadiscursivos responsáveis pela montagem do esquema argumentativo não cumprem apenas a função de marcar as diferentes fases do desenvolvimento do discurso ou de caracterizar algum fragmento em relação a um plano geral de construção. Antes, especificam o estatuto de um enunciado em relação ao raciocínio que o produz e aos objetivos perseguidos pelo locutor no processo de elaboração do seu discurso.

Paralelamente, se levados em conta os critérios formais de materialização, observa-se, segundo a autora, outra semelhança entre ambos, haja vista que os elementos aqui tratados também se concretizam por meio de enunciados performativos explícitos, os quais estão, simultaneamente, “em uso e menção”³³ (RECANATI, 1979 *apud* BORILLO, *op. cit.*, p. 58).

Trata-se de ocorrências como *a isso eu faço a objeção de que P (e P é uma objeção)*, *eu responderei que...*, *eu contesto...*, etc., de algumas variantes dessas formas, tais como *eu trago aqui a confirmação...*, *eu farei aqui a seguinte objeção...*, *vamos supor que...*, *vamos até contradizer...* e de outras proposições como *a título de demonstração*, *como eu suponho*, *como metáfora*, *a título de ilustração*, todas elas indicando o estatuto discursivo do enunciado subsequente.

Por meio desses usos, a trama argumentativa a partir da qual se desenvolve o discurso é atualizada por um jogo de enunciados que contribuem na identificação dos movimentos e desvios do raciocínio do locutor.

A autora destaca ainda que a presença de tais enunciados não é, de forma alguma, obrigatória, mas a explicitação que carregam em seu interior se apresenta tanto como um

³³ Vale lembrar que o emprego da noção de “uso e menção” para a caracterização das “estruturas meta”, introduzida em perspectiva Pragmática por Borillo, também esteve presente nos trabalhos de Authier-Revuz e marcou uma etapa desses estudos. No entanto, em função do próprio desenvolvimento do conceito de metadiscurso, tal noção veio a ser paulatinamente abandonada, conforme será possível observar no próximo item.

auxílio eficaz para o locutor controlar a elaboração textual quanto colabora no processo de assegurar a compreensão e sinalizar a maneira como esse locutor deseja que seus enunciados sejam interpretados.

2.3 Estudos sobre a metadiscursividade no Brasil: o metadiscurso como um recurso textual-interativo

Conforme apontado no Capítulo I, a Perspectiva Textual-Interativa, enquanto proposta teórica, constitui-se de uma integração bem articulada entre a Análise da Conversação, a Pragmática, Sociolingüística Interacional e a Lingüística Textual. Adotaremos tal abordagem, em primeiro lugar, pelo fato de a mesma partir do princípio de que, “na interação conversacional, cada interactante produz o seu turno, movido por uma ou várias intenções comunicativas, isto é, cada interactante visa a influenciar, de alguma forma, o seu interlocutor” Hilgert (1993, p.100). Dessa maneira, a proposta teórica mencionada oferece abertura para o estabelecimento de uma associação entre metadiscursividade e argumentação, uma das hipóteses centrais a serem defendidas no desenvolvimento da pesquisa aqui delineada.

Paralelamente, essa proposta foi desenvolvida de maneira específica para a análise do português culto falado, tal como o corpus selecionado para esta pesquisa. Acrescente-se o fato de ter sido justamente no interior desse quadro teórico que se desenvolveu o conceito de metadiscursividade, embasando os diversos trabalhos acerca do assunto em nossa literatura lingüística.

Na realidade, a Perspectiva Textual-Interativa extrai, da Pragmática, o ponto de vista de acordo com o qual os dados lingüístico-textuais devem ser analisados a partir de seu funcionamento em situações concretas de uso da linguagem, de suas condições reais de

efetivação. Nesse sentido, considera-se que o contexto, no qual os usuários reciprocamente situados no processo de interação verbal estão imersos, imprime-se de modo concreto no enunciado, “de modo que se observam marcas do processamento formulativo-interacional na materialidade lingüística do texto” (JUBRAN, 2006a, p. 29).

Da Análise da Conversação, por sua vez, tal perspectiva apropria-se, conforme aponta Jubran (*op. cit.*), de seu vasto arcabouço construído a partir da abordagem da oralidade, das amplas questões que passou a incluir ao examinar a língua falada com afinco, abrangendo situações diversificadas do intercurso verbal.

Por fim, a descrição textual-interativa seleciona de modo particular, da Lingüística Textual, a concepção de texto como uma unidade sociocomunicativa, concretizada no interior de um processo interacional. Adotamos aqui, conforme exposto amiúde no Capítulo anterior, esse ponto de vista partindo da definição de texto proposta por Beaugrande (1997, p.10), como “um evento comunicativo em que convergem ações lingüísticas, cognitivas e sociais, e não apenas a seqüência de palavras que são faladas ou escritas”.

Por “ações cognitivas” entendemos as atividades mentais, que regem o conjunto de atividades lingüísticas e interacionais e que são colocadas em ação no momento em que os interlocutores processam seu texto. Dentre as diversas atividades mentais ativadas ao longo da interação, destacaremos, a partir do propósito geral que norteia a pesquisa aqui proposta, o papel das ideologias, definidas por Van Dijk (2005, p. 10) como “representações sociais que definem a identidade social de um grupo, quer dizer, suas crenças compartilhadas a propósito de suas condições fundamentais, seus modos de existência e reprodução”.

Considerando o caráter inerentemente persuasivo do nosso *corpus* - entrevistas com políticos em fase de pré-campanha eleitoral para a Prefeitura Municipal - investigaremos qual o papel exercido pelo metadiscurso na imposição de determinadas ideologias ou cognições

sociais à audiência, focalizando a formulação lingüística no estabelecimento de uma espécie de controle sobre as atitudes, normas e valores dos indivíduos.

No tocante às “ações sociais”, serão aqui entendidas como estratégias interacionais socioculturalmente determinadas, ponto em que se torna relevante associar, conforme feito na literatura corrente, os pressupostos teóricos da Sociolingüística Interacional aos da Lingüística Textual. Partimos do princípio de que há vários tipos de ações que criam conflitos de interesses, o que pode colocar em perigo a face do locutor ou de seu interlocutor. Faz-se necessário, dessa maneira, que se tenha conhecimento das regras sociais reguladoras das atividades interacionais, o que implica saber agir de acordo com os padrões que regem a preservação da imagem e distinguir quando estes mecanismos estão sendo utilizados ou não.

Acreditamos que, no *corpus* selecionado para a elaboração desta pesquisa, o mecanismo de *face*, tanto no que se refere à preservação quanto ao ataque à face do interlocutor, mostrar-se-á extremamente relevante para a análise. Isso porque o contexto histórico-temporal e a natureza dos tópicos influem diretamente no caráter das entrevistas escolhidas, no decorrer das quais as idéias dos entrevistados serão questionadas pelos entrevistadores e deverão ser sustentadas pelos primeiros.

Dessa forma detectaremos, certamente, um alto grau de polemicidade, observável na abordagem de tópicos ameaçadores, resultando em respostas paralelas ou desvios de tópico, tentativas de tomada e manutenção de turno e ameaças à face.

Essa característica permite que enquadremos o nosso *corpus* como uma modalidade de interação conflituosa, entendendo-se por conflito uma situação discursiva “em que se observa desentendimento entre as idéias que estão sendo desenvolvidas pelos interlocutores; em que ocorre uma disputa entre idéias e os argumentos apresentados por eles” (AQUINO, 1997, p.117).

Paralelamente, por se tratar da modalidade “entrevista”, espera-se a forte emergência dos papéis sociais na fala dos entrevistadores e dos entrevistados, justamente em forma de metadiscurso³⁴. Utilizamos aqui a concepção de papel social apresentada por Goffman (1973, p. 74), “modelo de ação desenvolvido durante uma representação e que pode se apresentar ou utilizar em outras ocasiões”, e Robinson (1977, p. 114), “conjunto de comportamentos prescritos para (ou esperáveis de) uma pessoa que ocupe determinada posição na estrutura social”.

Preti (2000) afirma que o conceito de papel está intimamente ligado ao de *status* e ambos nos remetem à participação do homem no grupo social, por isso a linguagem se torna relevante nesse contexto:

Quando dizemos que a pessoa que ocupa um *status* deve subordinar-se a certos comportamentos, queremos referir-nos, de maneira ampla, não apenas a posturas éticas, mas também a aspectos ligados à sua representação física, à sua aparência, ao seu vestuário. E, também, à sua linguagem, componente importante na criação de sua imagem. Esse conjunto de normas relativas a cada *status* tem o nome de papel social (Preti, *op. cit.*, p. 86).

Partindo de uma concepção textual-interativa sobre a linguagem, os estudos em torno da metadiscursividade no Brasil se apresentaram, inicialmente, como uma aplicação das considerações elaboradas por Borillo, de sua proposta de classificação para as estruturas metadiscursivas a materiais de específicos da modalidade culta do português falado, extraídos especialmente dos inquéritos do NURC (cf. RISSO, 1999, 2001; RISSO e JUBRAN, 1998; KOCH 2004) e de entrevistas televisivas (cf. JUBRAN, 1999, 2002).

³⁴ A questão da emergência do papel discursivo do locutor em diversas modalidades de intervenção do metadiscurso é uma outra característica peculiar do objeto de estudos em menção (cf. RISSO e JUBRAN, 1998; RISSO, 1999, 2000; JUBRAN, 1999, 2001, 2005). Incidindo sobre o discurso enquanto um fato enunciativo, por muitas vezes o metadiscurso focaliza os papéis sociais dominantes na fala dos locutores, como, por exemplo, no caso das entrevistas, em que se tem o papel de entrevistador (cujo ato de perguntar vem muitas vezes materializado no corpo do texto) e do entrevistado (responder, esclarecer). Trata-se de ocorrências como “*eu quero perguntar o seguinte*”, por parte do entrevistador, e “*eu, na condição de X (seu cargo, sua função na sociedade), estou aqui para responder*”, por parte do entrevistado.

Buscou-se, nessa etapa, em primeiro lugar, estabelecer ligações sistemáticas entre o metadiscurso e os elementos constitutivos básicos para a estruturação do texto falado, tais como o tópico discursivo, os marcadores e as alternâncias de turno. Observam-se ainda trabalhos que relacionaram a metadiscursividade à estrutura informacional do texto, como os processos de marcação de relevo (JUBRAN, 2002) e de sinalização de busca de denominação (RISSO, 2001), bem como entre essas estruturas e as marcas sócio-interacionais presentes na superfície desses textos, como a preservação de faces, por exemplo.

Vale lembrar que um dos pilares do ponto de vista textual-interativo é a mesma concepção pragmática que fundamenta o trabalho de Borillo. Ao assumir a linguagem como “atividade verbal entre os protagonistas de um ato comunicativo, contextualizada no espaço, no tempo e no conjunto complexo de circunstâncias que movem as relações sociais entre os interlocutores” (RISSO e JUBRAN, 1998, p. 227), as autoras admitem que o enunciado e as condições enunciativas estão incorporados na ação verbal, o que “leva a ver os componentes enunciativos como introjetados no produto lingüístico de um ato comunicativo – o texto” (RISSO e JUBRAN, 1998, p. 228).

Dessa forma o metadiscurso, por inscrever o produto verbal na situação enunciativa que o instaura, estabelece-se como uma das evidências dessa integração entre enunciado e enunciação, aspecto muito caro aos estudos elaborados pelo Grupo de Organização Textual-Interativa do Projeto Gramática do Português Falado. Além disso, é desse jogo multiplano observável pela integração enunciado-enunciação, característico do metadiscurso, que as autoras extraem aquela que consideram ser a propriedade básica identificadora da metadiscursividade: a auto-reflexividade. É ela que explica o fato de o metadiscurso assumir o estatuto polivalente de discurso e glosa sobre o discurso (RISSO, 2001).

No caso específico da língua falada, a metadiscursividade ganha uma dimensão particular, pelo fato de as contingências da produção oral promoverem uma acentuada

manifestação dos fatores enunciativos na estruturação do texto. De acordo com Risso e Jubran (1998), o texto falado, fortemente ancorado no entorno espaço-temporal de interação face a face, é produzido de forma dinâmica e momentânea, o que favorece sensivelmente o afloramento, na sua superfície, de traços da enunciação. Em razão do monitoramento local e contínuo das construções verbais, esses traços são linguisticamente materializados, ficando, portanto, acessíveis à análise.

Assumindo por pressuposto o trabalho de Borillo (*op. cit.*), Koch (2004), por sua vez, segue um percurso um tanto diferente ao inserir a metadiscursividade no grupo das estratégias textual-discursivas de construção do sentido, ao lado das inserções, das repetições e dos deslocamentos de constituintes.

Definindo as estratégias metadiscursivas como “aquelas que tomam por objeto o próprio ato de dizer”, por meio das quais “o locutor avalia, corrige, ajusta, comenta a forma do dizer; ou, então, reflete sobre sua enunciação, expressando a sua posição, o grau de adesão, de conhecimento, atenuações, juízos de valor etc., tanto em relação àquilo que está a dizer, como em relação a outros ditos” (KOCH, *op. cit.*, p. 120), a autora propõe, no interior da Lingüística Textual, uma tipologização diferente para as estratégias metadiscursivas, afastando-se daquela proposta por Borillo (*op. cit.*) e expandindo, ao mesmo tempo, esse conceito.

De acordo com o seu ponto de vista, as estratégias metadiscursivas podem ser subdivididas em três tipos distintos: as estratégias metaformativas, as modalizadoras ou metapragmáticas e as estratégias metaenunciativas.

As estratégias metaformativas são aquelas que permitem ao locutor operar “sobre os enunciados que produz, procedendo a reformulações, refletindo sobre a adequação dos termos empregados, sobre a função de um segmento em relação aos precedentes ou subseqüentes” (KOCH, *op. cit.*, p. 122). Trata-se de uma concepção muito ampla de metadiscursividade,

uma vez que estabelece que as atividades de reformulação são subgrupos específicos de uma categoria maior: as estratégias metadiscursivas. Vale lembrar que, no interior da *Gramática do português culto falado no Brasil* (2006), a correção, a repetição e o parafraseamento são considerados estratégias textuais-interativas particulares de construção de sentido.

Os exemplos listados a seguir, extraídos pela autora de inquéritos do NURC, ilustram as maneiras pelas quais as estratégias metaformativas se associam, respectivamente, à correção por substituição (*não fala... fala muito pouco*) e também por corte e negação (*reeduc/...reeducação não mas seria... exercícios..*) (4) e à paráfrase e repetição saneadora (5):

(4) L1 depois eh:: terça e quinta... a menina faz fonoaudiologia porque ela está com três anos e pouco... e *ainda não fala... fala muito pouco* então ela faz *reeduc/... reeducação não mas seria... exercícios com a fonoaudióloga* para ver::... se começa a falar mais rapidamente (D2 SP 360: 103-108).

(5) L2 você vê né? o mundo quer que nós conservemos ...a... Amazônia para controlar a poluição mundial... que que você acha disso?

L1 *não entendi bem a pergunta...*

L2 o mundo aí o:: naquela::... última exposição que houve agora aí – nosso Ministro do Interior foi representando – eles não querem que devastem as áreas amazônicas... devido às:: vastas florestas tudo por causa da poluição... você acha justo nós conservarmos aquilo o::u (D2 SP 62: 183-192).

Ao lado das atividades de reformulação, temos, de acordo com Koch (*op. cit.*, p. 124), as estratégias metaformativas com função de permitir ao locutor estabelecer reflexões sobre a forma do dito, explicar os termos empregados, destacar a função de um segmento em relação ao anterior etc., conforme podemos observar em (6):

(6) L2 no trem... eu acho que há o repouso assim integral... porque o trem não tem... a mobilidade de um ônibus por exemplo que às vezes dificulta a leitura et. cetera... *quer dizer o trem é mais estável...* (D2 SP 255: 243-246)

As estratégias modalizadoras, por sua vez, assumem o papel primordial de preservar a face do locutor, mediante a introdução no texto de atenuações, ressalvas (exemplo (7)), ou

mesmo marcar o grau de comprometimento, de engajamento do locutor com o seu dizer, o grau de certeza em relação ao dito (exemplo (8))³⁵:

(7) Loc. (...) todo artista deve sabe::r... ah:: o conteúdo da peça o que vai aconte/ e conhecer bem a peça... e... com seu talento... *não estou querendo com:: isso dizer que sou um grande artista porque quando eu fui artista longe disso... fui o pior possível... mas acho que o camarada deve::eh:: valorizar... o espetáculo do qual está participando...* (DID SP 161: 351-357).

(8) L2 essa... essa... cebola bem picada... porque aí está o detalhe... uma das coisas fundamentais de qualquer preparo de prato... *eu pelo menos penso assim... quer dizer... é a minha opinião...* (D2 POA 291: 127-130).

As estratégias metaenunciativas, por fim, correspondem estritamente, de acordo com a Koch, aos usos em que o locutor reflete claramente sobre o “dizer-enquanto-se-diz”. Nesses casos, de modo semelhante àquilo que Authier-Revuz (1982, p. 91) denomina “formas marcadas de conotação autonímica”, ocorre, “em um quadro único de enunciação, um acúmulo sobre o dizer de um elemento, um comentário sobre o próprio dizer” (KOCH, *op. cit.*, p. 127).

As ocorrências metadiscursivas apontadas em (9) são ilustrativas:

(9) L2 *é eu não teria muito o que acrescentar...* o C. de certa forma colocou muito bem o problema *eu poderia só complementar me referindo* por exemplo a alguns aspectos como a poluição... que hoje em São Paulo se torna insuportável né) (...) (D2 SP 255: 1475-1479)

2.3.1 O metadiscurso como discurso auto-referente

A noção de metadiscursividade, com o advento dos estudos sobre referenciação, sofre significativas reconsiderações, à medida que alguns estudiosos deixam de caracterizá-la como

³⁵ Nesse sentido, tais estratégias estão interligadas à noção de “modalidade epistêmica”.

uma categoria autônoma para inseri-la no rol das estratégias que promovem uma recategorização do referente.

Cumprir observar, no entanto, antes de tratarmos propriamente do metadiscurso nesse contexto, que no estágio atual dos estudos sobre referenciação vem sendo dada ênfase ao afastamento teórico em relação ao modelo tradicional, o qual concebe a referência como uma representação, via palavras, dos objetos do mundo, entidades dadas *a priori*³⁶, para um outro quadro, em que os referentes são concebidos como objetos-de-discurso.

Para isso, conforme destaca Jubran (2005, p.219), assume-se que “os objetos-de-discurso são elaborados pelos sujeitos, em um processo dinâmico e intersubjetivo, ancorado em práticas discursivas e cognitivas situadas social e culturalmente, bem como em negociações que se estabelecem no âmbito das relações interacionais”. Esse ponto de vista está em plena consonância com o estágio atual da Lingüística Textual, propriamente a etapa sociocognitivo-interacionista.

Partindo de suas intenções comunicativas, os sujeitos geram os referentes no interior do seu discurso, os quais “são introduzidos, conduzidos, retomados, identificados no texto, modificando-se à medida que o discurso se desenrola, por meio de estratégias específicas de referenciação” (JUBRAN, *op. cit.*, p. 220).

No contexto dos processos de referenciação apresentados por Marcuschi e Koch (2006) – as *descrições definidas* ou *indefinidas*, as *nominalizações* e as *anáforas associativas* – a metadiscursividade recebe uma classificação à parte, à medida que se apresenta de forma um tanto distinta dos demais processos. Isso porque, apesar de conferir, como as demais ocorrências, um aspecto particular ao elemento primeiro, denominado “fonte”, e modificá-lo de alguma maneira, as “estratégias metalingüísticas ou metadiscursivas” instituem o próprio

³⁶ Essa é a noção de referência assumida especialmente nos trabalhos que partem de uma concepção de língua como código.

discurso como objeto-de-discurso, diferenciando-se das demais, caracterizadas por instituírem como objetos-de-discurso elementos relativos ao desenvolvimento do tópico discursivo.

Em um quadro assim configurado, conforme demonstrado por Jubran (*op. cit.*), torna-se insustentável atribuir à metadiscursividade a propriedade particularizadora de fazer uso de um determinado elemento lingüístico e mencioná-lo, conforme observamos em trabalhos descritos até aqui.

Essa inadequação está associada ao fato de a distinção uso/menção assentar-se na oposição entre as “situações de ‘uso’ de recursos léxicos para referir objetos do mundo, nos casos em que a linguagem tem função ideacional, e ‘menção’ ao próprio discurso, nos casos de função metadiscursiva” (JUBRAN, *op. cit.*, p.220). Em uma concepção que adota o ponto de vista de acordo com o qual não há distinção entre elementos intradiscursivos e extradiscursivos, uma vez que os objetos de discurso são fundados no uso da linguagem, não se pode condensar a significação ideacional apenas na função de designar referentes, da mesma maneira que a metadiscursiva não se restringe à tarefa de mencionar o discurso. Nesse sentido, ambas as funções partilham a propriedade de instaurar objetos-de-discurso no texto:

Em consequência, a diferença específica do metadiscurso não está na dicotomia *uso/menção* e sim na natureza de objetos-de-discurso que ele instaura no texto: no metadiscurso, as palavras são usadas para referirem-se à própria atividade discursiva, indicando a introjeção da instância da enunciação na materialidade textual (JUBRAN, *op. cit.*, p.220).

Partindo desse ponto de vista, bem como do arcabouço construído a partir dos trabalhos em que aplicou a classificação elaborada por Borillo (*op. cit.*), ou seja, os inquéritos do NURC e entrevistas televisivas transcritas do Programa Roda Viva, da TV Cultura, Jubran (2006b) estabelece uma rica descrição das modalidades de metadiscurso, dispondo-a da seguinte forma:

a) Referências à formulação lingüística do texto:

- i) indicação de mudança de registro (*aquilo que o VULgo chama um GANcho* no exemplo (10));
- ii) indicação de procedimento de denominação reportada (exemplo (10): *eu vou dizer essa palavra gancho entre aspas* no exemplo (10));
- iii) comentário sobre a adequação ou não da palavra ao registro de fala que está sendo usado (*nem esse é termo que a gente possa usar* no exemplo (10)):

(10) Inf. Acontece ah: muito comumente que é *aquilo que o VULgo chama um GANcho*... o professor... na maioria das vezes... faz um GANCHO... *eu vou dizer essa palavra gancho entre aspas... porque gancho não é profissão e nem esse é termo que a gente possa usar... mas um gancho quando eu digo é que ele exerce se ele é engenheiro por exemplo... ele exerce sua profissão... liberal de engenharia e nas horas vagas ele vai dar aula na universidade...* então essas Horas vagas... ele faz como alguém que se desincumbe de alguma coisa e aquela hora vaga ele ta preenchendo pra ganhar mais... (NURC/REC DID 256)

- iv) comentário sobre a adequação ou não da denominação ao referente em foco na interação:

(11) L1 nós estamos com o metrô muito::... sei lá... a gente está acostumado já de ouvir falar metrô porque está muito mas... não temos metrô ainda metrô tem que ser uma malha... certo? Nós temos uma linha... coitadinha *não sei se dá para chamar ela de metrô...* (NURC/SP D2 343)

- v) explicitação da referência conferida a um item lexical:

(12) Inf. outra coisa... é eu falar em es-TI-lo... naturalista... e *naturalista aqui realista... isto é:: não é a a a... realidade idealizada MAS a realidade de Fato... que vai ser retratada...* (NURC/SP EF 405)

- vi) sinalização do processamento de busca de denominação:

(13) Inf. uma vez... ele era tesoureiro... outra vez vice-presidente... agora ele é... eu disse vice-presidente ainda agora...né... mas não... vice-presidente é o outro... ele foi no ano passado... ele é... *como é que se diz a pessoa que cuida do clube... que toma... não... não é ecônomo... é que toma conta assim da... dessa parte... que ele tem que cuidar*

dessas obras tudo... diretor de patrimônio... é isso... né?... então a gente... quando tem também esses encontros... (NURC/POA DID 45)

vii) sinalização da pertinência relativa da palavra às referências pretendidas:

(14) Inf. pronto... foi mais fácil ainda José do que a sua... resposta... não é? ele foi mais prático...*vamos dizer assim...* não é que você esteja incorreto de jeito nenhum mas é que ele foi ele resumiu... não é? ele foi bem rápido pronto... (NURC/REC DID 337)

b) Referências à estruturação do texto:

i) marcação do esquema de composição do segmento tópico:

(15) MI *eu acho que têm duas linhas pelas quais tem que se enfrentar o problema éh... da seca (...)* o primeiro é fortalecer as ações de cidadania... que nada têm a ver com o governo que são redes de... de... da cidadania brasileira (...) que hoje voltam a se organizar para responder à situação éh... de... éh... fome naquela região do país... *o segundo* são as ações governamentais (TV Cultura – Roda Viva – 11/05/98)

ii) marcação de retomada de tópico:

(16) Inf. no início do século ((ruído))... a África e a América Latina... eram quase que ilustres desconhecidos... (vo)cês viram () aqui que o total de população... que o total de população... no início do século... na África... e na América Latina... era um total... bastante pequeno... e que foi a grande taxa... maior que a da... na América e na África que fizeram com que hoje... realmente apesar de uma taxa muito alta... ainda em termos totais... tanto a África como a América Latina..... teriam uma população RELativamente pequena em comparação... à Europa e à Ásia... *então como eu ia explicando...* no início do século vinte ou melhor século dezenove... só existiam... a Europa e a... Ásia... bom... formadas... por culturas diferentes... atravessando situações históricas de feudalismos diferentes... mas... tanto a Ásia quanto a Europa... já passavam por passados... o que não acontecia com a América e com a África... ta? (NURC/RJ EF 379)

iii) indicação do estatuto discursivo de um fragmento do texto (*definição* no exemplo (17));

iv) anúncio prévio do tópico a ser desenvolvido (*região mediastínica* no exemplo (17)):

(17) Inf. *região mediastínica... por definição... nós vamos definir* região mediastínica... aquela região... limitada pela poro/... pela porozodiastínica... direita e esquerda (NURC/SSA EF 049)

c) Referências às instâncias co-produtoras do texto: falante/escritor – ouvinte/leitor:

i) atribuições de qualificações ao locutor para discorrer sobre um tópico discursivo:

(18) Doc. como é que são as marcações do estado?

L1 como é que são as marcações do estado... *bom você deveria perguntar isso ao técnico e não a mim que sou apenas... um: um usuário das marcações* eu acho que aqui nós já temos certas estradas relativamente bem sinalizadas (NURC/SSA D2 98)

ii) manifestação de interesse ou desinteresse para desenvolver um tópico:

(19) Inf. sabemos por exemplo... que o sindicato... dos comerciários *para falar de um assunto que nos toca... parti/ particularmente...* possui uma granja na cidade de Carpina... e que proporciona... àquela imensa... leva... de associados... um lazer realmente magnífico... (NURC/REC DID 131)

iii) indicação de outras fontes enunciadoras do discurso para apoio ou refutação de argumentos

ou mesmo para preservação de face:

(20) Inf. (...) e ficar em casa tomando seu cafezinho comendo seu sanduíche e e... ((risos)) e assistindo filme... eu acho que o que mais prende o pessoal *que a gente ouve e eu vejo o o o os come/ e e eu ouço os comentários* eu acho que são os filmes que passam principalmente nos fins de semana... agora novelas também né? (NURC/SP DID 131)

iv) evocação de conhecimento partilhado:

(21) Inf. então habitualmente nessas assembléias os associados tratam... realmente como já disse... das vantagens... salariais como também... os associados... tratam também a respeito de da questão... do horário porque *como nós sabemos* a classe comerciaria por exemplo... tem um horário estipulado... pela lei das conso/ pela lei CLT... em torno de: oito horas... diárias... quatro horas pela manhã quatro horas... pela tarde (NURC/REC DID 131)

v) instauração de convivência com o interlocutor:

(22) Inf. mas eu acho que o teatro hoje em dia está:: está indo para um caminho eh tão TANTo palavão tanta... ((risos))... *é um negócio né? fala a verdade (...)* (NURC/SP DID 234)

vi) testagem da compreensão do que é dito:

- (23) Inf. existe... na concepção estruturalista... uma idéia de estrutura lingüística que demasiado rígida... para meu gosto... porque... o característico... de todo organismo de todo sistema vivo... é o contínuo devir é a mudança... contínua... então... há sempre possibilidade de transcender o esquema lingüístico... então nós cairíamos nalguma coisa que... se chama CRIatividade humana... *vocês compreendem?* (NURC/SP EF 124)

vii) indicação do processo dialógico que envolve locutor e interlocutor:

- (24) Inf. Sem querer dar uma de xenófobo, eu acho que as autoridades constituídas deviam prestar atenção nesses inglesismos todos, porque a coisa às vezes descamba para a galhofa. Imaginem o que pensará um americano ao deparar-se com uma sorveteria batizada de John's. John, no idioma de Mike Tyson, tanto significa João, quanto sanitário. *Tudo bem, minha senhora, eu sei que estou me repetindo, que já comentei sobre esse assunto há uns dois anos. Mas é que, tornando a repetir-me, não tenho culpa de ser assim meio tautológico (ao Aurélio, minha senhora), mas a coisa está feia mesmo!* (NELFE Artigo de opinião E 152)

d) Referência a papéis discursivos e sócio-institucionais e a atividades languageiras:

i) referências a atividades languageiras:

- (25) Doc. Agora L. eu gostaria que você me *contasse* um pouco... so:bre... a questão da habitação... onde você morava an:tes? Todo esse processo de colocação: eu gostaria que *você expusesse com clareza* (NELFE Entrevista falada F 018)

ii) referências ao papel sócio-institucional e atividades languageiras:

- (26) FHC a capacidade que nós... hoje... temos de discutir com o *Presidente da República* ((dirigindo-se diretamente aos telespectadores))... aqui exposto de coração aberto ao país... ao telespectador... com muita alegria... vocês todos não sei o que vão me *perguntar... respondo abertamente...* (TV Cultura - Roda Viva - 26/04/99)

iii) referências a atividades languageiras e papel discursivo:

- (27) FM Senhor Stédile então vamos tentar discutir alguns pontos... o senhor disse que o MST quer claramente uma mudança de estrutura fundiária quer dizer... não é apenas uma reforma agrária... é uma mudança de estrutura fundiária... JPS é verdade...

FM mas não se contenta com isso quer também uma série de mudanças sociais... então aí o senhor poderia *enumerar algumas mudanças sociais... mesmo que seja em termos genéricos* que aí nós vamos ter uma idéia de/ pra onde o MST (...) realmente quer ir

JPS primeira mudança social... tem que acabar com essa concentração da propriedade da terra não?... porque o sujeito no Brasil tem que ter cem mil hectares duzentos mil hectares de terra?... tem que estabelecer limite
((fala incompreensível de um entrevistador))

JPS qualquer fazendeiro/ eu me imagino aqui pela realidade brasileira sujeito com mil hectares pode fica/ viver muito bem... ficar rico e produzir (diante dos padrões)/

FM [() uma agro-indústria moderna (...)

JPS ele pergunta e responde... não é? ((ri))

FM não não não... pelo contrário... eu quero (0

JPS você me perguntou quais são as medidas... eu começo a responder uma/ tu já diz que ()

FM não... eu acrescentaria só uma pequena pergunta... (TV Cultura - Roda Viva - 25/08/97)

e) Referências ao ato comunicativo:

- i) estabelecimento da natureza que o ato comunicativo deve assumir (vocês podem falar à vontade conversar entre si quanto menos a gente interferir melhor no exemplo (28));
- ii) negociação de tópicos (trecho em itálico a partir de *sobre o quê?* no exemplo (28)):

(28) Doc. *vocês podem falar à vontade conversar entre si quanto menos a gente interferir melhor*
L1 *sobre o quê?*
Doc. *sobre a comunicação... transportes... viagens... a::... assuntos em geral*
L1 tá mesmo pra gente né?,,, especialistas em assuntos gerais
L2 assuntos gerais
L1 eu to um pouco desligado... *posso falar sobre enxaqueca?*
Doc. *pode* (NURC/REC D2 05)

iii) gestão da interação:

(29) MS vamos debater mas por favor um de cada vez senão o telespectador em casa não vai entender o que está sendo dito aqui (...) teremos tempo para todos (TV Cultura - Roda Viva - 25/08/97)

iv) tomada ou negociação de turno:

- (30) DK Presidente deixa eu voltar para o dia de hoje?... é o seguinte... eu queria fazer logo umas três perguntas de cada vez pra não/
 [antes que você faça eu vou
 [por quê? ((dirigindo-se a RN)) não eu vou fazer
 RN ((dirigindo-se a DK)) tem a ver com aquilo que o Presidente estava dizendo *só espera* (((agora dirigindo-se a FHC)) o senhor admite que errou na escolha de Francisco Lopes para Presidente do Banco Central?

2.4 Algumas questões pertinentes para análise do *corpus*

Ao elegermos como característica essencial da metadiscursividade, de modo análogo a Jubran (2005), a auto-reflexividade, a qual possibilita que o discurso dobre-se sobre si mesmo, auto-referenciando-se e instituindo-se, paralelamente, como o próprio objeto-de-discurso, consideramos o metadiscurso como uma estratégia de referência, a qual está arrolada pelos pesquisadores do Grupo Organização Textual-Interativa do Projeto Gramática do Português Falado como uma das estratégias de construção textual³⁷.

Ainda de acordo com Jubran, por muitas vezes, as estruturas metadiscursivas assumem um caráter parentético, ou seja, “não se integram sintaticamente a nenhum enunciado do segmento textual no qual se inserem e são proferidas com uma demarcação prosódica que as distingue dos enunciados circundantes, condutores do tópico discursivo focal da interação” (*op. cit.*, p. 226). Nesse sentido, estabelece-se novamente uma ligação intrínseca entre o metadiscurso e outra estratégia em particular: a parentetização³⁸:

- (31) Inf cooperativas também são... entidades... realmente bastante... significativas... dentro de uma conjuntura... ou dentro da conjuntura... nacional ***por exemplo para citar especificamente o caso... do nosso país***... sabemos por exemplo que países altamente evoluídos e avançados... (DID REC 131)

³⁷ Cf. *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*, volume I, 2006.

³⁸ Vale lembrar que Koch (2004), embora adotando uma concepção mais ampla de metadiscursividade que essa, já oferecia pistas significativas da relação que se poderia estabelecer entre o metadiscurso e a paráfrase, a correção e a repetição saneadora. Por sua vez, Jubran (2002) relacionou o metadiscurso ao processamento do relevo no texto.

No entanto, há evidências de que a relação entre a metadiscursividade e as estratégias textuais-interativas não se restringem à referência e à parentetização. Na realidade, as mencionadas incisivas podem se associar ainda à repetição, parafraseamento, correção e ao processo de relevo.

No volume I da *Gramática do português culto falado no Brasil*, Marcuschi (2006, p. 221) define funcionalmente a repetição como “a produção de segmentos textuais idênticos ou semelhantes, duas ou mais vezes no âmbito de um mesmo evento comunicativo”. O exemplo (32) é ilustrativo³⁹ dessa estratégia:

(32) Inf nós temos que confiar... no sistema democrático... porque é através desse sistema democrático que nós podemos... obter **como já disse anteriormente e repito**... toda uma série enorme de reivindicações... (DID REC 131)

Por sua vez, o parafraseamento é concebido, na mesma Gramática, como “uma estratégia de construção textual que se situa entre as atividades de reformulação, por meio das quais novos enunciados remetem, no curso da fala, a enunciados anteriores, modificando-os total ou parcialmente” (HILGERT, 2006, p. 275). Assim, “a paráfrase não é, em si mesma, uma propriedade de formulações lingüísticas, mas o resultado de uma estratégia cognitivo-discursiva dos sujeitos” (FUCHS, 1994, *apud* HILGERT, *op. cit.*, p. 277).

De acordo com Hilgert (*op. cit.*) as paráfrases evidenciam, nesse contexto, uma descontinuidade no fluxo da informação: à medida que o falante percebe algum tipo de problema na sua formulação lingüística (tais como erros, falhas, busca de palavra adequada, de enunciados mais completos, explícitos ou explicativos, dentre outros) ele interrompe a sucessão de enunciados que realiza retomando os enunciados em forma de paráfrase. É nesse sentido que o autor enquadra tais estratégias, ao lado das correções, como uma atividade de

³⁹ Todos os exemplos das estratégias textuais-interativas aqui selecionados englobam casos que, além de ilustrativos das mesmas, evidenciam ocorrência do metadiscurso.

reformulação textual, haja vista que sempre procedem à reformulação de enunciados anteriores, o que lhes dá caráter metaformativo:

- (33) L2 (...) ... *que seria então... éh:: uma nota bruta... num teste?* Seria aquela nota total... de erros... e acertos(...) (EF SP 377)

Também concebida, conforme mencionado e justificado no parágrafo anterior, como uma atividade de reformulação, a correção pode ser definida como a produção de “um enunciado lingüístico (Enunciado Reformulador – ER) que reformula um anterior (Enunciado Fonte – EF), considerado ‘errado’ aos olhos dos interlocutores” (FÁVERO, ANDRADE e AQUINO, 2006, p. 258). Diferencia-se da paráfrase, de acordo com as autoras, em função do propósito comunicativo: enquanto na correção o falante pretende apagar o EF e substituí-lo pelo ER, por considerá-lo inadequado, na paráfrase, como já foi visto, o EF constitui-se como matriz para movimentos semânticos. Além disso, “a equivalência semântica entre EF e ER é condição necessária para que haja paráfrase, ao passo que na correção pode eventualmente haver algum ponto de contato entre EF e ER” (FÁVERO, ANDRADE e AQUINO, *op. cit.*, p. 260⁴⁰). Observe:

- (34) L2 (...) toda a parte eh praticamente toda a parte jurídica do Estado é feita... *não espera aí* ((risos)) *já estou exagerando* não é toda a parte jurídica... do Estado... mas todos:... mas a grande parte jurídica do Estado... (...) (D2 SP 360)

O relevo, por fim, não é propriamente classificado, na *Gramática*, como uma estratégia de construção textual. Para os organizadores, trata-se de um fenômeno relacionado ao

⁴⁰ Vale destacar que, partindo das funções interacionais, a correção é agrupada por Fávero, Andrade e Aquino (*op. cit.*, p. 270-272) em dois grandes grupos. O primeiro deles está relacionado à chamada “cooperação”, nos usos em que o falante, ao corrigir o seu interlocutor, encontra uma possibilidade de participar da conversação e evidenciar seu envolvimento. O segundo, por sua vez, engloba as atividades de “orientação de foco” e é subdividido em duas modalidades: uma centrada especificamente no tópico discursivo, englobando os casos em que o falante, ao corrigir a sua fala, esclarece o interlocutor sobre aspectos informacionais da mensagem; outra, cujo enfoque recai nos interlocutores e nas relações entre eles, nos usos em que a correção está relacionada à preocupação do falante em sustentar uma determinada posição social, adequando-se às normas lingüísticas, à tentativa de preservar a auto-imagem pública ou a evidenciar sua opinião.

processamento da informação e, por isso mesmo, é enquadrado, ao lado do tópico discursivo propriamente dito e do par dialógico pergunta-resposta, como um dos elementos responsáveis pela organização tópica do texto falado.

Para Travaglia (2006, p. 167), “chama-se relevo o grau de saliência de determinados elementos em um texto, no desenvolvimento dos tópicos discursivos desse texto”. Ainda de acordo com o autor, o relevo pode servir para dar destaque a determinados elementos do texto, pondo-os em proeminência em relação a outros (o relevo positivo ou proeminência) ou, pelo contrário, pode servir para colocar elementos em um plano inferior em relação aos outros ou promover seu “ocultamento” (relevo negativo ou rebaixamento).

No que se refere às funções propriamente ditas do relevo positivo, aquele que interessa para esta pesquisa, já que não encontramos, conforme poderá ser observado no decorrer da análise, ocorrências do relevo negativo no *corpus* analisado, Travaglia (1999, p. 78) relaciona as que seguem: enfatizar; intensificar; marcar um valor especial, indicando que o elemento em relevo deve ser tomado num sentido diverso do habitual, muitas vezes contrário; estabelecer contraste; reforçar um argumento; marcar importância para a estrutura ideacional/informacional; marcar o foco informacional etc.

No exemplo (35), observamos uma incisa metadiscursiva que assume, simultaneamente, a função de destacar um elemento do texto:

(35) Inf (...) existe análise também... eu diria que existe até mes:mo... um olhar assim um tanto voltado à realidade... mas fazer uma análise... um estudo sistemático... somen:te... aí é que está a diferença... somente... **vamos grifar**... somente levando em consideração a realidade social... em adequação... à lei por exemplo... ao direito... vigente... (EF REC 337)

Em um quadro assim configurado, o metadiscurso parece se comportar, no mínimo, como uma sub-função de quase a totalidade das estratégias textuais-interativas, guardando com elas uma forte relação de identidade, o que torna importante contemplar, na análise do

metadiscurso a ser operada no decorrer desta pesquisa, uma descrição dessa intersecção, aprofundando-nos na abordagem de sua natureza a partir dos dados concretos presentes em nosso *corpus*.

Assumindo tal aspecto como pressuposto, cumpre considerar ainda o ponto de vista defendido por alguns autores como Koch (2004, p. 104), para quem as estratégias textuais-interativas “são estratégias (...) que se destinam a atuar na organização do texto a fim de facilitar a compreensão dos enunciados pelo interlocutor e/ou provocar a sua **adesão**⁴¹ àquilo que é dito, visando a garantir, assim, o sucesso da interação”.

De acordo com essa ótica, é possível relacionarmos a metadiscursividade à atividade argumentativa da linguagem, algo que, embora assinalado por autores como Borillo (1985) e Jubran (2006b) ao proporem subcategorias que associam o engajamento dessas estruturas com a orientação argumentativa dos enunciados⁴², ainda não está devidamente explicado. Tal associação encontra respaldo em trabalhos como o de Jubran (1999), no decorrer do qual a autora constatou que quanto maior a polemicidade na interação, maior a incidência do metadiscurso, o que nos conduz conseqüentemente a associar a metadiscursividade ao movimento de argumentação e contra-argumentação.

Paralelamente, se a metadiscursividade e as estratégias textuais-interativas se imiscuem em determinados pontos, essa análise virá a contemplar ainda, em certa medida, uma descrição das funções argumentativas das estratégias textuais-interativas, algo que, embora consensualmente aceito, ainda não foi operacionalizado na literatura corrente.

⁴¹ O grifo é nosso. Ressaltamos aqui que a questão da ênfase na adesão do interlocutor é o eixo central da Teoria da Argumentação desenvolvida por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1959, 1996).

⁴² Referimo-nos aqui à subcategoria que engloba as referências ao discurso “enquanto construção de enunciados, para explicitar seu desenvolvimento, sua estratégia e organização argumentativa”, apresentada por Borillo (*op. cit.*) e “indicação de outras fontes enunciantes do discurso para apoio ou refutação de argumentos”, em Jubran (2006b).

2.4.1 A adoção de uma perspectiva “crítica” à abordagem do metadiscurso

Ao selecionarmos alguns dos pressupostos da Análise Crítica do Discurso, emergem ainda outros pontos que deverão ser incorporados à análise dos dados. Para isso, conforme estabelecido no Capítulo anterior, partimos do princípio, apresentado por Van Dijk (1999), de acordo com o qual, na elaboração desse tipo de análise, cabe encontrar uma perspectiva crítica em áreas como a Pragmática, a Análise da Conversação, a Retórica e a Sociolinguística Interacional. Assim, a adoção de um enfoque crítico assume um aspecto complementar, sem qualquer conflito teórico-metodológico com os estudos elaborados acerca do metadiscurso em perspectivas sociointeracionistas, textual-interativas, apresentadas até o presente momento.

Nesse contexto vale notar, primeiramente, conforme está bastante evidente na tipologia apresentada por Jubran (2006b), que o metadiscurso estabelece relações sistemáticas com as estruturas básicas definidas pelos analistas da conversação, especialmente com as alternâncias de turno e a condução do tópico discursivo. Levando em consideração a posição adotada por Van Dijk (1994), exposta amiúde no Capítulo anterior, de acordo com a qual uma análise dessas estruturas em situações assimétricas pode definir como as relações de poder e controle se manifestam no decorrer de uma determinada interação, o estudo do metadiscurso também poderá ser, por conseguinte, significativo para se desvendar aspectos do controle interacional, sobretudo ao fazer “referências ao ato comunicativo”, à “estruturação do texto”, aos “papéis discursivos / sócio-institucionais e às atividades languageiras”.

As próprias atividades de formulação textual, aqui denominadas “estratégias textuais-interativas” não são neutras. Adotando uma ótica que parece estar muito próxima de uma associação com a Retórica, Fairclough (*op. cit.*, p. 199) afirma que o ato de formular, em si mesmo, “tem uma função importante de controle interacional, nas tentativas de alguns participantes de ganhar a aceitação de outros para suas versões do que foi dito ou sugerido em

uma interação, o que pode então restringir as opções dos últimos de forma vantajosa para os primeiros”. Esse ponto de vista é endossado, integralmente, por Van Dijk (1994) quando se refere ao processo de “expressão/formulação” (p. 16).

Como vimos defendendo, o metadiscurso, além de ser classificado como uma modalidade da estratégia textual-interativa da referenciação, imiscui-se com as demais estratégias e a análise da correlação dessas estruturas com as relações de poder e ideologia parece despontar como um caminho válido a ser trilhado.

Salientamos que Fairclough (*op. cit.*), a fim de elaborar o seu ponto de vista acerca do metadiscurso, classifica-o como uma modalidade de “intertextualidade manifesta”. Adotando a mesma ótica de Maingueneau (1997), assegura que, pelo metadiscurso, o produtor de um texto distingue níveis diversos dentro de seu próprio texto e distancia a si próprio de alguns desses níveis. No entanto, apesar de considerar a posição assumida na Análise do Discurso de Linha Francesa, o autor apresenta uma revisão importante desse ponto de vista. Observe:

O metadiscurso implica que o falante esteja situado acima ou fora de seu próprio discurso e esteja em uma posição de controlá-lo e manipulá-lo. Isso tem implicações interessantes para a relação entre discurso e identidade (subjatividade): parece ir contra a visão de que a identidade social de uma pessoa é uma questão de como ela está posicionada em tipos particulares de discurso. Há dois lados nessa questão. Por um lado, a possibilidade de uma distância metadiscursiva de seu próprio discurso pode dar a ilusão de que a pessoa está sempre plenamente no controle dele, de que o discurso é um efeito da subjatividade mais do que vice-versa. É interessante a esse respeito que o metadiscurso parece ser comum em tipos de discurso em que é valorizada a apresentação do ‘eu’ em posição de controle (...). Por outro lado, eu enfatizei uma visão dialética da relação entre discurso e subjatividade: os sujeitos são em parte posicionados e constituídos no discurso, mas eles também se envolvem na prática que contesta e reestrutura as práticas discursivas (ordens de discurso) que os posicionam. *Isso inclui reestruturações que são motivadas por considerações polêmicas e objetivos manipulativos: as paráfrases (...) constituem “uma engenharia semântica” (...). O que pode parecer como uma inocente clarificação do significado (...) pode ser interpretado mais apropriadamente como uma definição política e ideologicamente motivada*⁴³ (Fairclough, *op. cit.*, p 157-158).

Extrairemos, do que foi exposto no excerto selecionado, alguns pontos que consideramos importantes para serem investigados a respeito de uma conexão entre a

⁴³ Grifos nossos.

metadiscursividade e o enfoque crítico. Em primeiro lugar, a própria correlação entre o metadiscurso e a intertextualidade na perspectiva crítica já é, por si mesma, significativa, e está contemplada na tipologia, aqui assumida, pelo subgrupo “indicação de outras fontes enunciativas do discurso para apoio ou refutação de argumentos ou mesmo para preservação de face” (JUBRAN, 2006b).

Isso porque, conforme apontado no Capítulo anterior, o grau de abertura para manifestação de diferentes “vozes” no interior de um texto, e a maneira como estas são articuladas, pode constituir em uma fonte importante para que sejam detectadas as maneiras pelas quais esse mesmo discurso pretende atingir o consenso hegemônico.

De forma análoga, as estratégias de preservação de “face” e, por conseguinte, de “polidez” como um todo, não são neutras para a análise crítica. Retomando os conceitos de polidez, face positiva e face negativa, elaborados por Brown e Levinson (1978) em uma pesquisa que aborda a polidez em termos de um conjunto de estratégias, por parte dos participantes do discurso, para mitigar os atos de fala que possam ser ameaçadores para sua própria face ou para a dos interlocutores, Fairclough (*op. cit.*) tece algumas considerações importantes. Para o autor, as convenções de polidez particulares “incorporam, e seu uso implicitamente reconhece relações sociais e de poder particulares (...), e, na medida em que se recorre a elas, devem contribuir para reproduzir essas relações” (p. 204).

No que tange às estratégias textuais-interativas propriamente ditas, Fairclough (*op. cit.*) destaca o papel do parafraseamento na busca da manutenção do poder e consenso hegemônico. De acordo com o autor, em uma paráfrase, “que pode parecer como uma inocente clarificação do significado pode ser interpretado mais apropriadamente como uma definição política e ideologicamente motivada”.

Como vimos defendendo a imbricação, em muitos casos, entre metadiscursividade e parafraseamento, é possível estabelecer uma analogia direta entre esse mesmo excerto e o

subgrupo “explicitação da referência conferida a um item lexical”, no interior do grupo “Referências à formulação lingüística do texto”.

Retomando, em consonância com o que fora explicitado nos parágrafos anteriores, a posição assumida por Van Dijk (1994), de acordo com a qual o nível lexical parece ser o mais controlado dentre todos os níveis de composição do texto, todos os subgrupos do mencionado grupo, que sempre fazem referência ao processo de escolha/adequação de um determinado item lexical durante o intercurso verbal, deverão ser significativos para a análise do processo de manifestação de uma determinada ideologia e busca do consenso hegemônico.

No entanto, como o autor também assume que a forma mais completa de exercício do poder está materializada na persuasão, e se a Lingüística Textual e, por conseguinte, a concepção textual-interativa, consideram que cada uma das atividades de formulação visam a provocar a adesão do interlocutor ao que está sendo dito, cumprirá demonstrar claramente, antes de operarmos a análise dos dados, o que entendemos por argumentação e quais teorias a esse respeito selecionaremos para embasar nossas considerações. É justamente essa tarefa que passa a ser o enfoque do próximo Capítulo.

CAPÍTULO III

RETÓRICA E ARGUMENTAÇÃO NUMA PERSPECTIVA CRÍTICA

3.1 – Argumentação e Análise Crítica do Discurso

A concepção de linguagem como forma de ação implica conceber-se os participantes da interação verbal, conforme já mencionado, como verdadeiros protagonistas do processo interacional. Ao interagirem, os interlocutores carregam consigo os seus projetos comunicativos, os seus objetivos, as suas intenções, as crenças e valores característicos de si mesmos e, por conseguinte, do grupo social em que vivem, buscando sempre influenciar, de alguma forma, o seu interlocutor.

Acrescente-se a posição assumida particularmente pela ACD, de acordo com a qual o *poder*, no contexto da modernidade tardia, momento sócio-histórico em que a comunicação assume o centro do modo de produção no sistema capitalista, consiste em influenciar os outros por meio da persuasão (cf. VAN DIJK, 1994). Lembremos que, para uma concepção crítica, à classe dominante é atribuído o acesso aos discursos públicos e, portanto, os canais para influenciar as classes dominadas, fator que permite a constituição de consensos hegemônicos favoráveis aos dominantes e à manutenção do *status quo*.

Todos os pontos de vista elencados permitem que façamos uma associação estreita entre eles e os estudos acerca da argumentação, particularmente aqueles que se apresentam como desdobramentos contemporâneos da Velha Retórica aristotélica. Na realidade, o projeto de influência que o locutor carrega consigo ao interagir obedece a certos critérios plenamente classificáveis, caso busquemos apoio nessas teorias.

Cumpre-nos afirmar, no entanto, que uma associação desse tipo não é algo genuinamente construído nesta pesquisa. No interior da própria Lingüística, a relação

estabelecida entre argumentação e linguagem é tão forte que autores como Anscombre e Ducrot (1980) e Koch (1996) chegam a afirmar que a atividade de argumentação coexiste à atividade de fala, de forma ser impossível separá-las. É nesse sentido que se considera a argumentatividade como um princípio de textualidade. Nas palavras de Koch (1996, p. 21) a argumentação constitui

(...) uma atividade estruturante de todo e qualquer discurso, já que a progressão deste se dá, justamente, através das articulações argumentativas. A orientação argumentativa dos enunciados que compõem um texto deve ser considerada, portanto, como um fator básico não só de coesão, mas principalmente de coerência textual⁴⁴

Ou ainda, de acordo com Mosca (2001, p. 26):

todo discurso é uma construção retórica, na medida em que procura conduzir o seu destinatário na direção de uma determinada perspectiva do assunto, projetando-lhe o seu próprio ponto de vista, para o qual pretende obter adesão. (...) Cabe lembrar que o ato de informar não existe em estado puro e serve antes a convencer e persuadir do que por si próprio.

O ponto de vista assumido por Mosca, aliás, apresenta-se indubitavelmente como fruto do aporte teórico trazido pela Pragmática Lingüística às teorias da argumentação, o qual permitiu o rompimento com a perspectiva saussuriana de uma lingüística da informação, que relegava a fala e, conseqüentemente, o próprio discurso a uma condição marginal, e estabeleceu a língua falada como a grande mediadora das práticas sociais contemporâneas. Dessa forma, a argumentação, intimamente relacionada a essas atividades, está na essência de toda e qualquer atividade social empreendida por meio do discurso (falado ou escrito), desde

⁴⁴ A visão apresentada por Koch (1996) baseia-se no conceito de “Argumentação Lingüística”, elaborada por em trabalhos como os de Anscombre e Ducrot (1980) e Ducrot (s/d). Contrapõe-se ao conceito de “Argumentação Retórica” desenvolvido pela vertente aristotélica e atualmente presente na versão perelmaniana. Ao apresentar o que se convencionou chamar “Argumentação Lingüística”, Ducrot defende que a argumentatividade está inscrita na própria orientação dos enunciados. É, portanto, inerente à linguagem. Embora reconheçamos as virtudes dessa abordagem e o quanto poderia colaborar para a análise das funções argumentativas do metadiscorso, não a tomaremos como subsídio, a fim de sermos coerentes com os pressupostos já assumidos.

uma simples conversa até as mensagens transmitidas pelos veículos de comunicação em massa.

Após um longo período de declínio da Retórica, a qual passou a ser vista, especialmente durante o século XIX, apenas como um conjunto de soluções que deveria nortear toda a produção, foi indubitavelmente a partir dos trabalhos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1958/1996)⁴⁵ que os estudos sobre a argumentação ganharam um novo impulso. Tentando aliar os principais elementos da Retórica de Aristóteles a uma visão atualizada do assunto, empenharam-se na elaboração de uma “Nova Retórica”, ultrapassando, para isso, o conceito de Dialética da Antiguidade, contribuindo na inserção de novas tendências sobre o discurso argumentativo e ampliando, de maneira significativa, o conhecimento sobre o processo de comunicação.

A fim de tornar mais acessível a explanação desse arcabouço teórico e de outros que serão tomados em consideração, cumpre-nos apresentar brevemente alguns aspectos da Antiga Retórica, gênese do “Tratado” e de outras teorias atuais.

3.2 – A Retórica Aristotélica: breves considerações

O advento da Retórica está intimamente relacionado a um contexto de disputa, propriamente o da defesa de suas terras, por parte de sicilianos da Siracusa, ante um tirano que havia assumido o poder. Embora tenha sido Córax o primeiro professor, foi Aristóteles, no século IV a.C., quem elaborou o primeiro tratado de Retórica, esforçando-se para construir uma técnica (*techne*) específica da arte de argumentar. Seu estudo caracterizou-se simultaneamente por constituir uma técnica de argumentação e uma habilidade na escolha dos meios para executá-la.

⁴⁵ A primeira versão do “Tratado da Argumentação: A Nova Retórica”, publicada em francês, data de 1958.

Na Retórica Antiga, havia uma distinção muito clara entre a busca da verdade em meio a sujeitos cultos – a Dialética – e o uso da palavra para persuadir no cotidiano, nas situações públicas e sociais – a Retórica. A Dialética constituía a busca do conhecimento pelo conhecimento, e por isso mesmo, somente seria passível ser disputada por um grupo muito seleto. Aristóteles, por sua vez, começa a delinear um conceito próprio de Retórica a partir da relação desta com a dialética, abordando, no entanto, tal relação de uma maneira um tanto diferente:

Retórica é a contrapartida da Dialética. Ambas referem-se a assuntos mais ou menos da compreensão humana e não pertencem a uma ciência definida. Assim, todos os homens fazem uso delas em maior ou menor medida, pois tentam, de certo modo, questionar e sustentar argumentos, defendendo-se a si próprios e acusando outros. Pessoas comuns fazem-no aleatoriamente ou por meio de práticas adquiridas (Aristóteles, 2007, Livro I, p. 19).

Nesse sentido, por sua própria gênese, a Retórica sob Aristóteles emerge associada a uma finalidade prática e ao direito, além de se colocar no campo do universo polêmico do discurso. Evidencia, assim, o universo social do discurso e suas leis de falas contraditórias, considerando-se que, em “uma sociedade de direito, o eixo social é regido pelo uso contraditório da fala: embate entre linhas políticas em uma assembléia deliberativa, pleitos contraditórios no tribunal, negociações comerciais concorrentes. A argumentação é essencialmente polêmica” (DECLERQ, 1992, p. 21).

É justamente a forma contraditória de todo argumento que o filósofo leva em consideração para definir a Retórica como uma técnica associada ao campo dos conhecimentos verossímeis, opondo-a as ciências de forma geral, relacionadas aos conhecimentos verdadeiros. Tal diferenciação constitui o cerne da teoria aristotélica: enquanto a Retórica trata dos conhecimentos *prováveis*, todos sujeitos à controvérsia, sendo a partir deles construído o método de argumentação, os raciocínios científicos e lógicos se ocupam das *certezas* e

evidências. Daí advêm a distinção estabelecida pelo mestre entre os atos de argumentar (no primeiro caso) e demonstrar (no segundo).

A Retórica pode ser definida como a faculdade de observar os meios de persuasão disponíveis em qualquer caso dado. Essa não é a função de uma arte qualquer. Todas as outras artes podem instruir ou persuadir sobre seus próprios objetos de estudo específicos; por exemplo, a medicina atua sobre o que é saudável ou não, a geometria sobre as propriedades das magnitudes, a aritmética sobre os números, e o mesmo é verdadeiro para todas as artes e ciências. Mas, consideramos a Retórica como o poder de observar os meios de persuasão em quase todos os assuntos que nos apresentam. Eis porque dizemos, no seu aspecto técnico, que ela não se refere a quaisquer classes de assuntos especiais ou definidos (ARISTÓTELES, *op. cit.*, Livro I, p. 19).

Dessa maneira, é no mundo das opiniões relacionadas ao senso comum, a *doxa*, que são tecidas as relações políticas, sociais e econômicas, sendo esse conjunto de opiniões presente em cada auditório em particular que oferece ao orador as premissas variáveis, ponto de partida da argumentação. Vale destacar que a *doxa* não está relacionada à verdade, mas à aparência dela, o verossímil, podendo-se falar, mais especificamente, de uma representação da verdade que emerge do senso comum e toma corpo nos discursos do homem.

Nesse contexto, o orador se adequa ao seu público, partindo inicialmente das proposições por ele aceitas para fazê-lo aderir a novas proposições, as quais deverão ser deduzidas a partir das primeiras. Conforme afirma Declerq (*op. cit.*, p. 40), “a persuasão não é, portanto, assentimento, mas transferência de adesão de valores já admitidos a outros valores, julgamentos ou projetos ainda não admitidos pelo público”.

As opiniões concernentes à *doxa* estão, portanto, depositadas na memória coletiva, e para encontrá-las recorre-se aos lugares (*topoi*). Para Aristóteles, esses *topoi* podem ser de dois tipos: os comuns, que correspondem a pontos de vista de aceitação geral e que se aplicam a argumentos diversos; os próprios, relacionados a um auditório em particular. De acordo com Aquino (1997) os *topoi*, verdadeiros “depósitos de argumentos”, são muitos, sendo os mais

recorrentes o lugar da quantidade, da ordem, da qualidade, do existente, dos contrários e das relações recíprocas.

Vale dizer que a Tópica de Aristóteles corresponde à *Inventio*, uma das partes que compunham o sistema retórico para os gregos. A *Inventio* pode ser entendida como a Retórica do conteúdo, estoque do material de onde se tiram os argumentos, as provas e outros tipos de persuasão relativos ao tema do discurso. O estudo dos lugares, elementos de prova em que são buscados os argumentos, é parte essencial da *inventio*. Ao lado dela, coexistem a *dispositio*, a *elocutio* e a *actio*, além da *memória*, acrescentada pelos romanos:

1. *Dispositio*: engloba as maneiras de se dispor as diferentes partes do discurso, o qual deve ter os seguintes componentes: exórdio, proposição, partição, narração/descrição, argumentação (confirmação/refutação) e peroração. Trata-se da organização interna do discurso, de seu plano.
2. *Elocutio*: refere-se ao estilo ou às escolhas que podem ser feitas no plano de expressão para que haja adequação forma/conteúdo. Trata-se das conhecidas virtudes apregoadas pela velha Retórica e que ainda continuam sendo preceitos do bem dizer: **correção, clareza, adequação, elegância**. Nessa parte, há ainda que se considerar a questão das modalidades de estilo, de acordo com a adequação de elocução: estilo simples, médio e sublime. A Retórica seria, portanto, uma arte funcional.
3. *Actio*: É a ação que atualiza o discurso, a sua execução, constituindo assim o próprio alvo da Retórica. No *Actio* se incluem os elementos suprasegmentais (ritmo, pausa, entonação, timbre de voz) e a gestualidade, apresentando-se, dessa forma, como um lugar próprio para o não-verbal, parte integrante do ato de comunicação. Deve-se levar em consideração aqui, de acordo com Mosca (2001), a presença de um auditório ao qual o orador deve se adequar, tendo por finalidade não apenas convencer pelos raciocínios, mas persuadir com base na emoção.
4. *Memória*: A memória, por fim, está relacionada à retenção do material a ser transmitido, sobretudo no caso do discurso oral. Para essa finalidade, apresentam-se como um dos elementos essenciais a própria estrutura do discurso, a sua coerência interna, o encadeamento lógico das partes, a euritmia de suas frases. Como se pode observar, as três partes do sistema retórico elencadas acima são fundamentais para que se possa ter o discurso disponível na memória.

Todo esse raciocínio vigoroso acerca do verossímil gira em torno de uma questão vista como central na obra aristotélica, cuja influência se faz sentir fortemente nas teorias contemporâneas sobre a argumentação: a constituição das provas *objetivas* e *subjetivas*. Apresentadas como produtos não de resultados empíricos, mas de um método, a busca da elaboração das provas objetivas e subjetivas reflete a natureza exata da Retórica aristotélica, a

qual “não se situa sobre o terreno da prática oratória, mas no campo especulativo e metodológico de uma teoria geral do raciocínio humano” (DECLERQ, *op. cit.*, p.41).

Dessa maneira, pode-se afirmar que as provas constituem o corpo da Retórica. De acordo com Aristóteles

Há três espécies de meios de persuasão fornecidos pelo discurso oral. A primeira espécie depende do caráter pessoal do orador; a segunda resulta da inserção da audiência em determinado estado psicológico; a terceira espécie decorre da prova ou da prova aparente fornecida pelo próprio discurso (ARISTÓTELES, *op. cit.*, Livro I, p. 23).

As duas primeiras são relativas aos sujeitos da comunicação que se definem na situação de fala. É em virtude dessa natureza que são denominadas “subjetivas”: a primeira é relativa ao orador e à imagem moral que constrói de si mesmo ao falar; a segunda concerne ao auditório e às emoções que o orador desperta nele por meio de seu discurso. A prova ética mobiliza favoravelmente o auditório em relação ao orador; a prova patética mobiliza as paixões do auditório para obter sua adesão afetiva à causa do orador. A terceira prova, por sua vez, advém da ordem própria do discurso, e por isso mesmo, o conjunto de recursos englobados nesse item recebe o nome de provas “objetivas” ou “lógicas”. Ela visa a persuadir por meio dos elementos racionais construídos pelo discurso.

Essas três provas recobrem integralmente os meios de persuasão empreendidos pelo orador. É importante notar que Aristóteles reserva um lugar à dimensão intersubjetiva da argumentação e ao seu componente afetivo, visando a assegurar assim o maior domínio possível deste.

Historicamente eternizada pela tradição retórica, essa tripartição das provas constitui os três deveres do orador: *demonstrar*, *agradar*, *emocionar*. São eles os fatores determinantes do plano aristotélico que engloba, sucessivamente, a natureza das premissas próprias ao estabelecimento de cada uma das provas, lógica, ética, patética, conforme indica a tabela:

Provas		Instâncias Operatórias	Funções ou Deveres
subjetivas (da ordem do interlocutor)	ética (II, 1)	caráter do orador (imagem moral)	agradar
	patética (II, 1-17)	paixões incitadas no auditório	emocionar
objetiva (da ordem do discurso)	lógica (I, 4-15) (II, 18-26)	discurso demonstrativo	demonstrar

Tabela 1: Premissas e provas correlatas (Adaptado de DECLERQ, *op. cit.*, p. 46).

Nos trabalhos contemporâneos sobre a Retórica, torna-se possível distinguir claramente abordagens com ênfase nos componentes objetivos da argumentação, tais como o amplo “Tratado da Argumentação”, de Perelman e Olbrechts-Tyteca (*op. cit.*), a obra de Robrieux (1993), dentre outras, de abordagens centradas nos componentes subjetivos da argumentação, como é o caso, particularmente, de alguns estudos elaborados no contexto da Análise do Discurso de Linha Francesa (cf. MAINGUENEAU, 2004, 2006; CHARAUDEAU, 2006, dentre outros) ou de trabalhos que relacionam esses mesmos componentes às perspectivas interacionais de estudo da linguagem (cf. AMOSSY, 2005). A fim de sermos coerentes com essa subdivisão e com as teorias que embasam cada um desses componentes, mantê-la-emos também em separado e passaremos a abordar, em um primeiro momento, os aspectos objetivos da argumentação, para depois nos dedicarmos especificamente aos subjetivos.

No entanto, antes de passarmos para a explanação propriamente dita, cumpre deixarmos claro que, embora estejamos assumindo a subdivisão mencionada, ela apenas será operada, nesta tese, com a finalidade de facilitar a explanação corrente. Isso porque, ao analisarmos com mais afinco os trabalhos dedicados aos componentes objetivos ou subjetivos da argumentação, notamos que não há limites tão delineados entre um enfoque e outro, havendo claramente pontos de intersecção.

O exemplo mais nítido do que estamos afirmando talvez possa ser extraído do “Tratado da Argumentação”, de Perelman e Olbrechts-Tyteca (*op. cit.*). Isso porque, embora os autores se dediquem às provas ditas “objetivas”, o item que trata da necessidade de o orador se adaptar ao seu auditório⁴⁶ implica a necessidade de o orador fazer uma imagem subjetiva desse mesmo auditório e, simultaneamente, também subjetivamente, construir uma imagem confiável de sua própria pessoa, em função das crenças e valores que ele atribuir àqueles que o ouvem (Amossy, *op. cit.*).

3.3 Os componentes objetivos da argumentação

A retomada contemporânea da Retórica, operada por de modo categórico por Perelman e Olbrechts-Tyteca (*op. cit.*), vem pontuada pelas reiteradas afirmações, por parte dos autores, de acordo com as quais o Tratado da Argumentação superará os limites da Retórica Antiga.

Tais afirmações, aliadas à opção pela Retórica, em detrimento da Dialética, justificam-se, dentre outros aspectos apontados por Perelman e Olbrechts-Tyteca (*op. cit.*), pelo risco de confusões que essa volta a Aristóteles poderia trazer. Isso porque a palavra Dialética serviu, durante séculos, para designar a própria lógica, o que não viria a ocorrer com a palavra Retórica, cujo emprego filosófico caiu em desuso.

Uma outra razão que, segundo os autores, motivou essa escolha, concerne ao próprio espírito com o qual a Antigüidade se ocupou de Dialética e de Retórica. Em suas palavras

O raciocínio dialético era considerado paralelo ao raciocínio analítico; enquanto o primeiro tratava do provável, o último preocupava-se com as proposições ditas necessárias. A idéia de que a dialética diz respeito às opiniões, isto é, às teses, às quais se liga com uma intensidade variável, não foi aproveitada. Afirmar-se-ia então que o estatuto do opinável é tido como impessoal e as opiniões não são relativas aos espíritos que a elas se unem. Em contrapartida,

⁴⁶ Conforme bem lembra Eggs (2005), caberia mencionarmos também os itens do Tratado como “a pessoa e seus atos”, ou “o discurso como ato do orador”. Essas questões, assim como a necessidade de “adaptação do orador ao auditório”, são devidamente retomadas e contextualizadas na seção que segue (3.3.1).

essa idéia de adesão e de espíritos aos quais se destina um discurso é primordial em todas as teorias antigas da Retórica. A aproximação desta última teve o intuito de enfatizar o fato de que toda argumentação se desenvolve em função de um auditório. (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, *op. cit.*, p. 5-6)

Na realidade, é impossível deixar de notar aqui um retorno a Aristóteles no que se refere à construção de uma Teoria da Argumentação fundada sobre a *lógica do verossímil* que, comparada à *lógica da verdade*, vem a distinguir duas modalidades de raciocínio humano: o raciocínio argumentativo e o raciocínio demonstrativo. “Neste, as premissas são verdadeiras (necessárias e permanentes); naquele, o ponto de partida do raciocínio humano está assentado em premissas verossímeis (prováveis e controversas)” (MAURO, 2001, p. 183).

A adesão do interlocutor passa a ser considerada a mola-mestra do estudo da Teoria da Argumentação, desde que essa adesão seja obtida por meio da língua⁴⁷, de forma que a argumentação é definida pelos autores como sendo “o conjunto das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que lhes são apresentadas ao seu assentimento” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, *op. cit.*, p. 4).

Para chegarem à definição de argumentação acima exposta, os autores do Tratado partem de uma concepção social da linguagem, entendida como instrumento de comunicação e ação sobre o outro. É por esse motivo que fazem uso da idéia de auditório, a partir de uma concepção ampliada em relação aos participantes da atividade discursiva, em qualquer tipo de discurso, em qualquer situação⁴⁸.

Esse auditório corresponde ao “conjunto daqueles que o orador quer influenciar com a sua argumentação” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, *op. cit.*, p. 22) e pode se apresentar de duas maneiras: auditório “particular”, caso seja contextualizado e requeira do

⁴⁷ De acordo com os autores, qualquer forma de ação que, visando à adesão dos espíritos, não utilize a linguagem está fora dos limites estipulado para sua pesquisa.

⁴⁸ É importante salientar neste ponto da discussão que, conforme se pode perceber, o contexto adquire papel fundamental na teoria de Perelman e Olbrechts-Tyteca (*op. cit.*), pois é visto como algo que envolve os falantes e é, simultaneamente, construído ativamente pelos mesmos.

comunicador uma adequação para conseguir persuadir; e auditório “universal”, caso seja delineado pelo discurso de convicção, pelo uso de dados evidentes, de verdades filosóficas.

De acordo com Aquino (1997), em função dessa tipologia os autores retomam a distinção entre persuadir e convencer, conferindo à persuasão uma validade subjetiva. A argumentação dirigida a um auditório universal procura convencer os interlocutores da evidência das razões apresentadas e de sua independência em relação aos fatores locais ou históricos. A argumentação apresentada a um auditório particular procura persuadir o ouvinte a realizar uma ação, incidindo essencialmente no plano prático. “A distinção entre persuadir e convencer liga-se, portanto, ao auditório (...). Convencer é levar o interlocutor a acreditar, persuadir é levar o interlocutor a agir” (AQUINO, 1997, p. 161).

O tipo de auditório é tão importante para a argumentação que chega a determinar inclusive as suas premissas, ponto de partida de todo esse processo. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (*op. cit.*), para que uma argumentação se efetue, é necessário que haja um acordo prévio entre o orador e o auditório, acordo esse fundamentado em premissas cujo conteúdo o orador presume que seja aceito por seus interlocutores⁴⁹. Caso o orador esteja diante de um auditório universal, o acordo basear-se-á em elementos do real, servindo-se dos fatos, verdades ou presunções; em contrapartida, a argumentação direcionada a um público particular vale-se dos elementos da ordem do preferível, os quais são determinados por escolhas que não se conformam a uma realidade preexistente. Essa categoria engloba os valores e as hierarquias dos valores.

O conceito de fato está atrelado a cada situação argumentativa e comporta os fatos observáveis, pressupostos, possíveis ou prováveis, adequados ou não. As verdades derivam das relações que se estabelecem entre tais fatos e são do âmbito das teorias científicas, concepções filosóficas ou religiosas que transcendem à experiência. Já as hierarquias, ponto de partida da

⁴⁹ Como se pode perceber, o papel do “outro”, do interlocutor no “Tratado da argumentação” é bastante valorizado. Essa valorização da alteridade constitui mais um ponto de intersecção com as “Teorias pragmáticas” da linguagem.

argumentação direcionada aos auditórios não-especializados, estão conceptualmente relacionadas aos valores (concretos ou abstratos), estabelecidos a partir de premissas ou lugares muito gerais subdivididos pelos autores em seis grupos: o lugar da quantidade, da qualidade, da ordem, da existência, da essência e da pessoa⁵⁰.

O ato de persuadir apresenta, dessa maneira, um caráter ideológico, subjetivo e temporal, e procura atingir a vontade e o sentimento das pessoas por meio de argumentos plausíveis ou verossímeis, levando a inferências que podem conduzir essas pessoas à adesão aos argumentos apresentados. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (*op. cit.*), a argumentação caracteriza-se essencialmente como um ato de persuasão, que vem a provocar e/ou incrementar a adesão dos espíritos por meio do emprego de técnicas discursivas.

Tais “técnicas”, pelos autores denominadas “técnicas argumentativas”, são seleccionadas pelo falante de acordo com o contexto de produção e a situação interlocutiva, visando a atingir determinados objetivos conversacionais. Trata-se, na verdade, de um rico e vasto inventário de procedimentos que tem sido o enfoque de diversos estudos; para efeitos deste trabalho, no entanto, deter-nos-emos especificamente em algumas abordagens.

Para os mestres do Tratado, as técnicas argumentativas se dividem em dois grandes grupos: os argumentos quase-lógicos e os argumentos baseados na estrutura do real. Os argumentos quase-lógicos são aqueles que se apresentam, ora de maneira implícita, ora de maneira explícita, como comparáveis a raciocínios formais, lógicos ou matemáticos. Muito embora os autores reconheçam que muitas outras relações poderiam ser examinadas, os argumentos são subdivididos entre aqueles que apelam para estruturas lógicas – contradição, identidade total ou parcial, transitividade – e aqueles que apelam para relações matemáticas –

⁵⁰ Embora classificada de uma maneira um tanto diferente, a questão dos lugares constitui, indubitavelmente, mais um retorno da Nova Retórica a Aristóteles.

relação da parte com o todo, do menor com o maior e relação de frequência, além da comparação⁵¹.

Os argumentos baseados na estrutura do real, por sua vez, valem-se da relação mais ou menos estreita existente entre eles e certas fórmulas lógicas ou matemáticas para instaurar uma solidariedade entre juízos estabelecidos e outros que se procura promover. Apesar de serem classificados conforme as estruturas do real às quais se aplicam e de poderem ser encontrados no uso comum, não se trata, como esclarecem Perelman e Olbrechts-Tyteca (*op. cit.*), de descrições objetivas do real, mas “da maneira pela qual se apresentam as opiniões a ele concernentes, podendo estas, aliás, ser tratadas, quer como fatos, quer como verdades, quer como presunções” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, *op. cit.*, p. 298). São subdivididos entre argumentos que se aplicam a ligações de sucessão, que unem um fenômeno a suas conseqüências ou a suas causas – argumento pragmático, da direção dentre outros – e argumentos que se aplicam a ligações de coexistência, que unem uma pessoa a seus atos, um grupo aos indivíduos que dele fazem parte e, em geral, uma essência a suas manifestações – por exemplo, o argumento de autoridade⁵².

O real pode vir fundamentado, de acordo com os autores, pelo recurso ao caso particular – quando se recorre à argumentação pelo exemplo, ilustração ou modelo – ou por meio do raciocínio por analogia. Pode ser ainda que o orador faça uso de figuras retóricas, como argumento, não como ornamento. Dentre as figuras, Perelman e Olbrechts-Tyteca (*op. cit.*) citam as criadas com base no auditório: figuras da caracterização – nas quais se incluem a definição, a perífrase, a prolepse, a correção; figuras da presença – que intensificam a presença do objeto; e figuras da comunhão – que integram orador e ouvinte.

⁵¹ A fim de não nos alongarmos demais na presente exposição, não nos deteremos na caracterização precisa de cada tipo de argumento. De acordo com nossas necessidades, as ocorrências que estiverem presentes no *corpus* analisado serão devidamente explicadas na próxima seção.

⁵² Idem à nota anterior.

Os autores avançam ainda em uma questão bastante explorada por Robrieux (1993) em sua obra: a possibilidade de ocorrência positiva ou negativa quanto aos argumentos utilizados. Caso a argumentação seja estabelecida por ligação, é considerada uma ocorrência positiva por possibilitar que se solidarizem as teses apresentadas pelo locutor com as do auditório. Inserem-se aqui os argumentos quase-lógicos, fundados na estrutura do real e aqueles que permitem estruturar a realidade. A ocorrência por dissociação, por sua vez, firma-se como negativa, haja vista sua característica fundamental de promover uma ruptura entre as teses apresentadas.

A última parte do “Tratado da Argumentação”, por fim, é dedicada à análise da organização das estratégias argumentativas, enfocando a possibilidade de cada estratégia em particular co-ocorrer com outras, de vários argumentos obedecerem a uma determinada ordem no interior do enunciado, etc. Nesse conjunto, os autores enquadram a interação e a força, a ordem e a amplitude dos argumentos. De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (*op. cit.*), embora tenham sido abordados como elementos isolados no decorrer do “Tratado”, os argumentos

estão em interação constante, e isso em vários planos: interação entre diversos argumentos enunciados, interação entre estes e o conjunto da situação comunicativa, entre estes e sua conclusão e, enfim, interação entre os argumentos contidos no discurso e aqueles que têm este último por objeto (p. 523).

Há que se considerar prioritariamente, nesse quesito, a questão da força dos argumentos, relacionada ao grau de adesão promovida pelos mesmos em relação a um determinado auditório que os admite. Assim sendo, a definição de força está fundamentada sobre os elementos da situação argumentativa instaurada, uma vez que um argumento específico terá sua força condicionada ao valor que o auditório lhe atribuir e à amplitude do auditório que o aceite. Paralelamente, a própria avaliação do poder de alguns argumentos pode constituir em uma importante estratégia de persuasão:

A própria força dos argumentos pode ser utilizada, explícita ou implicitamente, pelo orador ou pelos ouvintes, como fator argumentativo. Daí a maior riqueza das interações que se deverá levar em conta. A superestimação voluntária, pelo orador, da força dos argumentos por ele propostos tende, geralmente a aumentá-la. Apresentar uma conclusão como mais certa do que é aos nossos próprios olhos significa comprometer a nossa pessoa, usar de seu prestígio, acrescentar desde então aos argumentos um argumento suplementar (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, *op. cit.*, p. 529).

Esse ponto de vista é retomado por Aquino (*op. cit.*) ao tratar, em um tópico específico do seu trabalho, da seleção dos argumentos. Para a autora, ao selecionar os argumentos a serem empregados, o orador deve observar tanto a pertinência quanto a força dos mesmos, medidas a partir da possibilidade de serem ou não refutáveis. Uma vez selecionados, diversos argumentos podem interagir, e “quando promovemos uma interação adequada entre eles, ocorre que nosso interlocutor é conduzido à conclusão que objetivamos; em casos em que tal ocorrência pode ser verificada, temos o que se denomina convergência⁵³ entre argumentos (...)” (p. 180).

A citação das palavras da autora abre caminho para falarmos sobre a ordem dos argumentos, bastante realçada por Perelman e Olbrechts-Tyteca (*op. cit.*) em sua obra. Assim como a afirmação de que há ordens previamente condicionadas (tal como a ordem cronológica dos fatos, por exemplo) é verdadeira, também é verdade que o orador pode moldar a ordem na interação de outros tipos de argumentos de acordo com o efeito discursivo desejado.

Nesse contexto, de acordo com os autores, três pontos de vistas podem ser adotados na escolha, por parte do orador, da ordem argumentativa: o ponto de vista da situação argumentativa, ou seja, da influência das etapas anteriores da discussão; o do condicionamento do auditório, visando às modificações de atitudes geradas pelo discurso, além das reações suscitadas no auditório pela apreensão de uma ordem no discurso.

A questão da amplitude dos argumentos ganha também destaque na última parte do “Tratado”. De um modo bastante breve podemos afirmar, com referência a esse item, que os

⁵³ Esse conceito é extraído pela autora de Perelman e Olbrechts-Tyteca (*op. cit.*).

autores, tomando por base tudo o que já fora antes exposto, procuram ressaltar as vantagens de uma “acumulação útil de argumentos”, uma vez que, de acordo com essa concepção, “alguns argumentos variados, que redundam numa mesma conclusão, se reforçam mutuamente” (p. 538).

3.3.1 A proposta de Aquino para a organização das estratégias argumentativas

Em uma outra proposta, voltada para modalidades de interações polêmicas, elaborada a partir da análise de entrevistas com políticos, Aquino (1997, p. 205-207), por meio de uma releitura das possibilidades de ocorrência das estratégias discursivas apresentadas no “Tratado da argumentação” e nos trabalhos de Erlich (1993 *apud* AQUINO, 1997) e Moeschler (1982 *apud* AQUINO, 1997), apresenta um inventário tipológico de estratégias que fortalecem o locutor em oposição àquelas que o enfraquecem.

Dentre as estratégias que fortalecem o interlocutor a autora aponta as que seguem: antecipar objeções; recordar ao interlocutor um conhecimento que este não tem ou uma ocorrência que não houve, deixando-o às vezes em dúvida; apelar à razão; refutar; formular concessão; entrar em desacordo com o ato enunciativo; atacar a imagem do interlocutor; apelar para as emoções; apelar para certas habilidades/ atitudes, como o uso da ironia (embora aja inversamente se empregada em demasia), da repetição, da correção; promover a relação de inclusão; estabelecer relação de comparação ou de analogia; proceder à relação de causa e efeito; observar a relação de coexistência; imprimir a relação de direcionalidade; utilizar argumentos de autoridade; utilizar argumentos baseados em dados ou documentos fidedignos; formular pergunta retórica; elaborar pergunta assimilável à negação.

No que se refere às estratégias que enfraquecem o locutor a autora reserva as seguintes possibilidades: evitar (por meio de mudança) ou retardar o desenvolvimento do tópico;

desprezar o debate; proceder a observações generalizantes; proceder à invalidação do que foi enunciado; fazer uso da retificação; impor um acordo; utilizar dados documentados não fidedignos.

3.4 Os componentes subjetivos da argumentação

A subdivisão aristotélica, em três categorias, dos meios discursivos passíveis de influenciar o auditório, foi algo tão capital para o percurso dos estudos retóricos que se mantém integralmente nas abordagens contemporâneas sobre o assunto, embora seja possível distinguir claramente, conforme já dissemos, umas que se dedicam mais ao estudo dos componentes objetivos de outras focadas sobre os componentes subjetivos.

Nesse contexto, enquanto o *logos* associa-se especialmente ao domínio da razão e possibilita os processos de convencimento/persuasão, o *ethos* e o *pathos*, por sua vez, jogam fundamentalmente com a emoção e atuam no engendramento da persuasão.

Os componentes subjetivos mobilizam, nos termos empregados por Aristóteles (*op. cit.*, Livro II, p. 81), “estados psicológicos”, os quais não correspondem, *stricto sensu*, ao estado psicológico real do orador ou do auditório, mas àquilo que um acredita que o outro tenha em mente:

(...) uma vez que a Retórica existe para influenciar as decisões dadas – os ouvintes decidem entre um e outro orador político, bem como o veredicto é⁵⁴ uma decisão – o orador não tentará apenas fazer de seu argumento um discurso demonstrativo confiável, mas deverá fazê-lo com personalidade, olhando diretamente para os ouvintes, que irão decidir, e inseri-los no estado psicológico adequado. Sendo assim, não só na oratória política, mas também nos tribunais, ela acrescenta mais à influência do orador que à personalidade deste ao olhar diretamente para os ouvintes, devendo nutrir-lhes de sentimentos adequados e fazendo com que eles permaneçam apenas nesse estado psicológico adequado. (...) se estiverem impacientes, mas possuírem boas esperanças por uma coisa que lhes será agradável caso aconteça, elas acharão que certamente isso acontecerá e que lhes será bom. Mas, caso estejam indiferentes ou aborrecidas, não pensarão assim (ARISTÓTELES, *op. cit.*, Livro II, p. 81).

⁵⁴ Grifo do autor.

A partir do exposto, fica claro que, de acordo com Aristóteles, a prova para o *ethos* consiste em criar boa impressão pela maneira como o orador constrói seu discurso, em estabelecer uma imagem de si capaz de convencer o auditório e ganhar sua confiança, possibilitando ao destinatário a atribuição de certas propriedades ao orador. No entanto, isso não implica que esse mesmo orador se detenha, no decorrer do seu discurso, sobre as suas qualidades ou que ele fale explicitamente de si. Nos termos propostos pelo filósofo, enquanto *tecknê*, o *ethos* abrange três categorias distintas da Retórica, na medida em que permite ao orador parecer “digno de fé” ao fazer prova de ponderação (a *phronésis*), de simplicidade sincera (a *arété*) e de amabilidade (a *eunóia*).

Quanto aos recursos envolvidos para atingir esses efeitos, utilizar-nos-emos das palavras de Declerq (1992, p.48), ao afirmar que o *ethos* mobiliza

tudo aquilo que, pela enunciação discursiva, contribui para emitir uma imagem do orador ao auditório. Tom de voz, modo de falar, escolha das palavras e argumentos, gestos, mímicas, admiração, postura, jóias etc., iguais aos signos, falados e oratórios, vestimentares e simbólicos, por meio dos quais o orador faz de si mesmo uma imagem psicológica e sociológica⁵⁵.

Ao estabelecer o conceito de “prova ética”, Aristóteles destaca que tal prova está ligada à enunciação em si mesma, e não a um saber extradiscursivo sobre o locutor. Esse ponto de vista também está reforçado no trecho anterior extraído de Declerq (*op. cit.*). De acordo com essa ótica, a persuasão será obtida se o discurso for construído de maneira tal que seja capaz de tornar o orador digno de fé, inspirando uma confiança que é efeito do discurso, e não de uma previsão sobre o caráter do orador:

O caráter pessoal do orador alcança a persuasão, quando ele nos leva a crer no discurso proferido. Acreditamos mais nos homens de bem por serem mais preparados e íntegros que

⁵⁵ (...) par tout ce qui, dans l'enonciation discursive, contribue à émettre une image de l'orateur à destination de l'auditoire. Ton de la voix, débit de la parole, choix des mots et arguments, gestes, mimiques, regard, posture, etc., sont autant de signes, élocutoires et oratoires, vestimentaires et symboliques, par lesquels l'orateur donne de lui-même une image psychologique et sociologique.

Tradução de nossa autoria.

outros. Em geral, isso é verdadeiro, qualquer que seja a questão, e absolutamente verdadeiro onde a certeza exata é impossível e as opiniões estejam divididas. Assim como as demais, essa espécie de persuasão será alcançada por aquilo que *é dito pelos oradores, e não pelo que o povo pensa a respeito do seu caráter antes do início do discurso*⁵⁶.

Embora até recentemente a questão do *ethos* discursivo tenha sido tratada exclusivamente no âmbito da Análise do Discurso de Linha Francesa⁵⁷, algumas pesquisas atuais já vêm tecendo e apontado as ligações dessa noção com as Perspectivas Interacionistas à propósito da linguagem.

Passamos a enfocar tal intersecção no item que segue.

3.4.1 A construção da imagem do locutor no contexto das perspectivas interacionistas: alargando a noção de *ethos*

É exatamente a mesma lógica que norteou a associação operada no início do presente Capítulo, propriamente aquela que relaciona o interesse da Pragmática ampliada pela ação dos interlocutores sobre os seus parceiros, durante o processo interacional, à argumentação retórica, que vem embasar, de forma conseqüente e análoga, a associação entre tal vertente, aqui utilizada livremente como sinônimo da denominação geral “perspectivas interacionistas” de estudo da linguagem, ao *ethos* discursivo. Na realidade, conforme destaca Amossy (2005a, p.12), “dizer que os participantes interagem é supor que a imagem de si construída no e pelo discurso participa da influência que exercem um sobre o outro”.

A questão da necessidade de uma apresentação adequada do locutor para que o mesmo obtenha êxito no intercurso verbal, aliás, não é nova e remete, de uma certa maneira, a alguns dos conceitos-chave para as perspectivas interacionistas, lançados ainda no início da década de setenta. Lembremo-nos que Goffman (1973) se esforça em mostrar que toda interação

⁵⁶ Grifo nosso.

⁵⁷ Cf. Maingueneau, 2004, 2006; Charaudeau, 2006, dentre outros.

social, entendida pelo autor como “a influência recíproca que os parceiros exercem sobre suas ações respectivas quando estão em presença física uns dos outros” (p.23), implica que os interactantes apresentem certa imagem de si mesmos capaz de influenciar seus parceiros de um modo desejado. Daí advém alguns dos conceitos centrais de sua proposta teórica, sobretudo o de *representação*, o conceito *papel (cota)* ou de *rotina* e, fundamentalmente, o conceito de *face*⁵⁸, que conforme descrevemos anteriormente, é definido pelo autor como a imagem do eu “delineada segundo certos atributos sociais aprovados e, apesar disso, partilháveis, uma vez que podemos, por exemplo, causar uma boa imagem de nossa profissão ou de nossa fé quando causamos uma boa imagem de nós mesmos” (1974, p. 9).

Cumprimo-nos abrimos um breve parêntese para destacarmos que, embora adotemos o conceito de “face” em nossas análises, caso nos restringíssemos apenas a ele para a abordagem da questão da construção da imagem pública nas entrevistas escolhidas como *corpus* certamente perderíamos de vista aspectos importantes relacionados ao assunto. Como assumimos por objetivo analisar a ligação entre metadiscursividade e argumentação retórica e, por conseguinte, com as provas subjetivas da argumentação, a adoção do conceito de *ethos* para dar conta dos aspectos relacionados à persuasão no material a ser analisado é fundamental, sobretudo pela riqueza que os desdobramentos contemporâneos sobre o assunto nos oferecem, conforme buscamos apresentar na seção 3.4.2.

Mas aqui também poderíamos encontrar um problema de natureza teórica. Como é verdadeira a afirmação segundo a qual a Pragmática pura, interessada na eficácia da palavra no interior do processo interacional, “não se interessa pelos rituais exteriores à prática linguageira, mas pelos dispositivos de enunciação” (AMOSSY, 2005b, p. 121), associada à tendência sociologizante dos estudos lingüísticos que adotamos neste trabalho, ao assumirmos que o contexto e as práticas sociais são determinantes para cada formulação lingüística,

⁵⁸ Sobre as definições de cada um dos conceitos goffmanianos citados, ver Capítulo I.

observa-se um certo grau de incompatibilidade com a visão de um *ethos* aristotélico cuja natureza seja estritamente lingüística, operada *no e pelo discurso*, sem que os fatores de uma outra ordem interfiram na construção da imagem do orador.

A fim de nos mantermos fiéis ao viés teórico e metodológico adotado desde o início desta pesquisa, faz-se importante aqui abrirmos espaço para alargarmos, a partir deste ponto, a noção de *ethos*, mediante a incorporação, aos limites internos do discurso tratados até o presente momento, do poder exterior ao verbo, advindo dos quadros institucionais e dos rituais sociais.

Iniciaremos esta breve etapa retomando, da Antiguidade Clássica, o ponto de vista de acordo com o qual os *temas* e os *estilos* devem ser apropriados a *héxis* ou *habitus* do orador. Na realidade, tal posicionamento permite que sejam estreitados, em um primeiro momento, os laços entre “provas subjetivas” da Retórica e as definições básicas para uma perspectiva interacionista com forte influência sociológica, caso retomemos, propriamente, as noções goffmanianas de “representação” e “papel social”. Isso porque o conceito de *habitus* refere-se exatamente ao *tipo social do orador* (EGGS, 2005, p. 30), bastante próximo dos conceitos ora mencionados. Lembremos aqui, conforme exposto no Capítulo II, que, para Preti (2000), o conceito de papel está intimamente ligado ao de *status* e ambos nos remetem à participação do homem no grupo social, algo exterior aos limites internos do discurso.

A tentativa de enlaçar elementos intra e extradiscursivos, aliás, entra em confronto também com a concepção sociológica de *ethos*. Retomando Bourdieu (1996), Amossy (2005b, p. 119-120) afirma que, para o sociólogo, “a ação exercida pelo orador sobre o seu auditório não é de ordem languageira, mas social; sua autoridade não depende da imagem de si que ele produz em seu discurso, mas de sua posição social e de suas possibilidades de acesso à palavra oficial ortodoxa, legítima”.

Nesse sentido, o *ethos* ocupa um lugar determinante, mas nada tem de construção discursiva. A autora cita Bourdieu (*op. cit.*), para quem a eficácia da palavra está em situação de dependência não do que ela enuncia em si mesma, mas daquele que a enuncia e do poder e legitimidade dos quais esse enunciador está investido. Amossy (*op. cit.*, p. 121) assim se refere:

(...) Bourdieu realiza dois deslocamentos maiores em relação à filosofia da linguagem. O *dizer*, para ele, não pode ser um *fazer* senão na lógica da troca, e esta se dá por definição como uma interação social. Em outros termos, passamos dos *speech acts* às trocas simbólicas entre os participantes que são agentes sociais. Essa passagem implica que tomemos o discurso em uma dupla perspectiva. Primeiro, *interacional*: a eficácia discursiva não pode ser compreendida fora da troca entre os participantes. Em seguida, uma perspectiva *institucional*⁵⁹: essa troca é indissociável das posições ocupadas pelos participantes no campo (religioso, político, intelectual, literário...) no interior do qual atuam.

Longe de abandonarmos a noção de *ethos* discursivo, haja vista que estamos antes inseridos no contexto dos estudos científicos sobre a linguagem, preferiremos adotar aqui a posição contemporizadora elaborada por Maingueneau (2005), ao insistir na distinção entre duas categorias de *ethos*: o *ethos* discursivo e o pré-discursivo. De acordo com o autor, “se o *ethos* está intimamente ligado ao ato de enunciação, não se pode negar, no entanto, que o público constrói representações do *ethos* mesmo antes que ele (o enunciador) fale” (p. 71). O *ethos* pré-discursivo seria, portanto, a imagem que o(s) interlocutor(es) faz(em) do locutor antes mesmo que este tome a palavra para si, e aqui ganham espaço, então, todas as questões relacionadas às imagens advindas da posição social ocupada pelo locutor, bem como suas possibilidades de acesso e legitimidade.

Por estarmos nos referindo a uma categoria bastante ampla, conforme se pode notar, passaremos na seqüência a tratar especificamente da construção da imagem discursiva no discurso político, modalidade na qual se enquadra o material que propomos analisar nesta pesquisa. Nessa etapa, para além da explanação teórica, buscaremos apresentar categorias capazes de embasar a análise dos dados e explicar os resultados nela obtidos.

⁵⁹ Grifos da autora.

3.4.2 A construção da imagem do locutor no discurso político

Embora o discurso político tenha sido amplamente analisado no contexto da Análise do Discurso de Linha Francesa, sendo possível afirmar que, em uma primeira etapa, tal vertente dedicou-se integralmente à abordagem do mesmo, já a partir de outras vertentes teóricas, como a Análise Crítica do Discurso e a própria Lingüística Textual, não são muitos os trabalhos que se empenharam em abordar, com mais afinco, a construção da imagem do falante nesses discursos. Observam-se ainda menos pesquisas direcionadas à análise do discurso político em período eleitoral.

No contexto da Análise do Discurso, indubitavelmente é em Charaudeau (2006) que encontramos a abordagem mais completa sobre o discurso político e as estratégias de construção da imagem do locutor nesses discursos. Para a elaboração desse trabalho, o autor parte do princípio de que “o comportamento das massas depende daquilo que as reúnem sob grandes denominadores comuns: discursos simples carregados de mitos, de símbolos ou de imaginários que encontram eco em suas crenças”⁶⁰ (p. 78).

Considerando-se a política como uma prática social que se apresenta como uma verdadeira arena de lutas, marcada pelo enfrentamento de forças simbólicas para a conquista e gestão do poder, o ente político é observado a todo instante na condição de um locutor que precisa articular as opiniões de seu auditório visando a persuadi-lo de que a decisão tomada ou sua idéia é a adequada, em detrimento das críticas que vem sofrendo ou do ponto de vista de seu adversário.

Nesse processo, faz-se necessário atacar e desqualificar o adversário, o que é freqüentemente operado, de acordo com Charaudeau, (*op. cit.*, p. 92) por meio das seguintes

⁶⁰ A partir da perspectiva teórica adotada pelo autor, propriamente uma visão “sociosemiótica” no contexto da Análise do Discurso, Charaudeau dedica boa parte da sua pesquisa enfocando questões como imaginário e identidade. Novamente aqui nos colocaremos como fiéis à perspectiva teórica previamente assumida, restringindo-nos ao uso dos conceitos apresentados pelo autor para uma tipologia das modalidades de *ethos* constitutivos do discurso político.

estratégias: rejeição às idéias e à ação do adversário, lembrando a ameaça que ele representa; manipulação da ironia; denúncia das contradições do adversário; revelação da manipulação operada pelo adversário; denúncia das consequências nefastas das ações do mesmo para a população.

A fim de ser bem sucedido, portanto, o político deve saber fazer vasto uso dos elementos objetivos e subjetivos da argumentação, jogando com elementos da ordem da razão e da emoção. Em outras palavras, ora o candidato, ora o administrador/legislador, deve saber misturar elementos próprios ao *logos*, ao *ethos* e ao *pathos* em seu discurso, caso queira, no primeiro caso, obter o poder, ou mesmo mantê-lo e legitimá-lo, no segundo caso.

Nesse processo, o ideal é que corresponda às expectativas implícitas da população, de forma a despertar nesse público interesse por suas idéias e paixão para defendê-las. “É preciso que o político saiba inspirar confiança, admiração, isto é, que saiba aderir à imagem ideal do chefe que se encontra no imaginário coletivo dos sentimentos e das emoções” (CHARAUDEAU, *op. cit.*, p. 80-81).

Assim, fica claro que, para o autor, para além do uso da razão, amparado pelos componentes objetivos da argumentação, a persuasão no discurso político está amalgamada à questão da paixão e da imagem. É nesses dois últimos aspectos, aliás, que Charaudeau centra sua pesquisa, por meio de uma abordagem bastante detalhada da construção do *ethos* no discurso político. Na realidade, um dos pontos mais fortes de sua pesquisa é a criação de uma tipologia dos *ethos* possíveis nesses discursos, a qual procuraremos aplicar na análise das entrevistas tomadas como material neste trabalho.

De uma forma bastante sucinta, as categorias apresentadas em sua obra (p. 119-166) são as que seguem:

- a) O *ethos* de “credibilidade”: De um modo geral, um indivíduo pode ser julgado digno de crédito se houver condições de verificar que aquilo que ele diz corresponde sempre ao que ele

pensa (aspecto denominado por Charaudeau como “condição de sinceridade” ou de “transparência”), que tem condições de colocar em prática aquilo que anuncia ou promete (condição de performance) e que isso será seguido de um efeito (condição de eficácia). Dito de outra forma, a credibilidade, fundamental para o político, “repousa sobre um *poder fazer*”⁶¹, e mostrar-se crível é mostrar ou apresentar a prova de que se tem esse poder” (p.119). A fim de atender a essas condições, de acordo com o autor, o político procura construir para si o *ethos* de sério, virtuoso e competente.

- b) O *ethos* de “sério”: Ressaltando bem que a noção de seriedade depende das representações construídas por cada grupo em particular, Charaudeau relaciona, dentre as formas responsáveis pela construção desse tipo de *ethos*, elementos verbais e não verbais. Dentre esses últimos, engloba os índices corporais e mímicos, os índices comportamentais, os quais revelam a capacidade de autocontrole diante das críticas, os índices responsáveis por demonstrar grande energia e capacidade de trabalho e alguns índices verbais, tais como o tom firme e comedido, sem muitos efeitos oratórios e “frases de efeito”, escolha de palavras e de construções simples, apropriadas, além de uma elocução continuamente serena. O autor destaca que convém ao político, a fim de passar a imagem de sério, não fazer declarações que contenham promessas ou compromissos os quais possam ser considerados de difícil realização.
- c) O *ethos* de “virtude”: Essa categoria exige a demonstração, por parte do político, das imagens de sinceridade, fidelidade e honestidade pessoal, sendo esta última relacionada a uma atitude de se dizer o que pensa, de se ter uma vida transparente, não ter participado de negócios escusos e mostrar que seu engajamento político não foi motivado por ambição pessoal, além de apresentar um traço de lealdade no trato com seus adversários. De uma forma geral, o *ethos* de virtude se faz acompanhar por uma atitude de respeito para com o cidadão. Nas palavras de Charaudeau (*op. cit.*, p.124), constitui em “uma resposta a expectativas fantasiosas da instância cidadã, na medida em que esta, ao delegar um poder, procura fazer-se representar por um homem ou por uma mulher que seja modelo de retidão e honradez”.
- d) O *ethos* de “competência”: a imagem de um político “competente” exige, por parte de seu possuidor, saber e habilidade, à medida que o mesmo deverá tanto apresentar domínio sobre a área na qual exerce sua atividade quanto provar que possui os meios, o poder e a experiência necessários para atingir os seus objetivos. A fim de invocar essa imagem, o político pode fazer declarações que remetam a uma herança, aos seus estudos, às funções que já exerceu e à experiência adquirida nesse percurso.
- e) O *ethos* de “identificação”: como nenhuma outra categoria, o *ethos* de identificação está intrinsecamente relacionado à projeção múltipla de imagens entre o locutor, o cidadão e os valores de referência. Nesse processo o político, fundando sua imagem no afeto social, procura endossar uma aparência de “ideal”, enquanto o cidadão, por meio de um processo de identificação irracional, associa sua identidade na do político e a ele adere. De acordo com Charaudeau (*op. cit.*), algumas imagens caracterizam esse *ethos*, gerando uma relação entre ele e outros: algumas delas umas são mais voltadas para o locutor em si mesmo, pois supostamente refletem os traços que definem e essencializam os políticos enquanto pessoas: o *ethos* de “potência”, o *ethos* de “caráter”, o *ethos* de “inteligência” e o de “humanidade”. Outros, como o *ethos* de “chefe”, orientam-se para o cidadão, “na medida em que se fundam sobre uma relação necessária entre si e o outro” (p.138).
- f) O *ethos* de “potência”: relaciona-se à força enquanto energia física, manifestada, em casos extremos, pela realização de comícios marcados por proezas físicas pessoais, violência verbal em relação a adversários políticos e, em casos mais brandos (e mais comuns na política brasileira contemporânea), por uma determinação em agir (homens de palavras e ação).

⁶¹ Grifo do autor.

- g) O *ethos* de “caráter”: de forma análoga ao item anterior, o *ethos* de caráter corrobora na construção de uma imagem de força; diferentemente da potência, no entanto, essa força está atrelada ao espírito, e não ao corpo. A elaboração da figura de um homem que “tem caráter” emerge no discurso, segundo Charaudeau (*op. cit.*), a partir de diversas estratégias, tais como a crítica indignada, expressa às vezes aos berros (o que corresponde ao *ethos* de potência), com suas variantes, a *provocação* e a *polêmica*⁶²; a advertência, a qual consiste em enunciar de antemão os limites do sujeito e as eventuais conseqüências negativas para o interlocutor; a força tranqüila, serena mas combativa, por meio da qual o político demonstra que não abandona seus compromissos e a determinação em vencer, a força de quem sabe conduzir; o controle de si, o qual denota um caráter equilibrado de quem não se deixa levar por pequenas coisas; a coragem, corroborando a imagem de que o político saberá enfrentar as adversidades sem enfraquecer; o orgulho, o qual permite antever uma determinação e uma ambição de se levar a cabo uma grande obra; a firmeza que demonstra energia e determinação inabalável, além da moderação, “atitude de conveniência tática que visa a desbloquear situações de conflito a fim de que o acordo seja alcançado” (p.145).
- h) O *ethos* de “inteligência”: uma vez que pode provocar admiração e respeito em relação àquele que demonstra possuí-lo, favorecendo, conseqüentemente, a adesão ao mesmo, o *ethos* de inteligência está essencialmente atrelado ao de identificação. A imagem de um homem inteligente não é só construída, no caso do discurso político, pela maneira como o candidato ou o administrador age e fala durante os acontecimentos políticos, mas também a partir daquilo que se pode depreender de sua vida privada.
- i) O *ethos* de “humanidade”: a propósito desta categoria, Charaudeau (*op. cit.*) inicia as suas considerações afirmando que “o ‘ser humano’ é mensurado pela capacidade de demonstrar sentimentos, compaixão para com aqueles que sofrem, mas o é também pela capacidade de demonstrar as suas fraquezas, de mostrar quais são os seus gostos, até os mais íntimos” (p.148). Esse ponto de vista não implica, no entanto, a necessidade de o político passar por fraco, mas sim em demonstrar preocupação com a dor alheia e controle de seus sentimentos.
- j) O *ethos* de “chefe”: conforme dissemos anteriormente, dentre todas as categorias, o *ethos* de chefe é o que mais se direciona para o cidadão. Segundo o autor, esse tipo de *ethos* requer propriedades que reforcem uma relação de dependência entre ambas as partes, manifestando-se por meio de diversas figuras: *guia*, *soberano* e *comandante*. A figura do guia supremo relaciona-se à consciência, por parte de um grupo social, de sua incapacidade de se autodeterminar, ressuscitando a figura de um ser superior preparado para conduzi-lo. A imagem do chefe-soberano, por sua vez, está ligada à posição que o político como fiador da soberania, podendo inclusive encarnar-se neles. Vale lembrar que a democracia é baseada na soberania de um povo, e por isso mesmo funda, conforme lembra o autor, a legitimidade do político. A figura do comandante, por fim, está associada às demais, só que de forma autoritária e agressiva, uma vez que se refere à imagem de “senhor da guerra” (CHARAUDEAU, *op. cit.*, p.159).
- k) O *ethos* de “solidariedade”: “A solidariedade caracteriza-se pela vontade de estar junto, de não se distinguir dos outros membros do grupo e, sobretudo, de unir-se a eles a partir do momento em que se encontrarem ameaçados” (CHARAUDEAU, *op. cit.*, p.163). Com base nesse

⁶² De acordo com Charaudeau (*op. cit.*), embora seja difícil distinguir provocação de polêmica, a primeira pode ser definida como “declarações que têm por fim único de fazer alguém reagir, a ponto de não se saber jamais se suas manifestações devem ser consideradas reflexo do pensamento daquele que as enuncia” (p.141), enquanto a segunda está associada intrinsecamente aos debates, uma vez que os debatedores, também adversários, “encontram-se em uma situação conflituosa uns em relação aos outros, cada qual negando os argumentos de seus oponentes” (p.142). O autor chama atenção para o fato de essa negação visar mais à pessoa do adversário que propriamente as suas afirmações, à medida que acusa sua moralidade, seu caráter e seu comportamento.

conceito, o autor trata do *ethos* de “solidariedade” no discurso político, afirmando que ser solidário nesses casos corresponde, para o ente político, a demonstrar que as opiniões dos membros de seu grupo são defendidas por ele, e que é levando em consideração tais opiniões que ele traça as suas diretrizes e projetos políticos. Salienta que expressões como “escutar”, “saber ouvir” e “estar atento” denotam claramente “uma atitude de consideração para com os outros, seus problemas, seu sofrimento, mas também para com suas necessidades” (p.165).

Estabelecido o recorte teórico e as categorias a serem, *a priori*, adotadas para a análise do metadiscurso, bem como o ponto de vista assumido a propósito da vasta noção de “argumentação”, passamos na sequência para a abordagem das ocorrências presentes no material selecionado como *corpus* para esta pesquisa.

CAPÍTULO IV

PROCEDIMENTOS METADISCURSIVOS E AS RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO E PODER: ESTUDO DOS ASPECTOS RETÓRICOS E TEXTUAIS-INTERATIVOS

4.1 Configuração do Programa “Roda Viva”

Transmitido pela TV Cultura para todo o território nacional, o Programa “Roda Viva” apresenta sempre um convidado que se posiciona em meio aos entrevistadores, no centro de uma roda, respondendo às questões propostas pelos componentes da bancada como se estivesse diante de “inquisidores”.

A supervisão fica a cargo de um coordenador, “mediador” do programa. Nos programas sob análise, um em que é entrevistado José Serra e outro, cuja entrevistada é Marta Suplicy, o papel de mediador é desempenhado por Paulo Markun. A ele é delegado o poder para operacionalizar a abertura e o encerramento do Programa, gerenciar o tempo e demarcar a divisão do Programa em partes, agradecer aos participantes presentes e aos telespectadores, eventualmente regulamentar trocas de turnos quando há muitas sobreposições de vozes e inserir as perguntas enviadas pelos telespectadores, além de colocar em debate, de uma certa forma, os tópicos centrais e mais interessantes para o contexto sócio-histórico da época.

A bancada de entrevistadores, por sua vez, é composta por seis pessoas. No dia 17 de maio de 2004, em que o entrevistado é José Serra (JS), fizeram parte da bancada Ana Carvalho, da Revista “Isto É” (AC); Merval Pereira, do Jornal “O Globo” (MP); Fernando Barros e Silva, do Jornal “Folha de S. Paulo” (FBS); Paulo Moreira Leite, do Jornal “Diário de S. Paulo” (PML); Mauro Chaves, do Jornal “O Estado de S. Paulo” (MC) e Pedro Cafardo, do Jornal “Valor Econômico” (PC)). Em 28 de junho de 2004, Marta Suplicy (MS) foi entrevistada por Eliane Cantanhêde, do Jornal “Folha de S. Paulo” (EC); Ricardo Galhardo,

do Jornal “O Globo” (RG); Andrei Meireles, da Revista “Época” (AM); Mauro Chaves, do “Jornal Estado de S. Paulo” (MC); Paulo Moreira Leite, do Jornal “Diário de São Paulo” (PML) e Salomão Schwartzman, da Rádio “Cultura/FM” (SS).

A bancada pode participar livremente na interação em curso, entrecortando-se mutuamente em suas falas e inclusive assaltando, vez ou outra, o turno do entrevistado. Assim, os interactantes participam ativamente como co-produtores dos textos uns dos outros no decorrer do jogo interacional, seja por meio da complementação de dados, seja por meio da avaliação dos enunciados dos outros, da retomada deles, da correção etc.

O público-telespectador participa enviando mensagens por telefone, fax e e-mail, de modo que o Programa permite a manifestação, via mediador, dessa terceira parte. Em geral, as perguntas introduzidas buscam a manifestação explícita da opinião do entrevistado sobre um assunto específico, cobram um determinado posicionamento desse ou daquele participante, questionam o andamento da entrevista, dentre outros aspectos.

Considerando o ponto de vista outrora assumido, de acordo com o qual a comunicação humana assume condição central na modernidade tardia, a mídia, em especial a televisão, exerce extremo poder, fornecendo elementos para a reflexividade dos sujeitos sociais. Assim, a participação de um candidato em um programa de entrevistas televisionado constitui-se em uma oportunidade especial para que o mesmo apresente suas idéias e consiga persuadir o eleitor-telespectador a elegê-lo no pleito eleitoral. No entanto, a obtenção dessa meta dependerá bastante da *performance* do candidato no decorrer da entrevista, ou seja, da maneira como virá a organizar seus argumentos, a se esquivar dos questionamentos mais severos elaborados pelos entrevistadores e, enfim, do modo como constituirá sua imagem pública, seu *ethos* ao longo do programa.

No caso do Programa Roda Viva, a própria participação na condição de entrevistado constitui-se uma forma de exercício do poder. Lembremo-nos de que, embora vários pré-

candidatos já houvessem emergido no cenário político da cidade de São Paulo, tendo em vista as eleições de 3 de outubro de 2004, apenas os três bem colocados nas pesquisas de intenção de voto (José Serra, Marta Suplicy e Paulo Maluf, respectivamente) foram convidados a participar do Programa.

4.2 A entrevista com José Serra

O interesse em selecionar especificamente uma entrevista com um candidato à Prefeitura de São Paulo em plena campanha eleitoral justifica-se pelo fato de esperarmos que, em um contexto sócio-histórico como esse, a interação adquirisse um caráter polêmico⁶³, característica que, conforme Jubran (1999), favorece a ocorrência de procedimentos metadiscursivos, o que de fato ocorreu. A abordagem, por parte da bancada de entrevistadores, de tópicos ameaçadores é constante durante a interação, o que se deve certamente ao contexto social amplo da entrevista em questão.

Por estarem inseridos em um contexto de período eleitoral, a bancada de entrevistadores, no desempenho de seu papel sócio-institucional, procurou expor e questionar a opinião de Serra sobre temas atuais e polêmicos, sobre o seu real interesse em, caso eleito, cumprir integralmente seu mandato, questionar sua atuação como Ministro do Governo Fernando Henrique Cardoso, introduzir perguntas dos telespectadores sobre temas mais complexos e detectar, paralelamente, possíveis falhas na articulação do plano de governo do candidato. A José Serra, por sua vez, cumpria o papel de persuadir os telespectadores – a terceira-parte, eleitores em potencial – de que era efetivamente o candidato mais preparado, o que busca fazer por meio da exposição das metas de seu plano de governo, do ataque às

⁶³ Por polêmica entendemos, conforme Maingueneau (1983), toda tentativa de falsear a fala do outro, de desqualificar o discurso do adversário numa situação em que duas posições antagônicas se confrontam e se afrontam. Segundo Declerq (1992) a polemicidade é, na realidade, inerente à argumentação, haja vista o caráter “controvertido e contingente dos objetos que se oferecem à deliberação” (DECLERQ, *op. cit.*, p. 32).

idéias, às propostas e ao governo dos adversários e da apresentação de seus feitos na época em que foi Ministro do Governo FHC.

Tal polemicidade pode ser identificada já na primeira pergunta da entrevista, por meio da qual o mediador do debate, Paulo Markun (PM), prontamente apresenta um tópico ameaçador. Aqui já se detecta a intervenção do metadiscurso na fala do entrevistador, haja vista que seu discurso glosa, na primeira parte da pergunta, sobre uma fala dada publicamente pelo entrevistado em momento anterior, por meio de um verbo *dicendi*, construindo um enunciado tipicamente polifônico⁶⁴. A instalação do Enunciador 2 José Serra e a apresentação, na seqüência, de uma pergunta que deixa implícito um argumento de orientação inversa ao desse enunciador, baseado nos fatos (*o que é que mudou pro senhor decidir isso?*), acaba por revelar uma incompatibilidade⁶⁵ na posição do interlocutor perante a audiência, o que ataca a face do interlocutor ao colocar em xeque sua credibilidade (nos termos propostos por Charaudeau (*op. cit.*, p. 119), “*dizer sempre o que pensa*”). Observe (lin. 7-22):

(36) PM: o senhor várias vezes *declarou*:: nos últimos tempos d/ de que não pretendia ser candidato que não seria candidato a prefeitura de São Paulo o que É que mudou pro senhor decidi::r isso

[
JS: bom *como eu dizia* eu... realmente não pretendia ser candidato... se você diz que está pensando ser candidato mas não é candidato no dia seguinte... sabe que você É mesmo sem ter decidido... de fato éh::... a eleição presidencial a campanha foi bastante puxada... eu... nos quatro anos anteriores tinha sido ministro da saúde um trabalho bastante... éh... estressante né?... e:: eu fiquei depois da eleição um ano fora pretendia voltar me reintegrando... minha vida política aos POUCos inclusive como presidente nacional do PSDB... num pretendia... enfrentar uma campanha... neste ano mas o fato é que... éh:: chegando... e/ tive MUITas demandas nesse sentido muitos esTÍmulos estímulo da população:: indo por todos os lados estímulo do partido... e num certo momento concluí... que a gente tem que atender também éh aos estímulos aos INcentivos às

⁶⁴ Assumimos o conceito de polifonia apresentada por Ducrot (1987), de acordo com o qual todo texto traz em sua constituição uma pluralidade de vozes que podem ser atribuídas ou a diferentes locutores, como no caso dos discursos relatados, ou a diferentes enunciadores, quando se atesta que o locutor pode se inscrever no texto a partir de diferentes perspectivas. Essa posição é definida e simplificada por Koch (1996, p. 140) da seguinte maneira: (a polifonia é) “a incorporação que o locutor faz ao seu discurso de asserções atribuídas a outros enunciadores ou personagens discursivos”.

⁶⁵ Para Robrieux (1993, p. 110), a incompatibilidade manifesta-se entre duas asserções que não podem coexistir em um mesmo sistema. Trata-se, na visão do autor, de um tipo de argumento “quase lógico”, à medida que se aplica “à origem e aos conceitos rigorosamente definidos a partir das propriedades características dos objetos”.

demandas que se apresentam... quem está na vida pública eu estou a muito tempo
é tem que ter também esse tipo de de:: comportamento então decidi

O início da entrevista com uma pergunta dessa natureza, enunciada justamente pelo mediador, designado sócio-institucionalmente como portador do controle interacional, reforça a imagem de um programa pautado pela busca de respostas que realmente interessam ao telespectador, mesmo que sejam espinhosas para o entrevistado. A liberdade de escolha, por parte dos entrevistadores, dos tópicos a serem tratados durante a entrevista, aliás, e o conseqüente poder sócio-institucional desse grupo na condução do processo é, em si mesma, esperada em qualquer sociedade verdadeiramente democrática, regida pelos princípios da ética e de uma imprensa *verdadeiramente livre*, que faz de seu trabalho uma busca pela veracidade dos fatos.

Uma explicação do contexto sócio-histórico que abarca essa entrevista faz-se aqui também necessária. O candidato José Serra havia afirmado insistentemente, até meses antes dessa entrevista e, por conseguinte, do lançamento da sua candidatura, que não seria candidato a prefeito de São Paulo, sinalizando que pretendia apresentar-se novamente como opção para a eleição presidencial de 2006, uma vez que possuía uma vasta bagagem, inclusive no que se refere ao seu “cacife eleitoral” (já havia sido candidato em 2002, derrotado no segundo turno). Essas declarações, que ainda estão bastante vivas na memória dos entrevistadores e telespectadores, passam, assim, a ser constantemente retomadas pela bancada, e por muitas vezes, associadas a um outro questionamento: se o candidato a prefeito já havia se apresentado para a eleição presidencial, não haveria a possibilidade de ele, virtualmente eleito, renunciar no meio do mandato de prefeito para ser candidato a presidente? (o que de fato ocorreu, com a diferença de ter sido candidato ao Governo do Estado e não à Presidência da República).

A fim de se sair da situação instaurada pelo mediador do programa, Serra retoma inicialmente, por meio de uma incisa metadiscursiva, um tópico desenvolvido em enunciados anteriores (*como eu dizia eu realmente não pretendia ser candidato*), para a partir de então aproveitar o momento específico da entrevista para narrar parte de seus feitos como homem público, trazendo à memória deles um conhecimento previamente armazenado (estratégia que, de acordo com Aquino (*op. cit.*, p.205), fortalece o locutor no processo de persuasão). Simultaneamente, apresenta-se, já no primeiro trecho do programa, como um político experiente, imagem associada ao *ethos* de “competência” (*nos quatro anos anteriores tinha sido ministro da saúde um trabalho bastante estressante né?*).

Na seqüência, Serra passa a construir um discurso de justificação, por meio de uma argumentação cujas premissas baseiam-se em fatos (*mas o fato é que chegando tive muitas demandas nesse sentido muitos estímulos...*). Essa trilha argumentativa estabelece claramente, nos termos adotados por Perelman e Olbrechts-Tyteca (*op. cit.*), um argumento pragmático, relacionado a uma ligação de sucessão, a qual une um fenômeno a suas conseqüências ou a suas causas (sendo “*as demandas*” a causa e “*a candidatura*” o efeito).

Nesse processo, o locutor articula duas vozes que são apresentadas, inicialmente, de modo bastante universalizado, marcado por um relevo prosódico (*MUItas demandas nesse sentido*). Segue-se, a partir de então, o processo de rotulação da origem de tais “demandas”: em primeiro lugar, essas vozes são especificadas e atribuídas à população, de uma maneira geral, ressaltadas também pelo emprego do relevo positivo de proeminência prosódica e pela repetição (*muitos esTímulos estímulo da população indo por todos os lados*) e, em um segundo momento, ao seu partido político, o PSDB (*estímulo do partido*). Podemos afirmar, com base em Fairclough (2001), que os recursos à polifonia e à intertextualidade no excerto em questão denunciam a tentativa, por parte de José Serra, de apresentar hegemonicamente a

sua candidatura como algo consensual, acima de seus interesses pessoais, esquivando-se assim, de um caso de “mentira política” (cf. CHARAUDEAU, 2006).

Por meio desses enunciados, o candidato constrói para si a imagem de um homem virtuoso e solidário, cujo engajamento político não está atrelado à busca do cumprimento de um projeto pessoal de poder, mas ao atendimento, em primeiro lugar, das demandas advindas da população, pela qual julga que pode fazer algo de bom. Em segundo lugar, apresenta-se como um “homem de partido”, momento em que consegue redirecionar, mesmo na condição de entrevistado, o tópico da entrevista em curso.

Conforme se pode observar no trecho subsequente, Serra reforça ainda mais, para a audiência, a idéia de “um homem fiel à ideologia partidária e a um determinado grupo político” na medida em que justifica sua candidatura como um esforço para fortalecê-lo no Estado de São Paulo e em diversos outros Estados da federação. Essa apresentação de si é proporcionada com a anuência do entrevistador, que aceita o redirecionamento do tópico discursivo proposto por Serra ao elaborar uma pergunta exatamente a partir da mesma trilha argumentativa que o locutor vinha desenvolvendo. É possível verificar, nesse trecho, ocorrências bastante significativas de metadiscurso (lin. 39-60):

(37) MC: UMA DAS RAZÕES que *you dizia segundo a conversa que tivemos antes o/ o/ o* que levava *you* hesitar...a assumir essa candidatura era:: a REorganização do PSDB então éh:: o processo de reorganização no:: no país inteiro né? éh e *you* achava que isso era um trabalho:: difícil... um trabalho que realmente muito importante como é mesmo... *eu perguntaria a you o seguinte* éh já está encaminhado quer dizer *you* já encaminhou ahm/ uma sucessão sua no partido para essa reorganização... porque:: a a preocupação é a seguinte... os... grandes estados éh inclusive os estados onde o governado é PSDB ainda não tem definido... os candidatos (ou) candidatas competitivos FORtes do do:: tucano né? então eu queria saber se ISSO EVOLUIU quer dizer depois de *you* ter assumido a candidatura já... *you* perCEbe que HÁ um Eduardo Azeredo já já está disposto a sair como prefeito de Belo Horizonte por exemplo não é? ou FortaLEza outros esTAdos Porto ALEgre enfim como é que *you* SENTE a influÊncia da sua candidatura aqui NO partido e como está essa reorganização que *you* tinha iniciado?

JS: olha o PSDB no Brasil inteiro... recebeu com:: *eu diria até com entusiasmo* o fato de eu ser candidato... num certo momento eu concluí inclusive que PRO PARTido... éh não foi a única razão mas foi sem dúvida uma razão importante... que pro partido... seria algo éh:: *eu diria éh:: DECisivo até num sentido ahm de*

uma BEla campanha nacional... agora cada estado tem sua particularidade cada capital ou cada cidade grande a sua lógica... o PSDB vai ter candidato próprio na MAIORIA das capitais...

Na fala do entrevistador detectamos, em primeiro lugar, uma incisa particularizada por retomar uma fala anterior do entrevistado, incorporando-a pelo recurso ao discurso indireto mediante o emprego de um enunciado metadiscursivo referenciador de atividades languageiras (no caso, *dizia*) para, na seqüência, indicar um outro processo dialógico, o qual testemunha a posição anterior do entrevistado com relação à possibilidade ou não de se candidatar (*segundo a conversa que tivemos antes*). Posteriormente, o locutor faz referência a uma outra atividade languageira (*eu perguntaria a você o seguinte*), a qual acaba por anunciar o estatuto discursivo que tem por escopo (*pergunta*).

A propósito das ocorrências relacionadas acima, cumpre-nos destacar, conforme Riso (1999), que a situação típica de entrevista e, conseqüentemente, a natureza do papel discursivo básico dos sete entrevistadores (*fazer falar* o entrevistado) implicam o desencadeamento de atos ilocutórios centrados na explicitação da atividade discursiva. “Esse fato, acrescido do caráter (...) polêmico tomado pela interação, explica a pulverização do metadiscorso na rotulação de atos de fala, em meio a qualificações que os particularizam e definem o seu estatuto, no delineamento de tópicos e contextos enunciativos” (p. 209).

O posicionamento assumido pela autora, e por nós endossado nesta pesquisa, ganha reforço caso levemos em consideração a freqüência relativamente alta das ocorrências relacionadas à “Referência a papéis discursivos e sócio-institucionais e a atividades languageiras” no *corpus* em questão, as quais corresponderam a 21,8% do total de ocorrências de metadiscorso. Subdividindo-as em duas categorias, “enunciados proferidos pelo entrevistador” e “enunciados proferidos pelo entrevistado”, esse ponto de vista ganha mais força ainda, haja vista que 71,7% desses casos estão atrelados à fala dos entrevistadores,

correspondendo ao percentual mais alto das incisivas presentes nos enunciados proferidos pelos mesmos (38,4% das 86 ocorrências).

Na resposta dada por Serra, por sua vez, observamos também o metadiscurso atuando em favor de aspectos sócio-interacionais, propriamente na busca da preservação de sua imagem pública (face). Notemos que as hipotéticas afirmações, por parte do locutor, de que “*o PSDB do Brasil inteiro recebeu a sua candidatura com entusiasmo*” e que “*a sua candidatura foi decisiva para o partido*” poderiam parecer presunção, pois convencionalmente espera-se que comentários desse tipo venham de outras pessoas do partido, não diretamente relacionadas aos interesses do candidato. Caso fossem enunciadas dessa forma, haveria uma ameaça à face positiva do locutor, uma vez que ele correria o risco de transmitir ao telespectador uma certa arrogância. Por esse motivo, o informante procura atenuar antecipadamente o que será dito, mediante a sinalização da pertinência relativa das palavras às referências pretendidas (*o PSDB no Brasil inteiro recebeu eu diria até com entusiasmo o fato de eu ser candidato, pro partido seria algo eu diria decisivo até num sentido de uma bela campanha nacional*). Paralelamente, observamos nesse trecho a explicitação da referência conferida a um item lexical (item “*decisivo*” empregado *num sentido de uma bela campanha nacional*).

Vale destacarmos que essas duas categorias (“sinalização da pertinência relativa da palavra às referências pretendidas” e “explicitação da referência conferida a um item lexical”) foram as mais usuais do grupo “Referências à formulação lingüística do texto”. É necessário também que chamemos a atenção para o fato de o emprego de tais incisivas metadiscursivas estar associado, em sua maioria absoluta, à fala do entrevistado (85,7% e 87,5%, respectivamente), em face às pouquíssimas ocorrências detectadas na fala dos entrevistadores.

No caso da sinalização da pertinência relativa da palavra às referências pretendidas, podemos afirmar que essa alta recorrência se justifica, no mais das vezes, pelo fato de tal

recurso permitir que o candidato apresente elogios a respeito de si mesmo, propriamente de seu trabalho, sua experiência e conquistas obtidas no decorrer da sua vida pública de um modo atenuado, sem parecer arrogante, preservando, assim, sua face positiva. Aliás, nas memórias sociais e culturais partilhadas, a “arrogância” emerge como uma característica sempre mal recebida, especialmente advinda de um aspirante a cargo público, de quem se espera, ideologicamente, uma solidariedade e compromisso com os mesmos problemas vividos pelo eleitor em seu cotidiano, e não alguém que se coloque “acima” dos demais membros do tecido social.

Esse controle ostensivo, por parte do candidato, das palavras empregadas para fazer referência à dimensão de sua candidatura no cenário nacional e, por conseguinte, ao seu papel como agente político “no Brasil inteiro”, que é todo mediado por incisivas metadiscursivas, visando evitar transmitir a imagem de um homem arrogante, entra em sintonia com dois pontos centrais assumidos pela ACD. Em primeiro lugar, a afirmação, por parte de Van Dijk (1994), de que a seleção lexical é extremamente controlada “dentro do esquema de controle lingüístico” (p. 20), por constituir-se em um mecanismo bastante eficaz de controle ideológico. Em segundo lugar, confirma também a posição defendida por Fairclough (2001), de acordo com a qual as convenções de polidez, materializadas nos processos vinculados à “face”, “incorporam, e seu uso implicitamente reconhece relações sociais e de poder particulares” (p. 204).

A “explicitação da referência conferida a um item lexical”, por sua vez, constitui o genuíno ponto de intersecção entre a metadiscursividade e a estratégia textual-interativa do parafraseamento, haja vista que todas as ocorrências analisadas assumem, na maioria absoluta dos casos, em virtude de sua própria natureza de estabelecer um retorno explícito do dizer sobre si mesmo, a forma de paráfrase (87,5%). Há que se destacar que aqui também é possível

Para além de exercer uma função semelhante às ocorrências destacadas no exemplo anterior (confira o exemplo 38 abaixo (lin. 234-253)), essas construções permitem ao locutor ancorar um outro tipo bastante usual de argumento, conforme podemos observar abaixo nas ocorrências destacadas em (39) (lin. 397-427):

- ⁶⁶ Segundo Hilgert (2006, p.275), o parafraseamento pode ser definido como “uma estratégia de construção textual que se situa entre as atividades de reformulação, por meio das quais novos enunciados remetem, no curso da fala, a enunciados anteriores, modificando-os total ou parcialmente”. A correção, por sua vez, é definida na mesma Gramática como a produção de “um enunciado lingüístico (Enunciado Reformulador – ER) que reformula um anterior (Enunciado Fonte – EF), considerado ‘errado’ aos olhos dos interlocutores” (FÁVERO, ANDRADE e AQUINO, 2006, p. 258). De acordo com as autoras, diferencia-se da paráfrase em função do propósito comunicativo: enquanto na correção o falante pretende apagar o EF e substituí-lo pelo ER, por considerá-lo inadequado, na paráfrase o EF constitui-se como matriz para movimentos semânticos. Além disso, “a equivalência semântica entre EF e ER é condição necessária para que haja paráfrase, ao passo que na correção pode eventualmente haver algum ponto de contato entre EF e ER” (FÁVERO, ANDRADE e AQUINO, *op. cit.*, p. 260).

PC: quer dizer que a prefeitura estava melhor com o Pitta do que com a Marta em matéria financeira?

JS: [que história é essa não não se equilibrou coisa nenhuma se desequilibrou de lá pra cá a relação dívida receita... não é? ou seja... o que ela deve e o que ela arrecada... ahm o que vem de:: dinheiro o que ela arrecada que o estado transfere etc a receita dela total saltou de dois vírgula dois ou seja a dívida era duas vírgulas duas vezes a receita... saltou pra DOIS vírgula NOve... nesses quatro anos projetando pra esse ano segundo dados oficiais da própria prefeitura...

FBS: [o/ senhor está fazendo

(): [o Serra

FBS: [uma crítica ao ao::

JS: [ou seja... concedeu-se

FBS: [à política do do João Sayad que foi secretário da Marta

JS: [NÃO não

FBS: que foi seu companheiro secretário no governo Montoro...

JS: [ele é meu amigo pessoal cla::ro

No exemplo (38) detectamos uma paráfrase metadiscursiva, propriamente com a função de aclarar o sentido do termo “retirar”. Por meio da especificação do sentido, o candidato mantém forte em seu enunciado a idéia que pretende destacar (*já jamais pediria para a Erundina desistir em seu favor*), criando estrategicamente uma figura de presença e reforçando a imagem de um político virtuoso, comprometido com uma ideologia dos valores democráticos, a qual assegura a liberdade de escolha por parte do eleitor (“uma atitude de respeito para com o cidadão”, nos termos de Charaudeau (*op. cit.*, p. 124)) e, paralelamente, leal no trato com seus adversários.

Já as paráfrases metadiscursivas responsáveis pela “explicitação da referência conferida a um item lexical” destacadas em (39) assumem uma função argumentativa um tanto diferente. Por meio delas, o candidato insere em seu discurso algumas definições, as quais são classificadas por Perelman como “figuras de caracterização” (Serra define as

expressões “*em valores reais*”, “*receita da prefeitura*” e “*relação dívida receita*”, respectivamente). No contexto em que foram proferidas, tais definições permitem ao candidato evidenciar aos telespectadores seus conhecimentos sobre economia e funcionamento da máquina pública, reforçando estrategicamente o *ethos* de um homem “competente”, preparado para governar o Município.

As auto-referências do locutor a respeito do seu conhecimento sobre economia, aliás, são tão fortes e constantes no decorrer da entrevista que o entrevistado chega, em um determinado ponto, a se referir explicitamente, por meio de uma operação metadiscursiva, ao seu conhecimento acerca de tal área. Baseando-se na tipologia apresentada por Maingueneau (1997, p. 93), propriamente na categoria denominada “metadiscorso destinado a construir uma imagem do locutor”, optamos por estabelecer um outro subgrupo nas “Referências às instâncias co-produtoras do texto: falante/escritor – ouvinte/leitor”, por nós intitulado “indicação explícita de uma imagem do locutor”. Observe (lin. 1490-1492):

(40) JS: Merval nunca foi apresentada proposta nesse sentido agora eLege-se um partido pra muDAR e vem com uma tese dessas... que inclusive não tem *eu estou falando posso falar também como economista* não tem efeito prático nenhum (...)

Na realidade as definições, aqui representadas pelas paráfrases metadiscursivas responsáveis pela “explicitação da referência conferida a um item lexical”, aliadas à “indicação explícita de uma imagem do locutor”, conforme apresentado no exemplo anterior, não são neutras e sequer estão restritas ao contexto imediato da entrevista em questão. Por meio desses mecanismos metadiscursivos, o candidato busca a persuasão retomando, da cognição social presente na memória dos telespectadores, uma ideologia já cristalizada, de acordo com a qual os governos de centro-direita (no caso, do PSDB) primam por uma “gestão eficiente do dinheiro público” e pelas “questões estruturais”, enquanto as gestões de centro-esquerda (como a administração da Prefeita Marta Suplicy, do PT) elegem como ponto central

de trabalho a busca de soluções para o problema da desigualdade social (observe, a esse respeito, no exemplo (41), que a primeira “prioridade” elencada pelo locutor e atribuída à atual administração é o “social”, embora indique outros pontos que justificam, de acordo com o seu ponto de vista, a afirmação de segundo a qual “*São Paulo está sem rumo*”).

Tendo em vista esse contexto sócio-cognitivo, o locutor se apresenta como um gestor competente para administrar a máquina e o dinheiro públicos, além de proferir duras críticas à administração de sua adversária no que se refere a esse quesito. Tais críticas estão bastante presentes no exemplo (39) (os dois últimos anos desequilibrOU... Pedro:: *em valores reais quer dizer descontada a inflação... a RECEITA... da prefeitura... o que ela tem de dinheiro pra ela gastar* aumentou trinta por cento (...) o déficit SUBIU... a prefeitura nunca esteve tão desequilibrada... (...) a receita dela total saltou de *dois vírgula dois ou seja a dívida era duas vírgulas duas vezes a receita...* saltou pra DOIS vírgula NOve... nesses quatro anos projetando pra esse ano), em que as informações vêm respaldadas por meio de um recurso intertextual, uma “voz” articulada que se apresenta, após uma incisa metadiscursiva, como um argumento de autoridade (*segundo dados oficiais da própria prefeitura*).

Confirma-se, assim, especialmente no que se refere às paráfrases metadiscursivas responsáveis pela “explicitação da referência conferida a um item lexical”, o que fora afirmado por Fairclough (*op. cit.*, p. 158): “o que pode parecer como uma inocente clarificação do significado (...) pode ser interpretado mais apropriadamente como uma definição política e ideologicamente motivada”.

Vale ressaltar que o reforço à ideologia mencionada, na busca de formação do consenso hegemônico, vem materializado mediante a retomada do ponto de vista assumido pelo candidato em diversos momentos da entrevista, como no caso do trecho que segue (lin. 271-289):

(41) PC: senador *o senhor disse que*

[
JS: nós não vamos tentar não

PC: São Paulo está sem rumo...

JS: é

PC: *o senhor poderia explicar melhor?* éh a ciDAde de São Paulo está sem rumo por quê?
e e em que direção?

[
() JS: não se sabe bem pra onde vai qual é a prioridade né? na vida pública nos governos você precisa ter PRIoridade saber o que é mais importante e o que é menos importante quando TUdo é prioritário NAda é prioritário porque não dá pra atender todas as coisas... São Paulo fica... osciLANDo éh:: entre o lado e outro a prioridade é sociAL mas a saÚde andou pra trás... a prioridade são as obras?... fo/ a atual prefeitura gastou MAIS no Fura Fila do que a prefeitura do Pitta... e deixou inacabado... e começou outras obras... *ou seja* esse Fura Fila já comeu... éh do diNHEIRO dos paulistanos de quem paga imposto MUITO imposto nessa cidade uns TREZENTOS e setenta milhões de reais e agora ficou inacabado... em vez de terminar vai saltando pra outra obra qual é a prioridade São Paulo não é tem rumo... *nesse sentido*...

No que se refere às correções registradas, observamos que são sempre elaboradas pelo entrevistado tendo em vista a explicitação da referência que o mesmo pretende conferir a algum item lexical destacado na pergunta formulada pelo entrevistador, o qual geralmente, no contexto em que foi enunciado, pode colocar em xeque a pessoa ou as idéias do entrevistado. Lembremo-nos de que a correção está inserida no grupo das estratégias que, segundo Aquino (*op. cit.*), fortalecem o locutor.

No caso do exemplo (41) abaixo, a promessa, por parte de Serra, de que acabaria definitivamente com as taxas instituídas pelo Governo Marta Suplicy, poderia abalar fortemente a imagem de “sério” do candidato, haja vista que se trata nitidamente de um compromisso que pode ser considerado de difícil realização. Como há uma memória social cristalizada e compartilhada, cognitivamente, por diversos grupos sociais, de acordo com a qual os políticos “tendem a prometer aquilo que não poderão cumprir”, Serra evita atrair esse valor negativo para si, mediante a correção do termo “*acabar*”, sinalizado como relativamente pertinente na pergunta de Paulo Markun, substituindo-o por formulações que especificam e explicitam o sentido que pretende atribuir ao enunciado: o verbo “*revisar*” e a expressão “*fazer algo mais racional*”. (lin. 493-515):

- (42) PM: a Ana Cristina Medeiros ()
 JS: *hein?*
 MC: *você disse* que vai reduzir taxas se for eleito
 JS: não eu acho que essa coisa de taxas e impostos
 [que taxas você reduziria?
 MC: Mauro precisa ser
 JS: ahm
 MC: examinado racionalmente se ter uma idéia do tamanho do que é que está se fazendo e promover uma revisão eu não adiantaria agora que eu vá fazer isso ou aquilo mas Acho que merece uma revisão são exceSSivas... e nós vamos caminhar pra uma proposta nesse sentido...
 PM: Serra é aliás *essa era a pergunta de Ana Cristina Medeiros* que é estudante aqui de Santo Amaro o que é que seria feito no seu governo hipotético com relação às taxas como a taxa do li::xo e a taxa da iluminação quer dizer não há:: uma coisa *vamos dizer* vou acabar com essas taxas...
 JS: *eu não estou dizendo que vai acabar com tudo eu estou dizendo que nós vamos revisar fazer algo mais racional...* eh:: diminuir quando for o caso éh:: melhorar contrapartida de serviço quando for o outro caminharemos com a proposta nesse sentido...
 (...)
 PM: *ok vamos pra um rápido intervalo e voltamos já já...*

Vale dizer que a expressão interrogativa “*hein?*” foi enquadrada, ao lado de outras expressões interrogativas, tais como *ahm?*, *eu não entendi*, *estratégia do quê?* em uma categoria particular, por nós inserida, com base em Borillo (*op. cit.*), no grupo das “Referências às instâncias co-produtoras do texto: falante/escritor – ouvinte/leitor”: “Indicação de não-compreensão e/ou requisição explícita por uma reformulação”. No contexto geral, esses usos corresponderam, quantitativamente, a 5,4% das ocorrências computadas no respectivo grupo, o mesmo percentual registrado pela “instauração de convivência com o interlocutor”, todos eles foram enunciados pelo entrevistado.

No que se refere aos procedimentos metadiscursivos detectados na intervenção discursiva do mediador do programa, podemos afirmar que estão associados ao ato comunicativo de maneira geral, na seleção e negociação dos tópicos a serem desenvolvidos no curso da interação (*aliás essa era a pergunta de Ana Cristina Medeiros (...) o que é que seria feito no seu governo hipotético com relação às taxas*) e na própria gestão da interação, fruto de seu papel discursivo de mediador da entrevista (*vamos pra um rápido intervalo e voltamos*

já já...). Cabe observar que o poder sobre a estrutura da entrevista, sobre a seleção dos assuntos a serem tratados e, eventualmente, sobre a organização dos processos de tomada de turno é institucionalmente atribuído, pré-estabelecido pelos moldes do programa.

Cumpramos acrescentarmos que as referências ao ato comunicativo, além de poucas usuais no material analisados, foram integralmente proferidas pela bancada de entrevistadores. A justificativa para essa constatação (o fato de as poucas ocorrências de incisas metadiscursivas que referenciam o ato comunicativo terem sido enunciadas pela bancada) associa-se ao fato de a ela estar reservado o papel discursivo e sócio-institucional de apresentar perguntas específicas acerca de um determinado assunto e, para isso, tomar ou negociar o turno entre a própria bancada de entrevistadores ou em relação ao entrevistado.

A referência ao papel discursivo e sócio-institucional aflora claramente no texto oral produzido pelos entrevistadores e até na própria produção discursiva do entrevistado em alguns momentos da entrevista, conforme podemos verificar no exemplo que segue (lin. 1655-1686):

(43) FBS: o se/ o senhor *discorre* com muita desenvoltura sobre sistemas nacionais da de *chamados* da grande política e e talvez tenha dificuldade até de se reeducar pra pra ficar () *FALAMOS bastante mas o senhor discorreu agora dez minutos sobre sobre...*

[
JS: Fernando *nós falamos aqui dos problemas (detalhes) do município... o que eu disse era que* (tínhamos que) *caminhar sobre duas pernas uma do local e a outra geral... agora eu estou seguin::do...*

[
FBS: e do PT:: a estratégia do PT claramente pelo

[
JS: *eu estou seguindo as perguntas*

FBS: menos nesse início de campanha é:: colar o senhor a a a campanha pre/ a última campanha presidencial e caracterizar como uma candidatura de revanche essa estratégia ficou clara ou UMA das estratégias que o PT:: éh:: vai usar... *mas minha pergunta era é é outra* o senhor concorreu duas vezes a prefeitura em oitenta e oito e noventa e seis... noventa e seis saiu do ministério do planejamento para concorrer numa situação éh senhor tinha divergências com o Malan:: enfim foi uma situação também éh mui/ muita pressão... que diferenças tem agora a cand/ principalmente da candida/ da candidatura de noventa e seis PARA essa? o senhor resolveu também decidiu... relativamente TARDE havia uma pressão do partido pra que a decisão acontece::sse... éh o Alckmin pressionou para que a

prévia ocorre::ce o candidato dele sabidamente era o SA::ulo e o senhor na última hora resolveu éh sair candidato éh *volto* ((alguém tosse)) à *pergunta inicial do programa* o senhor vai ter que convencer o eleitor de que o senhor quer realmente ser prefeito porque parece um pouco ser uma candidatura hamletiana ser ou não ser o senhor PAssa essa sensação para as pessoas então éh *essa é minha pergunta...*

JS: olha... *eu::: segui aqui as perguntas que vocês foram fazendo* quando é município falamos do município quando é nacional

FBS: uhum

JS: *falamos a nacional eu prefiro até... falar do município mas não vou impor... a orientação para nenhum jornalista que/ que me pergunte...*

Ao focalizar o “processo dialógico que envolve locutor e interlocutor”, o entrevistador, Fernando Barros e Silva (FBS), retoma um dos primeiros tópicos desenvolvidos na entrevista, tópico esse que permeia toda a interação, sendo retomado constantemente. Esse aspecto evidencia o caráter multifuncional do metadiscurso, haja vista que, como se pode verificar, diversas funções separadas na classificação adotada se imiscuem na produção textual efetiva: no exemplo em questão, ao mesmo tempo em que incide sobre um aspecto intrínseco às instâncias co-produtoras do texto, o metadiscurso atua na reorientação do tópico discursivo, recolocando em xeque a disposição do entrevistado em permanecer na Prefeitura de São Paulo caso eleito, sem interromper esse curso para galgar cargos políticos de maiores dimensões.

Note que esse contexto “macro”, aqui relacionado ao cenário político nacional, colocado em oposição a um contexto “micro”, propriamente o das contingências da eleição municipal, é marcado pelo entrevistador mediante um procedimento de denominação reportada (*chamados da grande política*).

A fim de refutar a idéia expressa no enunciado do entrevistador e proteger, paralelamente, sua face, Serra procede também, em primeiro lugar, a uma indicação do processo dialógico que os envolve (*nós falamos aqui dos problemas (detalhes) do município*), apresentando na seqüência um vínculo de coexistência inegável entre o Município e a União (o “*local*” é inerentemente dependente e relacionado ao “*geral*”). Desde então, o seu

movimento contra-argumentativo passa a ser todo baseado em aspectos sócio-interacionais, a partir da defesa do seu papel discursivo de “entrevistado” (“responder”: *eu estou seguindo as perguntas; eu segui aqui as perguntas que vocês foram fazendo; não vou impor a orientação para nenhum jornalista que me pergunte*) e da referência ao papel sócio-institucional de um candidato a Prefeito de São Paulo que também fora candidato à Presidência da República (*quando é município falamos do município quando é nacional falamos a nacional eu prefiro até... falar do município*), bem disposto a cumprir o papel esperado e que não pode ser acusado tanto de mudar ou evitar um determinado tópico quanto de desprezar o debate (algo que, baseado na posição assumida por Aquino (*op. cit.*), viria a enfraquecê-lo perante a audiência).

É importante acrescentarmos que esse trecho nos permite apreender ainda outros aspectos não evidenciados, mas fundamentais para o caráter global da entrevista. Por isso mesmo, ele será devidamente retomado na seção 4.4 do corrente Capítulo. Pelo momento, cumpre-nos destacar a desenvoltura com que José Serra transita entre as contingências impostas pelo gênero “entrevista”, ao contra-argumentar a partir de seu papel sócio-institucional de entrevistado, seguindo um raciocínio implícito que pode ser traduzido aproximadamente da seguinte maneira: “se as perguntas acabaram por se direcionar ao cenário nacional, sobre o qual o candidato tem experiências e, por isso mesmo, proporcionam-lhe vantagens na construção dos variados tipos de argumentos, a responsabilidade é dos entrevistadores e não dele, que está ali para responder, e não para pautar os tópicos”.

No que se refere ainda à relação passível de ser estabelecida entre a metadiscursividade e as estratégias textuais-interativas de construção de sentido, observamos um outro caso bastante significativo de ligação entre a referenciação metadiscursiva e a estratégia da correção, propriamente o de uma heterocorreção associada à sinalização do processamento de busca de denominação, conforme destacado em (44) (lin. 888-893):

(44) JS: é possível eu reconheço éh a:: idéia da *continuidade da mudança*

PM: *continuidade sem continuísmo chama isso...*

JS: *não continuidade da mudança...* que:: *digamos* você tem uma administração que acertou mais que errou... a do Fernando Henrique foi posiTIVA para o Brasil... ora evidente que em cada momento as tarefas são outras...

Note que a denominação atribuída pelo entrevistador Paulo Markun (*continuidade sem continuísmo*) pressupõe o rompimento com práticas que parecem inadequadas aos olhos da memória social de modo geral. A aceitação, por parte de José Serra, dessa outra denominação para o referente em foco na interação, implicaria a aceitação de uma crítica velada ao Governo Fernando Henrique Cardoso, do qual fez parte, sendo inclusive filiado ao mesmo partido do ex-presidente, em um vínculo típico de coexistência.

A fim de evitar ser atacado por meio de um argumento baseado em uma ligação de coexistência (ligação que, de acordo Perelman e Olbrechts-Tyteca (*op. cit.*), também une um grupo aos indivíduos que dele fazem parte) e com o intuito de construir para si a imagem de um político “solidário” com os seus companheiros de partido, Serra elabora outra heterocorreção, corrigindo o entrevistador e mantendo a mesma denominação para, na seqüência, por meio de uma outra operação metadiscursiva, explicitar a referência que pretende atribuir à expressão “*continuidade da mudança*”, a qual respeita as conquistas e pontos positivos do governo anterior.

Também é importante retomarmos, neste ponto da explanação corrente, as intervenções metadiscursivas registradas na fala dos entrevistadores Pedro Cafardo (PC) e Fernando Barros e Silva (FBS), destacadas no exemplo (39) e até aqui ainda não analisadas. Nos termos utilizados por Jubran (1999), trata-se de dois casos típicos de tentativa, por parte dos entrevistadores, de “pegar o entrevistado pela palavra”, os quais estão materializados, na superfície discursiva, por meio de termos atinentes à atividade discursiva que permitem ao entrevistador tirar conclusões do que é dito, deixando clara a referência à fala do entrevistado (*quer dizer que...; o senhor está fazendo uma crítica...*). “Esse enunciado mostra que o

discurso do entrevistador dobra-se sobre o do entrevistado, tomando-o como foco e matriz de onde se origina a conclusão expressa na proposição subsequente” (JUBRAN, *op. cit.*, p. 12). Tal estratégia permite que se assuma a fala do entrevistador como decorrência da fala do entrevistado, comprometendo-o com o que o entrevistador diz.

No caso da primeira intervenção (*quer dizer que a prefeitura estava melhor com o Pitta do que com a Marta em matéria financeira?*), o entrevistador faz como que se fosse do entrevistado a afirmação de que a situação financeira da prefeitura piorou de um governo para o outro. No contexto sócio-político de então, uma afirmação desse tipo assume um caráter altamente polêmico, pois a prefeita era muito mais bem avaliada que o ex-prefeito Celso Pitta e havia uma memória social partilhada segundo a qual o ex-prefeito havia deixado os cofres públicos municipais em situação precária. Dessa forma, a afirmação emerge na interação como um traço de deslealdade de Serra em relação a sua adversária, além de colocar em xeque o valor epistêmico do que fora enunciado pelo candidato.

A intervenção metadiscursiva subsequente, enunciada pelo entrevistador Fernando Barros e Silva (FBS), carrega em seu interior um vínculo de coexistência com a finalidade de acuar o candidato (Serra e João Sayad haviam sido companheiros no secretariado de Franco Montoro frente ao Governo de Estado, além de serem, reconhecidamente, amigos pessoais). Dessa maneira, uma crítica de Serra direcionada ao Ex-Secretário de Finanças da Prefeita Marta Suplicy, conforme formulado pelo entrevistador, iria na contramão da construção do *ethos* de um homem solidário com as pessoas que sempre foram de seu grupo, do reforço ao valor cognitivamente partilhado da “lealdade”, algo que Serra buscou edificar até então.

Note que, imediatamente, nos termos propostos por Aquino (*op. cit.*), o candidato entra em desacordo com o ato enunciativo, afastando enfaticamente uma afirmação que poderia ser prejudicial a sua imagem (*NÃO não ele é meu amigo pessoal cla::ro*).

Ainda no que se refere à estratégia da bancada de entrevistadores de “pegar o entrevistado pela palavra”, uma outra associação bastante recorrente, também prevista por Jubran (1999), constitui-se da articulação entre discurso indireto e menção a atividades languageiras. Nesses casos, as expressões metadiscursivas “introduzem o relato de proposições proferidas pelo entrevistado e esse relato constitui-se como objeto sobre o qual se elabora o ato verbal do entrevistador, de forma que, num movimento auto-reflexivo, o discurso do entrevistador glosa o do entrevistado” (p. 12).

Em (45) abaixo, o entrevistador inicia sua intervenção por meio de um movimento de metadiscursivo com a função de retomar um ponto específico da interação em curso, colocando em pauta novamente um tópico já desenvolvido. Na seqüência, relata uma proposição anterior proferida pelo entrevistado (*o PSDB nunca jogou nessa do quanto pior melhor*) e a contrasta com uma outra proposição relatada, atribuindo ao Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso o papel de “fonte enunciativa do discurso” (*o presidente Fernando Henrique disse a seguinte frase... este país pode virar uma Argentina se não escolhermos um presidente competente*). Assim procedendo, o entrevistador apresenta, nos termos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (*op. cit.*), uma contradição (pelos autores inserida no grupo dos argumentos quase-lógicos, propriamente no subgrupo daqueles que “apelam para estruturas lógicas”) no discurso “tucano” de forma geral, atacando assim a credibilidade, a “condição de sinceridade” do entrevistado (lin. 1316-1322):

- (45) PC: senador o:: senhor disse uma frase agora pouco eu queria voltar mas aí teve o intervalo quando o senhor disse que o PSDB nunca jogou nessa do quanto pior melhor mas aí eu me lembro em dois mil e dois quando o Lula... começou a assumir a liderança nas pesquisas que o presidente Fernando Henrique disse a seguinte frase... este país pode virar uma Argentina se não escolhermos um presidente competente... Isso ajudou a fazer um terrorismo que:: a:: subiu o o:: risco do país:: o país

A associação entre as estratégias metadiscursivas e o discurso relatado, contemplada, na tipologia apresentada por Jubran (2006b), por meio do subgrupo “indicação de outras fontes enunciantoras do discurso para apoio ou refutação de argumentos ou mesmo para preservação de face”, no interior do grupo “Referências às instancias co-produtoras do texto: falante/escritor – ouvinte/leitor”, foi muito usual na entrevista em questão, o que se deve, certamente, à multiplicidade de estratégias passíveis de serem desencadeadas por meio desses recursos.

A articulação de determinadas vozes externas e o ocultamento de outras nos enunciados proferidos tanto pelo entrevistado quanto pela bancada de entrevistadores servem muito bem, conforme exposto no Capítulo I, para o estabelecimento de poder e da busca do consenso hegemônico no texto. Lembremo-nos de que Ramalho e Resende (2006, p. 65) afirmam que duas (ou mais) vozes “podem representar perspectivas diferentes, com seus respectivos interesses, objetivos, etc. A relação entre essas vozes pode ser harmônica, de cooperação, ou pode haver tensão (...)”.

No caso específico da entrevista em análise, a estratégia de “pegar o entrevistado pela palavra”, retomando metadiscursivamente enunciados proferidos anteriormente pelo mesmo, ou a exposição de relatos de fala atribuídos a membros de seu grupo político, os quais contrastam com a trilha argumentativa que vem sendo desenvolvida pelo entrevistado, cumprem o objetivo de acuá-lo. Por meio deles, a bancada de entrevistadores reafirma o seu poder sócio-institucional sobre o desenvolvimento tópico da entrevista, reforçando a imagem de um compromisso ideológico com a busca pela “verdade”, esperado pelos telespectadores.

Na fala do entrevistador, tais estratégias assumem uma função extremamente diferente. Manipulando vozes atribuídas a outros grupos ou pessoas, as quais são apresentadas de maneira harmônica, Serra busca reforçar a sua argumentação e estabelecer um consenso hegemônico positivo sobre sua carreira política. Note que, em (42), os excertos reportados

metadiscursivamente são universalizados (*o que todo mundo dizia no final é que a saúde tomou um caminho; os adversários não falavam da saúde vocês repararam? nem nos deba::tes na/ não falavam da saúde porque na avaliação das pessoas não é que a saúde tinha sido arrumada*). Dessa maneira, o candidato oculta outras vozes dissonantes, que criticaram, por exemplo, o desempenho do Ministério no combate à dengue, denunciaram esquema de desvios de recursos, etc., em favor da construção de um consenso hegemônico, de acordo com o qual a sua atuação como Ministro da Saúde do Governo FHC (e, por conseguinte a sua figura como homem público, mediante a vinculação entre “a pessoa e seus atos”) fora inquestionavelmente exemplar, o que só avigora ainda mais a sua argumentação. Observe (lin. 584-593):

(46) JS: olha quando eu entrei no ministério da saúde vários amigos meus... tem um ou dois que estão inclusive neste estúdio... não é? quer dizer mas voCÊ na saúde? você vai ter que se preocupar com remé::dio você vai ter que se preocupar com pronto soco::rro você vai ter que se preocupar com transfusão de san::gue eu fui... me preocupei e acho éh éh *digamos* que dei conta do recado não é que/ a saúde ficou consertada no Brasil mas definimos um rumo *o que todo mundo dizia no final é que a saúde tomou um caminho* tanto que na campanha presidencial os adversários não falavam da saúde vocês repararam? *nem nos deba::tes na/ não falavam da saúde* porque na avaliação das pessoas não é que a saúde tinha sido arrumada mas é que tinha encontrado um caminho

Instaurando uma argumentação baseada na estrutura do real, Serra aproveita esse trecho da entrevista para reforçar, conforme indicamos anteriormente, na memória social partilhada pela audiência, seus desafios e conquistas como Ministro da Saúde. Por meio da narração de fatos, constrói para si uma multiplicidade de imagens no plano subjetivo da argumentação: o *ethos* de um político competente, haja vista que descreve uma experiência de trabalho público bem sucedida; virtuoso, na medida em que apresenta esse trabalho como um “serviço”, de extrema dificuldade de operacionalização, o que é inerentemente incompatível com um projeto de realização pessoal e garantias de reconhecimento político; humano, pelo fato tanto de ter se colocado à disposição daqueles que sofriam com a situação precária da

saúde pública de então quanto de demonstrar, conseqüentemente, preocupação (consolidada especialmente por meio da expressão *me preocupei*, na linha 585) com a dor alheia.

Para reforçar sua argumentação, Serra faz uso de dois argumentos de autoridade (a voz da opinião pública e a dos adversários na campanha de 2002, aos quais interessava desqualificar sua atuação). Tais argumentos são responsáveis por unir, de acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (*op. cit.*), “uma essência a suas manifestações” e estão materializados, nesse trecho da entrevista, por meio de duas expressões metadiscursivas com função de indicar outras fontes enunciantes do discurso para apoio de argumentos (*o que todo mundo dizia no final é que a saúde tomou um caminho e os adversários não falavam da saúde*). Dessa forma, após apresentar um auto-elogio atenuado por meio da sinalização metadiscursiva da pertinência relativa (*digamos que dei conta do recado*), reforça a idéia do sucesso de seu trabalho por meio da “voz” da opinião pública e até mesmo pelo “silêncio” dos adversários, o que tanto reforça a sua argumentação quanto corrobora com o processo de preservação da sua face.

De modo análogo ao que fora destacado no exemplo (43), os entrevistadores também remetem a outras fontes enunciantes do discurso, mas com um objetivo um tanto diverso daquele descrito para o entrevistado, conforme afirmamos anteriormente. Na maioria das vezes, a bancada cita outras fontes enunciantes para colocar em xeque ou até mesmo refutar as posições do entrevistado, apresentando pontos de vista que contradizem aquilo que o mesmo está defendendo em sua argumentação, geralmente delegando voz aos maiores adversários de Serra: o PT e a Prefeita Marta Suplicy. Observe (lin. 561-569); (lin. 1072-1076):

- (47) MP: mas a Marta também (...) *ela também está falando::... respondeu a ao seu discurso falando em termos nacionais* que os vampiros querem voltar:: ah:: pra governar o país tal...
JS: *expressões de alto nível* ((risos))
() ((risos))

- (48) PM: neste programa aqui e posteriormente na entrevista que o presidente deu a revista Isto É neste final de semana *ele menciona* Números inclusive sobre os gastos sociais do PT e do PSDB *dizendo* que o PT... *se não me falha a memória* foi gastou cinco bilhões e quatrocentos milhões com a política social contra dois bilhões e duzentos *eu estou citando de memória*

No exemplo (47) o entrevistador reporta a fala da prefeita, propriamente um duro ataque proferido pela mesma ao seu oponente, relacionado à acusação de um suposto esquema de desvios de recursos do Ministério da Saúde enquanto Serra fora Ministro. Por meio de um enunciado metadiscursivo com função de marcar a inadequação do termo “vampiro” em relação ao registro de fala esperado para um debate político civilizado (“*expressões de alto nível*”), o locutor ataca rotula como “grosseiro” o linguajar empregado pela adversária, atacando, assim, a imagem de Marta Suplicy e, simultaneamente, procedendo ao emprego da ironia (duas estratégias que, de acordo com a tipologia apresentada por Aquino (*op. cit.*), fortalecem o locutor). Com essa seqüência de estratégias, o entrevistado é tão bem sucedido que encerra o tópico em curso sem responder ao questionamento, com a anuência dos entrevistadores (todos riram).

Na realidade, esse conjunto de estratégias argumentativas que se observa no discurso de José Serra, o qual certamente favoreceu o candidato, fora proporcionado pela própria formulação lingüística do entrevistador, Merval Pereira, ao selecionar o léxico empregado em sua pergunta. Caso tivesse formulado uma questão do tipo: “A sua adversária tem denunciado um suposto esquema de recursos durante o período em que o Senhor fora Ministro da Saúde. O que o Senhor diz sobre esse esquema?”, certamente o candidato ficaria em situação mais complicada, e teria que deixar (pelo menos um pouco) de lado a exploração positiva de sua atuação para tratar de aspectos negativos. Tais aspectos apenas reverenciam a já ressaltada importância das escolhas lexicais para o estabelecimento do controle e policiamento das agendas interacionais.

Já a inserção, verificada no exemplo (48), do relato da fala do Presidente da República a respeito da comparação entre os gastos sociais dos governos do PT e do PSDB, assume a função de colocar em xeque a posição sustentada pelo candidato até então (de acordo com a qual o governo do PSDB teria dado mais atenção à questão da inclusão social que o atual governo do PT, apresentado como “esquerda”).

Note que, como não tem certeza do número exato dos valores mencionados pelo Presidente, o mediador Paulo Markun emprega dois enunciados metadiscursivos que modalizam o grau de certeza do seu dizer (*se não me falha a memória e eu estou citando de memória*), esquivando-se do compromisso de apresentá-los com exatidão e, conseqüentemente, evitando apresentar dados não fidedignos, o que poderia abrir espaço para que outro componente do programa ou os telespectadores o corrigissem, algo que constitui uma virtual ameaça a sua face positiva.

Ainda que não tenham se apresentado como muito recorrentes no *corpus* analisado, esses usos ganharam uma subcategoria à parte, por nós inserida na classificação apresentada por Jubran (2006b): “indicação do grau de certeza/incerteza e comprometimento/descomprometimento com o dizer”.

As “Referências à estruturação do texto”, por sua vez, adquirem um peso significativamente maior na fala do entrevistado, em contraposição à recorrência bem menor detectada nas construções discursivas dos entrevistadores. Sem dúvida alguma, esse aspecto se justifica, novamente, em função da dicotomia estabelecida entre os papéis discursivos assumidos pelos entrevistadores, de um lado, e pelo entrevistado, de outro, típicas de interações verbais englobadas pelo gênero “entrevista” e característica da entrevista sob análise. Se aos primeiros cumpre o papel de conduzir o segundo a manifestar-se discursivamente, introduzindo tópicos que julgam pertinentes para serem levados ao conhecimento da audiência e, eventualmente, retomando pontos interessantes ou até mesmo

polêmicos do debate em curso (observe, nesse sentido, a expressão metadiscursiva “*eu queria voltar*” em (46)), ao entrevistado fica reservado o papel de “falar”, de expor suas idéias.

Na entrevista em questão, as intervenções operadas por José Serra são muito mais longas e menos interrompidas, o que implica a necessidade constante de organizar e reorganizar seus argumentos, destacar aqueles que acredita fortalecê-lo perante a audiência, marcar um retorno sobre um tópico importante para reforçar a sua argumentação, etc. (lin. 1446-1465):

(49) JS: (...) o povo elege um governo para o governo mudar as coisas ((fala sorrindo)) está certo? pra resolver os problemas

MP: [não ou pra continuar

JS: ele não elege...

MC: [quando não elege a oposição

JS: ele não elege cla::ro ele não elege pra que continuem olhando no espelho retrovisor voltado para o passado... o Brasil *eu dizia isso e continuo afirmando* tinha GRAN::des possibilidades de retomar o crescimento sustentado FIRme... éh a partir de dois mil e três não aconteceu agora... ficar olhando mas *veja bem pra concluir*

PML: [o que o senhor teria feito... no governo ()

JS: ficar olhando pra trás e se desentender das coisas que tem que fazer é outra é uma postura que acaba não levando a nada *eu vou te dar um exemplo...* éh:: desvincular o salário mínimo das aposentadorias do INSS... essa é uma idéia apresentada pelo chefe da casa civil José Dirceu e pelo presidente da república... estampado em todos os jornais é uma idéia ao meu ver que não tem nem pé nem caBEça isso se deve a alguma herança... uma idéia que não tem nem pé nem cabeça nem praticida::de

No trecho selecionado, em que Serra vem proferindo várias críticas ao governo petista no plano nacional, verifica-se uma multiplicidade de procedimentos metadiscursivos referentes à estruturação do texto oral do entrevistado, e de alguma forma, à organização de sua argumentação de modo geral. Após apresentar um argumento que estabelece uma ligação de sucessão, unindo um fenômeno (o desejo de mudança por parte da população) a suas conseqüências (a eleição do Presidente Lula), acusa os adversários de ficarem presos apenas à

crítica ao governo anterior, sem apresentarem projetos alternativos claros para o país, capazes de justificar o discurso de “mudança”.

A fim de reforçar o seu ponto de vista, Serra retoma um enunciado proferido por ele anteriormente e, por conseguinte, o tópico “crescimento econômico brasileiro”, cujo desenvolvimento já fora esgotado nesse trecho da entrevista. Tendo em vista a operacionalização desse retorno, emprega uma expressão metadiscursiva que marca explicitamente a retomada de um trecho anterior da entrevista (*eu dizia isso e continuo afirmando*).

Vale abriremos um breve parêntese para destacarmos que, por meio dessa ocorrência, fica visível a ligação entre a metadiscursividade e outra estratégia textual-interativa de construção de sentido, no caso, a repetição. Dessa forma, a hipótese da possibilidade de associação anteriormente levantada por nós neste trabalho vai se confirmando.

A incisa metadiscursiva *veja bem pra concluir*, por sua vez, apontada nas linhas subseqüentes, denuncia o envolvimento do metadiscurso com o processo de marcação de relevo no texto falado, outra hipótese anteriormente levantada e prevista para ser analisada. Esse recurso foi inserido em um novo subgrupo, por nós denominado “marcação de relevo”, e assume a função, no interior da argumentação, de permitir ao candidato chamar a atenção da audiência – seus eleitores em potencial – para os argumentos que pretende destacar, em geral, aqueles que têm maior força dentre todos os que foram enunciados. Lembremo-nos de que, para a ACD (cf. VAN DIJK, 1994), constitui-se uma importante forma de controle, na formulação textual, evidenciar os aspectos positivos relacionados ao falante e/ou ao seu grupo social e ocultar os negativos.

No caso da incisa em questão, ela não só permite a focalização de um argumento do tipo causa e efeito (sendo a “causa” o fato de o governo ficar se referindo e criticando constantemente a gestão de FHC, e o “efeito” a ausência de projetos novos e de rumos), o

qual, no contexto em que foi enunciado, apresenta-se como um ataque ao governo do PT, como também indica o estatuto discursivo desse argumento (*conclusão*). Visando a reforçar ainda mais esse ponto de vista Serra introduz, por fim, uma exemplificação, também sinalizada metadiscursivamente (*eu vou te dar um exemplo*).

A argumentação pelo exemplo, muito usual nessa entrevista, é analisada pela Teoria da Argumentação como uma ligação que fundamenta o real pelo caso particular, fornecendo “um caso eminente em que o sentido e a extensão das noções são influenciados pelos aspectos dinâmicos do seu emprego” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 406). No trecho selecionado, tal estratégia permite ao candidato reforçar a tese que vem sendo por ele defendida, de acordo com a qual o governo estaria sem rumo, reportando-se particularmente à proposta defendida pelo Presidente e pelo Chefe da Casa Civil de “desvincular o salário mínimo das aposentadorias do INSS”, o que, de acordo com o seu entendimento, seria uma proposta absurda.

Nessa mesma função, propriamente a de permitir ao locutor tanto controlar, no sentido da ACD, a organização do seu texto oral, de modo a torná-lo não só mais compreensível, mas, especialmente, organizar seus argumentos de acordo com uma determinada ordem, a qual julga fortalecê-lo, inserem-se as ocorrências responsáveis pela “marcação do esquema de composição do segmento tópico”. Vale destacar que tais ocorrências foram integralmente detectadas na fala do entrevistado, aspecto já justificado por nós nesta pesquisa. Nesse sentido, observe o trecho abaixo, selecionado das considerações finais da entrevista (lin. 1789-1814):

(50) JS: nós somos da oposição eu tive mais experiência de lá pra cá... porque:: os cargos que eu tinha tido estavam relacionados com a área econômica no executivo... e eu tive um cargo na área social que foi aliás o mais prolongado que eu tive... que foi o da saúde... éh éh:: e acredito que... essa experiência serviu para mostrar duas coisas *primeiro* pra MIM é um trabalho que vale MU::ito a pena você cuidar dos problemas das pessoas... *segundo*... que éh:: o desafio que tem na cidade de São Paulo é dessa natureza e eu penso comigo se eu consegui tocar o Ministério da Saúde que é a área

MAIS DIFÍCIL do governo federal é a mais difícil nos governos estaduais é a segurança no governo federal é a saúde... eu posso tocar os problemas da cidade de São Paulo (...) unindo no caso a minha experiência... legislativa no executivo... com a vontade de governar a cidade é um BELo desafio e *digo mais* quando a gente mostra as deficiências da atual prefeitura... fica claro que o potencial pra melhorar São Paulo a POSSibilidade de melhorar São Paulo é IMENsa... você imagina reduzir custos que hoje não são controlados reduzir:: desperdício estabelecer prioridades atacar os problemas na sua essência e resolver os problemas principais não ficar se dispersando em tudo não jogar dinheiro tanto em publicidade enfim fazer uma parceria BO:a e não disputa com o governo do Estado... né? como costuma acontecer enfim tudo isso... é uma experiência tremenda para ser vivida... eu acho que como papel na vida pública só vai... é pessoalmente me fazer bem mas me fazer bem se eu puder fazer bem à minha cidade onde eu nasci... eu como todos sabem eu sou de um bairro... é operário na Mooca não é? eu estudei só em escola pública na minha vida... é cheguei onde cheguei graças a isso... e puxa vida se eu puder contribuir... pra ter uma São Paulo melhor... como é que eu vou jogar essa oportunidade como é que eu vou deixar essa oportunidade de lado... não vou fazer... isso o que me convenceu o que me convenci... nos últimos meses inclusive ouvindo as pessoas...

Em sua última intervenção, Serra aproveita para reforçar as categorias de *ethos* que procurou construir no decorrer de toda entrevista, deixando-os “vivos” para a persuasão do telespectador, retomando paralelamente seus planos e projetos para um eventual mandato como Prefeito de São Paulo, estabelecendo críticas à sua adversária e recordando seus feitos como homem público, o que já havia mencionado em diversos momentos do programa. No início desse trecho, o candidato volta a discorrer a respeito de sua atuação como Ministro, tanto do Planejamento quanto da Saúde, destacando assim a imagem de um político “experiente”, cuja bagagem adquirida no decorrer da vida pública constitui um conhecimento muito rico e abrangente, o qual poderá ser traduzido, caso eleito, em um trabalho bem sucedido frente à Prefeitura de São Paulo (*eu tive mais experiência de lá pra cá; essa experiência serviu para mostrar duas coisas*).

Relacionado ao *ethos* de “competência”, justamente aquele que Serra mais buscou construir no decorrer do programa, a retomada do trabalho desenvolvido como Ministro institui ainda, no plano objetivo da argumentação, uma argumentação baseada na estrutura do real, propriamente do tipo “causa e efeito”. Apresentados como “consequência” do saber adquirido nesse percurso, os argumentos são divididos em duas partes; tal subdivisão vem

sinalizada explicitamente por meio de incisivas metadiscursivas que atuam na “marcação do esquema de composição do segmento tópico”. Mediante o emprego da glosa “*primeiro*”, Serra insere uma afirmação que corrobora com a construção de um *ethos* de humanidade (*pra mim é um trabalho que vale muito a pena você cuidar dos problemas das pessoas*), apresentando um forte valor de referência que visa a uma identificação do eleitorado em relação a sua pessoa. Paralelamente, esse uso ainda reforça a construção de tal imagem pelo recurso à marcação de uma seleção e a instituição de uma certa ordem em seus argumentos (cf. PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, *op. cit.*), por meio da qual deixa implicada a idéia de que, para ele, “o cuidado com as pessoas vem em primeiro lugar”.

A glosa “*segundo*”, por sua vez, abre espaço para o estabelecimento de um argumento que fundamenta o real por meio do raciocínio por analogia (*se eu consegui tocar o Ministério da Saúde que é a área mais difícil do governo federal (...) eu posso tocar os problemas da cidade de São Paulo*). Note que, ao explicitar a idéia que procurara transmitir no início de sua intervenção, evocando novamente sua experiência no Ministério da Saúde, Serra cria estrategicamente uma figura de presença.

A incisa metadiscursiva “*digo mais*”, por fim, a qual inicia uma espécie de apêndice em que o candidato utiliza uma diversidade de argumentos, merece aqui um comentário específico. Isso porque a incisa destacada foi classificada, ao lado de ocorrências como “*eu vou dizer*”, “*eu vou dizer uma coisa*”, “*estou apenas dizendo*”, dentre outras, em um subgrupo que inserimos na categoria das “Referências à estruturação do texto”, por nós denominado, com base em Borillo (*op. cit.*), “comentários do locutor a respeito do processo de elaboração do seu próprio dizer”. Vale dizer que, na entrevista em questão, essa modalidade de metadiscurso foi encontrada apenas na fala do entrevistado.

No que se refere aos argumentos acionados após o emprego de “*digo mais*”, o candidato utiliza-se inicialmente de uma relação de causa e efeito para retomar parte das

propostas, já apresentadas no decorrer do programa, a serem desenvolvidas caso eleito (*“reduzir custos que hoje não são controlados, reduzir desperdício, estabelecer prioridades, atacar os problemas na sua essência e resolver os problemas principais, não ficar se dispersando em tudo, não jogar dinheiro tanto em publicidade, enfim, fazer uma parceria boa e não disputa com o governo do Estado (...) como acostuma acontecer”*), as quais trazem implicadas conseqüências positivas para a cidade (a conseqüente *melhora* na situação de São Paulo) e uma crítica ao atual modelo de condução da Prefeitura.

Ao mencionar explicitamente os caminhos que pretende seguir para “melhorar São Paulo”, apresentados como propostas em seu plano de governo, Serra constrói, ao mesmo tempo, no plano subjetivo da argumentação, um *ethos* de “credibilidade”. Isso porque, a fim de se mostrar digno de fé, o candidato apresenta as maneiras de se colocar em prática aquilo que anuncia (o que Charaudeau (*op. cit.*, p. 119) denomina “condição de performance”), deixando evidente que essa ação será seguida de um efeito (a “condição de eficácia” de Charaudeau (*op. cit.*, p. 120)), amparando a sua credibilidade sobre um *poder fazer* cujo respaldo advém do conhecimento apontado no trecho em questão sobre *como fazer*.

A partir de então, o reforço à construção de uma imagem de si capaz de convencer o auditório passa a ser a única finalidade da argumentação de Serra, de modo a construir uma sucessão de enunciados mais fortemente apelativos. A afirmação explícita de que seu engajamento político não foi motivado por ambição pessoal (*“como papel na vida pública só vai pessoalmente me fazer bem mas me fazer bem se eu puder fazer bem à minha cidade onde eu nasci”*), algo que só havia sido feito de modo velado até aqui, denuncia a busca da construção, por parte do candidato, de um *ethos* de “virtude”, que permeou toda a entrevista, conforme pudemos constatar por diversas vezes no decorrer desta análise.

A imagem de um homem virtuoso vem ainda reforçada por meio da recordação de sua origem humilde (*como todos sabem eu sou de um bairro operário na Mooca não é? eu*

estudei só em escola pública na minha vida), o que não só permite uma forte identificação entre as camadas populares da cidade de São Paulo com o candidato mas também evoca a figura de “uma vida transparente”, de um homem “ideal” que não cedeu aos meandros escusos da política para obter sucesso (*cheguei onde cheguei graças a isso*).

Essa virtuosidade se imiscui e ganha ainda mais força, em seu discurso, pela evocação da figura de um homem solidário, a qual, embora colocada em um plano um tanto inferior no trecho em questão, não deixa de corroborar com a formação da imagem de um homem ideal, que sentindo o momento difícil vivido pela população do Município, convenceu-se de que era necessário se colocar a serviço para “*contribuir, pra ter uma São Paulo melhor*”, algo que não fez a partir de uma autodeterminação, mas mediante um processo de escuta do clamor de seus concidadãos, aos quais soube ouvir e, a partir disso, tomar a decisão de se candidatar (“*isso o que me convenceu (...) nos últimos meses inclusive ouvindo as pessoas*”).

Notemos, por fim, que Serra busca atribuir ao seu papel de Ministro da Saúde uma experiência na área social, área ideologicamente cristalizada como a bandeira das “esquerdas” e que o senso comum apontava como o principal sucesso da administração Marta Suplicy (*os cargos que eu tinha tido estavam relacionados com a área econômica no executivo... e eu tive um cargo na área social que foi aliás o mais prolongado que eu tive... que foi o da saúde...*). No entanto, conforme é sobejamente sabido, o Ministério da Saúde não se insere no plano das políticas sociais do governo, função atribuída ao atual Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Mas, ao acrescentá-lo às diversas experiências na área econômica, o que carrega implícita a idéia de que se trata de um bom administrador do dinheiro público, algo bastante valorizado ideologicamente pelos segmentos mais à “direita”, o locutor busca construir a imagem de um político conhecedor dos diversos segmentos da administração. Ao lado da exposição de um passado humilde, portanto semelhante à maior parcela da população, Serra

se apresenta, hegemonicamente, como o candidato ideal, de “esquerda” ou “direita”, de todas as cognições sociais. Um candidato completo, representante de todas as ideologias. Um candidato, enfim, de todos os paulistanos.

4.3 A entrevista com Marta Suplicy

De forma análoga à entrevista anterior, o mediador do debate, Paulo Markun, inicia o programa com a Prefeita de São Paulo e candidata à reeleição, Marta Suplicy, com uma pergunta bastante espinhosa à entrevistada, relacionada propriamente ao seu baixo desempenho nas pesquisas eleitorais. Por pressupor que a população do Município não esteja apoiando maciçamente sua candidatura à reeleição e, por conseguinte, o trabalho da Prefeita, tal pergunta coloca em risco a face da entrevistada (lin. 5-24):

(51) PM: boa noite prefeita

MS: boa noite

PM: éh saiu ho::je a pesquisa do IBOPE que indica trinta pontos para o candidato José Serra... vinte pontos para o candidato Paulo Maluf VINte e um pontos para o candidato Paulo Maluf e dezesseis para a senhora *se não me falha a memória estou citando de memória* e nesse final de semana algo semelhante:: foram os indicadores... da:: do Datafolha eu sei que até *o candidato José Serra diz* que a pesquisa... é um retrato do momento mas eu queria saber como é que a senhora encara esses números?

MS: bem boa noite Markun é um prazer estar aqui com você esse grupo todo e:: *muito boa essa oportunidade de eu estar podendo conversar com a população de São Paulo...* olha pesquisa é pesquisa um momento né? ahm acho que a gente não tem que *ficar discutindo com números...* e:: eu acho que a campanha come::ça agora e:: nós vamos ter a chance de poder mostrar muita coisa... que está sendo feita na cidade de São Paulo então eu estou tranqüila porque:: eu lembro também quando eu fui candidata governadora... que:: eu fiquei:: quarto lugar o tem::po todo e depois não era assim né? na hora H foi:: foi muito duro o que aconteceu então eu acho que::... está muito cedo pra avaliar qualquer coisa é um momento (...)

Note que, como não tem certeza dos números exatos, o mediador Paulo Markun, de forma análoga ao observado no exemplo (48), emprega dois enunciados metadiscursivos que modalizam o grau de certeza do seu dizer (*se não me falha a memória* e *eu estou citando de*

memória), esquivando-se do compromisso de apresentá-los com exatidão e, conseqüentemente, evitando abrir espaço para que outro componente do programa ou os telespectadores o corrigissem, algo que constitui uma virtual ameaça a sua face positiva.

A referência metadiscursiva ao adversário da Prefeita, José Serra, colocado como outra fonte enunciadora (*eu sei que até o candidato José Serra diz que a pesquisa... é um retrato do momento*) antecipa uma possível objeção, restringindo ainda mais o leque de possibilidades para a entrevistada refutar o conteúdo proposicional da pergunta.

Marta, por sua vez, inicia seu turno fazendo uma avaliação positiva de sua participação no programa, apresentando-se, em “uma atitude de respeito para com o cidadão” (CHARAUDEAU, *op. cit.*, p. 124), bem disposta a interagir e a responder aos questionamentos da população, o que vem reforçado pela indicação metadiscursiva do processo dialógico como um todo “*muito boa essa oportunidade de eu estar podendo conversar com a população de São Paulo*”.

Esquivando-se da pergunta apresentada pelo entrevistador e protegendo, ao mesmo tempo, a sua face, demonstra, metadiscursivamente, “desinteresse para desenvolver um tópico” (*a gente não tem que ficar discutindo com números...*). Essa recusa vem justificada mediante um argumento baseado na “estrutura do real”, evocando um fato armazenado na memória dos telespectadores: a campanha para o Governo do Estado de 1998, momento em que as pesquisas indicavam larga vantagem ao candidato Mário Covas para disputar o segundo turno e Marta, por fim, ficou de fora por margem muito estreita de votos.

Cumpre-nos destacarmos aqui, antes de prosseguirmos com a análise propriamente dita, que a vida pública de Marta Suplicy emerge relacionada à defesa das minorias e, por conseguinte, à abordagem de temas considerados polêmicos. Enquanto sexóloga ancorou, no início dos anos oitenta, um quadro sobre sexualidade no Programa “TV Mulher”, da Rede Globo de Televisão, tratando, em rede nacional, de assuntos femininos considerados “tabus”

para a sociedade de então. Posteriormente, sua atividade parlamentar, entre os anos de 1994 e 1998, foi marcada pela apresentação do Projeto de Lei regulamentando a união civil entre pessoas do mesmo sexo.

Tais questões, em maior ou menor intensidade, foram utilizadas pelos seus adversários conservadores como mecanismos para angariar votos, tanto no pleito eleitoral para o Governo do Estado, em 1998, quanto no segundo turno das eleições para a Prefeitura de São Paulo em 2000, do qual saíra vencedora.

No contexto histórico-temporal da entrevista em análise, Marta havia administrado o Município desde 2001, apresentando-se como opção para o mandato seguinte. Nesse sentido, para além de exercer o papel desempenhado por José Serra na entrevista anterior (persuadir os eleitores em potencial de que era a mais preparada para o cargo, expor suas metas para o mandato seguinte, atacar as propostas dos adversários e apresentar seus feitos enquanto Prefeita), fazia-se necessário à candidata a árdua tarefa de defender os aspectos mais polêmicos da sua administração.

O relacionamento conflituoso com a mídia e dificuldades de comunicação com a população de São Paulo ao longo dos três anos e meio de mandato, de maneira geral, constituem-se nos primeiros temas difíceis para a entrevistada abordados pelos entrevistadores. Esses tópicos vão sendo retomados pela bancada de entrevistadores constantemente no decorrer da entrevista, promovendo, sucessivamente, um aumento no grau de tensão da interação, com perguntas que ameaçam fortemente a imagem pública da Prefeita.

Nesse contexto, é interessante observar o excerto selecionado (lin. 120-139):

(52) SS: (...) apesar de tantos elogios a senhora acredita estar perdendo a guerra da mídia em relação aos CEU's?

MS: MS: ((riso)) olha não é perdendo a guerra da mídia... mas eu acho que a mídia não tem::... ah quer dizer tem eu acho que alguns se colocam mas ainda as pessoas NÃO se apropriaram eu colocaria mais assim e teve uma guerra de um lado dizendo que aquilo era para as duas mil e quatrocentos crianças que ali estudam o que não é verdadeiro... porque:: todas as escolas municipais do entorno e::las tem

possibilidade de usar a infra-estrutura do CEU então elas podem ir ao cinema: mas durante a semana elas são levadas para o cinema do CEU pra ver alguma peça elas podem fazer natação: então a/ a criança em volta que pertence a escola municipal também frequenta e NO final de semana é aberto e nós podemos observar que tem uma grande parcela de crianças que estudam no estado e escola particular algumas também... e a POPULAÇÃO também tão começado a frequentar também tem uma média de cinco mil pessoas... por fim de semana frequentando e isso: vai mudar: não tem como não mudar a situação da violência da exclusão: e o Ciclo que reproduz a pobreza... porque: a maioria daquelas crianças são crianças de lares onde não entram Livro onde não existe expectativa onde a possibilidade de trabalho de fantasia de sonho é muito limitada e de repente ela tem uma estrutura uma infra-estrutura que é melhor de qualquer escola privada em São Paulo que eu conheça... tanto é que você falou com o Kofi Annan exatamente ele falou que “era o melhor projeto educacional” que ele já tinha visto né?

Quando questionada a propósito da maneira como avalia a divulgação midiática dos Centros de Educação Unificados construídos pela sua gestão, a entrevistada inicia sua resposta com uma heterocorreção (*não é perdendo a guerra da mídia*), seguida por uma autocorreção (*a mídia não tem: ... ah quer dizer tem eu acho que alguns se colocam mas ainda as pessoas NÃO se apropriaram*), ambas sinalizadas, metadiscursivamente, pela “pertinência relativa das palavras às referências pretendidas” (cf. Jubran, *op. cit.*) (*eu colocaria mais assim*).

Essa série de enunciados reformuladores, marcada, inicialmente, pela reorientação de foco do tópico discursivo, acrescido da estratégia de referenciação metadiscursiva destacada, evidencia um posicionamento polido da entrevistada em relação ao tópico lançado na pergunta, evitando, pelo menos por ora, um embate com a bancada de entrevistadores, composta por membros da própria mídia.

No entanto, Marta aproveita para contestar, no trecho seguinte, exatamente e crítica mais comum presente nos meios de comunicação aos seus centros educacionais, de acordo com a qual os CEUs seriam muito caros e atenderiam a poucos alunos, deixando a maioria deles confinada a escolas de infra-estrutura precária, inclusive escolas “de lata”. Esse trecho vem inserido, metadiscursivamente, mediante a “indicação de outras fontes enunciantes do discurso”, servindo de maneira particular à “refutação de argumentos”.

Para isso, a entrevistada constrói uma argumentação baseada na estrutura do real (cf. PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, *op. cit.*), especificamente por meio da narração de determinados “fatos”, narração que também permite à Prefeita trazer à memória dos telespectadores e destacar os êxitos de um dos projetos mais bem avaliados de sua administração, justamente os CEUs. A partir do excerto *e isso:: vai mudar:: não tem como não mudar a a a a a:: situação da violên::cia da exclusão::*, a argumentação baseada na estrutura do real apela a uma ligação pragmática, do tipo causa e efeito (os CEUs como instrumentos para a transformação da realidade social de seus entornos). Em uma interação de argumentos, reforça sua posição com um argumento de autoridade, o qual tanto aciona, metadiscursivamente, “outras fontes enunciativas” para apoio de argumentos quanto envolve o entrevistador, *mediante a evocação de conhecimento compartilhado (...tanto é que você falou com o Kofi Annan exatamente ele falou que “era o melhor projeto educacional” que ele já tinha vis::to né?)*.

No plano subjetivo, a Prefeita vai reforçando o *ethos* de um político “humano” e “solidário”, comprometido com os problemas dos mais pobres e, por conseguinte, com a questão da exclusão social como um todo. Falamos em “reforço” porque essa imagem a Prefeita buscou construir ao longo de toda a administração, inclusive por meio da maior parte das políticas públicas elaboradas por seu governo, direcionadas a esse grupo social.

Apesar de toda a trilha argumentativa destacada, a Prefeita não consegue afastar as mencionadas críticas ao projeto, as quais vêm verbalizadas, integralmente, pelo entrevistador Paulo Moreira Leite logo na sequência (lin. 165-219):

(53) PML: mas prefeita ((pigarreou)) os CEU's têm todos esses méritos e talvez até outros mais quer dizer... agora resta o fato de que são que eles vão atender com a educação cinquenta mil crianças... e nós temos assim um milhão de crianças que estão em situação bastante precária inclusive temos as tristes mentes célebres das escolas de lata que *isso é uma questão* é um outro LAdo aí *eu queria saber como que a senhora responde isso* não teria sido melhor ter começado resolvendo a

escola de lata? não teria sido melhor invesTIR para que TOdas as crianças tivessem uma melhoria?

[
MS: não então vamos ver Paulo éh:: duas coisas *primeiro* éh não são cinquenta mil crianças que estudam no CEU *eu acabei de explicar* que o CEU é pra criança que estuda ali duas mil e quatrocentas e todas as do la::do ()

[
PML: que freqüentam o CEU né?

[
MS: sim
freqüentam coisas que eles não freqüentavam antes então vai desde coisas mais simples como a criança por a mão na piscina e ver como que é a água de uma piscIna até a criança sentar e se maravilhar com o teAtro né? ou os PAis por exemplo no CEU que nós inauguramos com o presidente Lula foi em agosto em Jambeiro a professo/ a gestora fez uma pesquisa oiTENTa e oito por cento não tinham entrado num cinema cem por cento não tinham entrado num teatro quando passou num dos CEU's que eu vi a Denise Stoklos foi um SUSTo porque nunca tinham visto mímica então foi primeiro um susto uma reação na platéia depois entenDEeram o que era aquilo aí foi um fasCínio *entende* e e e:: isso que a população vai agora começar a absorver agora é importante saber que em São Paulo não falta vaga em escola fundamental a outro dado imporTANte que também *aí remetendo o que se fala na imprensa* que a gente às vezes não consegue *daí o bom de eu poder estar aqui faLANdo* né? nós criamos duzentas mil vagas novas na cidade duzentas mil se você pegar a gestão de Luísa Erundina Paulo Maluf e Pitta nós criamos mais esco/ vagas em escolas do que qualquer um deles na sua administração... se for pegar vaga em creche nós criamos quarenta e três por cento a mais de vagas em creche... uma barbaridade se você for analisar os números concretos ali *não é coisa que eu estou falando* está ali o número então não é a toa que nós investimos trinta e dois vírgula oito por cento do orçamento da cidade na educação foi a prioridade absoluta aí fora isso Paulo faz diferença *como eu digo por exemplo* a rede tem um milhão de crianças né? nós compramos uniforme pra um milhão de criança e não foi uniforme daquele para fazer propaganda eleitoral... é o uniforme da meLHOR qualidade que lava lava lava e fica pro irmãozinho né? material escolar também porque que nós fizemos isso porque tinha que criar um colchão social na cidade as professoras *diziam* “olha não tem lápis não tem caderno não tem como dar AULA Marta como nós vamos fazer?” e nós sabíamos desde o começo que a situação era difícil o desemprego era grande a situação era complicAda a poBREza mutio grande nas escolas as crianças que freqüentavam e que o renda mínima ajudariam família a comer... a ter uma vida um pouco melhor mas não ia sobrar pra muita coisa quando você recebe aquela lista de de da escola com/ você tem três filhos pra comprar tudo aquilo... não ia conseguir então nós resolvemos também promover pra um milhão de crianças e depois ainda fazemos o vai e volta... porque tinha criança que mora mais longe a mãe não conseguia levar... então hoje cento e dois mil criança usam o transporte escolar então foi uma revolução que a gente fez na educação em todos os sentidos foi um investimento maciço e *ainda estou esquecendo* da comida da merenda... que agora em vez da bolacha tem fran::go

Note que, ao formular a pergunta, depois de expor um conjunto de críticas direcionadas à política pública da Prefeitura para a educação, o entrevistador indica, metadiscursivamente, o estatuto discursivo da porção textual (*questão*), além de fazer

referência a atividades languageiras, típicas do papel discursivo assumido (*eu queria saber como que a senhora responde isso*).

Com a incisa *primeiro*, responsável pela “marcação do esquema de composição do segmento tópico”, a entrevistada retoma diversos argumentos de natureza semelhante aos empregados em (52), criando, estrategicamente, uma figura de presença. Essa retomada vem destacada no excerto *eu acabei de explicar*, o qual também evidencia a integração entre a referenciação metadiscursiva e a estratégia textual-interativa da repetição.

O trecho *agora é importante saber que em São Paulo não falta vaga em escola fundamental*, por sua vez, prefacia a segunda parte da resposta da entrevistada. Nessa etapa, Marta tanto refuta a informação de que faltariam vagas em escola fundamental, avigorando a trilha argumentativa com a “indicação de outras fontes enunciantes do discurso” (*aí remetendo o que se fala na imprensa*) e a “indicação do processo dialógico” (*daí o bom de eu poder estar aqui faLANdo*), quanto aproveita para apresentar e trazer à memória dos telespectadores mais fatos e dados positivos de sua administração na área da educação pública.

Para isso a entrevistada se vale, inicialmente, da interação de dois argumentos, fortalecendo, assim, sua posição: a comparação com os dados obtidos nas gestões dos seus antecessores e a remissão direta ao “lugar da quantidade” (cf. PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, *op. cit.*), ambos destacados por meio de uma referência metadiscursiva à “atribuição de qualificações ao locutor para discorrer sobre um tópico” (*não é coisa que eu estou falando está ali o número*). Com o “comentário a respeito do processo de elaboração do seu próprio dizer” (*como eu digo*) acrescido da “indicação do estatuto discursivo de fragmento do texto” (*por exemplo*), a candidata focaliza a porção textual subsequente, composta por mais informações sobre os feitos de sua gestão na mencionada área: distribuição gratuita de uniforme e material escolar, transporte de alunos (o “Vai e Volta”) e a melhoria na qualidade

da merenda escolar, esta enfatizada, aliás, por outro comentário a respeito do processo de elaboração do seu próprio dizer (*ainda estou esquecendo*).

No que diz respeito ao plano subjetivo da argumentação, Marta reforça a imagem de uma administradora humana e solidária, profundamente conhecedora do cotidiano dos mais pobres e de seus problemas comuns (o uniforme que tem que ficar para o irmãozinho, a dificuldade para comprar material escolar dada a *situação complicada a pobreza muito grande nas escolas*, o problema do desemprego, dentre outros). Paralelamente, ao elencar o conjunto de realizações na área, mencionando dados estatísticos e os mecanismos dos quais se valeu para contornar os problemas encontrados no início de sua gestão (*as professoras diziam “olha não tem lápis não tem caderno não tem como dar AULA Marta como nós vamos fazer?”*), busca construir o *ethos* de uma administradora “competente”, demonstrando conhecimento sobre o assunto e provas de que possui “os meios, o poder e a experiência necessários para atingir os seus objetivos” (CHARAUDEAU, *op. cit.*, p. 125)

No entanto, apesar de mobilizar esse vasto conjunto de argumentos, a Prefeita não consegue, novamente, afastar as críticas da bancada a sua atuação na área e redirecionar o tópico discursivo. Observe, a esse respeito, a pergunta subsequente ao excerto selecionado, marcada pela provocação, ironia e transgressão às convenções de polidez (lin. 221-229):

(54) PML: está esquecendo também dos professores?

MS: ahm?

PML: tem professores não estão tão satisfeito assim né? tem os professores que reclama::mam do sala::rio porque/

[
MS: é verdade porque olha o salário dos professores e aí eles têm razão ficou defasado mu::ito e muito tempo nós aumentamos ao todo vinte e seis vírgula sete por cento... é muito... é pouco para eles porque a defasagem era muito maior (...)

Cumprе destacar que o estilo empregado na pergunta elaborada por Paulo Moreira Leite não se restringe ao trecho selecionado no exemplo anterior. Uma outra amostra dessa

característica da entrevista sob análise está registrada em (55): por meio do processo metadiscursivo de denominação reportada, o mediador do programa atribui de modo provocativo e irônico o nome “martão” aos ônibus novos que passaram a transitar pela Avenida Nove de Julho (lin. 748-754):

(55) MS: agora na Nove de Julho que é quando foi lançado aquele ônibus de trezentos e sessenta lugares...

PM: o *chamado martão*

MS: é que mudou:: só só mudou a (...) a a o lado né? pra:: para pessoas para a gente poder fazer a calçada (...)

Considerando a posição de Fairclough (*op. cit.*), de acordo com a qual, a partir da análise das convenções de polidez, podem ser reconhecidas relações de poder na interação, os ataques à face da entrevistada indicam que a bancada faz valer, nesta entrevista, muito mais o seu poder sócio-institucional que na entrevista realizada com José Serra. Nesse contexto, torna-se significativo o trecho destacado em (56), em que o mediador do programa faz menção direta à imagem de “arrogância” e “intransigência” que, de acordo com o seu ponto de vista, estaria cristalizada em “boa parte da cidade de São Paulo”, atingindo assim a face positiva da entrevistada (lin. 283-313):

(56) PM: a Marta Suplicy que é uma excepcional comunicadora de televisão né?

MS: [ahm

PM: tem mais estrada do que eu na televisão do que o Salomão juntos

MS: ahm

(): ((riso))

PM: mas a imagem que a senhora tem em boa parte da cidade de São Paulo é de uma pessoa arroGANte

MS: uhm

PM: pessoa intransigen::te né? e é ESTA imagem que provavelmente

MS: [uhm

PM: os seus adversários vão explorar em alguns comerciais em em matéria em publicidade de outros candidatos aparecem *isso sem ciTAR também sem botar carapuça* a senhora acha que a campanha vai ser éh acirrada a este pon::to de ser vampi::ro contra arrogante que ()?

[

MS:

olha não tinha pensado assim... mas:: olha eu acho que tem muito a ver... que eu ser uma pessoa realmente muito apaixonada eu *FA::lo o que eu penso* enfrento a situação:: éh a pessoa não fica na dú::vida não fico em cima do muro político geralmente já não é assim... MUlher ser assim já é um () já não cai bem quando é HOmem ah:: isso... é uma grandíssima qualidade quando é mulher você tem todos a/ adjetivos que você consegue imaginar agora eu PAGO o preço de ser assim o que não é uma figura dita feminina né? mas:: eu tava brincando outro dia que eu espero que minhas duas netinhas a Laura... e a Maria Luíza recém nascida não precisem nesse novo milênio ter que se portar de acordo com o figuRino possam ser pessoas que *falam francamente* enfrentem e não tenham não sejam *chamadas de arrogante ou prepotente ou sei lá o que* porque são pessoas que colocam o que pensam de maneira franca e:: de/ e e:: assim né? agora eu acho que político não tem esse jeito isso eu concordo com você ninguém está muito acostumado mulher muito menos...

Em sua resposta, Marta Suplicy procura redirecionar a imagem pública dimensionada na pergunta de Paulo Markun, transferindo-a para o campo dos aspectos valorizados ideologicamente. Nesse percurso, vale-se mais dos elementos subjetivos da argumentação, em detrimento dos elementos objetivos. Mediante uma referência metadiscursiva a atividades languageiras (cf. JUBRAN, 2006) (*FA::lo o que eu penso*), evoca duas modalidades de *ethos* estabelecidas por Charaudeau (*op. cit.*) para o discurso político. A primeira delas está relacionada ao *ethos* de “credibilidade”, categoria de acordo com a qual o político é julgado digno de crédito se houver condições de verificar que aquilo que ele diz corresponde sempre ao que ele pensa (aspecto denominado por Charaudeau como “condição de sinceridade” ou de “transparência”). A segunda modalidade de *ethos* aqui evocada é o de “virtude”, a qual exige, por parte do político, a demonstração das imagens de sinceridade, fidelidade e honestidade pessoal, “sendo esta última relacionada a uma atitude de se dizer o que pensa, de se ter uma vida transparente” (*op. cit.*, p. 124).

Cumpram-se notar que essas estratégias argumentativas são reforçadas pela candidata ao afirmar, também por meio de uma referência a atividades languageiras, esperar que as netas vivam em um mundo no qual “*possam ser pessoas que falam francamente*” e, com outro procedimento metadiscursivo, propriamente o da indicação de procedimento o da

denominação reportada, que “*não sejam chamadas de arrogante ou prepotente ou sei lá o que*”.

A partir da retomada do tópico “relacionamento com a mídia”, a polêmica e o conflito na interação vão ganhando contornos ainda maiores, com ataques mais freqüentes à face da entrevistada, turnos entrecortados em decorrência de assaltos constantes e, por conseguinte, uma quantidade maior de incisivas metadiscursivas (lin. 358-414):

- (57) PM: a senhora se considera mal tratada pela mídia?
MS: bastante bastante
PM: [é mesmo?
MS: é::... você está surpreso Mauro?
PM: eu estou surpreso
PM: [que político se considera bem tratado pela mídia
MC: [inclusive eu discordo
PM: [nunca dizem “a mídia me trata bem”
MS: [aqui aqui agora vai começar a discutir com todos vão defender seus respectivos jornais
MC: [inclusive eu não tenho visto esta esse *termo arrogante*
(...)
MS: ah mas nunca é posto deste jeito né gente? na mídia não é colocado assim também...
MC: é
MS: agora é tudo feito de maneira sutil... agora os jornais realmente põem manchetes que não correspondem a verda::de distorce a realida::de (é direto) é
MC: [sim mas política nada coisa política nada pessoal
(...)
MS: política mas contra MIM porque:: quem está no poder sou eu quem é a Prefeita sou eu
MC: [sim mas tem que haver crítica né? Prefeita (...)
tem que haver crítica também
MS: *nã nã nã não não estamos falando de crítica crí::tica é um coisa*
MC: ahm
MS: eu sou bastante:: de bom senso para quando a crítica é boa fazer zupt (faz um gesto com a mão))... e colocá-la
MC: [é
MS: em funcionamento e melhorar *agora o que eu estou falando* são de matérias
MC: uhm

MS: às vezes que não SÃO críticas

MC: uhm

MS: são matérias que deturpam a realidade elas põem uma manchete... e você vai ler aquilo não tem nada que corresponda com a manCHete deturpam tu::do né? e e eu eu eu acho que eu sou vítima nisso sou sim e se as pessoas lerem com cuidado os jornais acabam percebendo que são PIOres nesse sentido e o que são mais neutros nesse senTido isso é evidente...

PM: *prefeita nós vamos continuar falando de São Paulo da campanha logo depois do intervalo a gente volta já...*

Na realidade, o trecho selecionado em (57) evidencia um aspecto que se torna constante na entrevista em questão: o alinhamento entre os membros da bancada no embate com Marta Suplicy. Essa articulação entre os enunciados proferidos por diversos entrevistadores, tornando desiguais as condições para o debate, é, inclusive, denunciada pela Prefeita em sua contra-argumentação, por meio de uma indicação metadiscursiva do “processo dialógico que os envolve” (*aqui aqui agora vai começar a discutir com todos vão defender seus respectivos jornais*).

Vale destacar alguns dos enunciados pronunciados por membros da bancada, haja vista que cumprem funções bastante interessantes e diversificadas na defesa sócio-institucional do papel da imprensa. Ao remeter a “outras fontes enunciantoras do discurso” e afirmar que os políticos *nunca dizem “a mídia me trata bem”*, o entrevistador oculta, de uma maneira velada, vozes dissonantes que contestaram e consideraram parcial a cobertura da mídia em relação à administração, à pessoa e candidatura de Marta Suplicy⁶⁷. Nesse contexto, a partir da generalização, busca a universalização de uma perspectiva particular e a constituição de um determinado consenso hegemônico (Ramalho e Resende, 2006), o qual, na prática, viria a inviabilizar qualquer tentativa de contra-argumentação da entrevistada.

Paulo Markun, por sua vez, argumenta pelo recurso ao caso particular, colocando a própria mídia, enquanto fonte enunciantora, à distância de uma das críticas mais fortes

⁶⁷ Segundo relatório publicado pelo Observatório Brasileiro de Mídia, por exemplo, as análises quantitativa e qualitativas do noticiário relacionado à campanha para a eleição na prefeitura de São Paulo em cinco jornais, dentre eles Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, indicam que a cobertura da campanha foi prejudicial à candidatura da petista Marta Suplicy e favorável à do tucano José Serra.

comumente direcionadas à Prefeita (*inclusive eu não tenho visto esta esse termo arrogante*). É curioso observar, no entanto, que ele próprio introduzira, conforme se pode observar no exemplo (57), o termo “arrogante” na entrevista sob análise, o qual vem a ser retomado em outras partes do programa. Nesse sentido, é Marta Suplicy quem perde, por sua vez, a oportunidade de “pegá-lo pela palavra”, acuá-lo e colocar em pauta a posição do mediador, exatamente aquele que afirmara estar “surpreso” com o fato de a Prefeita se considerar “maltratada pela mídia”.

Por sua vez, a entrevistadora Eliane Cantanhêde, com a colocação *tem que haver crítica também*, recorre tanto a elementos baseados na “estrutura do real” quanto à ideologia, consensualmente aceita, de acordo com a qual uma sociedade legitimamente democrática pressupõe liberdade de imprensa e opiniões divergentes, desviando assim o foco da questão inicial (se a prefeita, em particular, considera-se mal-tratada pela mídia). Percebendo a estratégia da entrevistada e objetivando evitar transmitir e reforçar a imagem de uma figura política autoritária, Marta “entra em desacordo com o ato enunciativo” (cf. Aquino, *op. cit.*) e procede a uma heterocorreção metadiscursiva que reorienta o foco do tópico discursivo, indicando tanto “o processo dialógico” que os envolve (*não estamos falando de crítica*) quanto explicitando a “referência conferida” ao item lexical “crítica” (*crí::tica é um coisa (...)*), em um caso nítido de controle no nível lexical (cf. VAN DIJK, 1994).

Nesse percurso, a entrevistada busca sustentar sua posição valendo-se novamente, na primeira parte de contra-argumentação, do *ethos* de “solidariedade”, aqui manifestado especificamente pela atitude de “saber ouvir” (CHARAUDEAU, *op. cit.*, p. 165) (*eu sou bastante:: de bom senso para quando a crítica é boa fazer zupt (...) ... e colocá-la em funcionamento e melhorar*). Após a incisa *agora o que eu estou falando*, Marta procede a uma argumentação baseada na “revelação da manipulação” (*op. cit.*, p. 92) operada, de acordo com o seu ponto de vista, por determinadas instâncias midiáticas.

Tópicos que atacam a face negativa da Prefeita também são explorados no decorrer da entrevista. Em (58) o mediador, indicando outras fontes enunciativas do discurso, insere perguntas dos telespectadores que colocam em pauta aspectos relacionados à intimidade da entrevistada, propriamente o seu divórcio com o Senador Eduardo Suplicy e o casamento com o franco-argentino Luís Favre (lin. 1361-1385):

(58) PM: (...) prefeita *eu vou fazer várias perguntas de telespectadores que abordam... basicamente a mesma questão* éh:: (...) eu vou ler todas porque são todas próximas Aluizio Barinoti do Paraíso “acha se a senhora acha que o relacionamento com o seu marido pode atrapalhar a sua carreira política... considerando a forma que ocorreu o rompimento com Eduardo Suplicy” éh:: Cláudio Rocha de Belo Horizonte representante comercial “se a senhora não acha ANTI-ético o seu marido trabalhar com o publicitário Duda Mendonça” e Evandro Alcava de Santo Amaro empresário “se a senhora” *ele diz o seguinte* “se a senhora elegeu enquanto era esposa de Eduardo Suplicy e formava uma família exemplar e agora como pretende se reeleger”?

MS: ((riso)) aí aí... bom... *primeiro eu quero dizer* que na convenção do PT... o:: Eduardo teve um gesto:: público... que *responde* a maioria destas questões né?... um *gesto dizendo* do respeito da admiração que os meus filhos... têm por mim e que ele o respeito e a admiração que ele tem também por mim... e:: um gesto de apreciação pelo que a gente está fazendo no governo e de apoio total... e é verdade a minha convivência com o ele é uma convivência... respeitosa... é:: harmoniosa né? e:: *em relação ao Luis trabalhar com o Duda Mendonça*:: ele é uma pessoa que trabalha privadamente para alguém privadamente e que eu não vejo nenhuma incompatibilidade nisso porque mesmo que o Duda agora faça a minha campanha quem contrata não é a prefeitura é o partido dos trabalhadores... então isso não é recurso público que está envolvido mas é o partido dos trabalhadores que contrata o Duda Mendonça e meu marido trabalha na Duda Mendonça eu não vejo incompatibilidade (...)

Referenciando a estruturação do texto mediante a marcação metadiscursiva do esquema de composição do segmento tópico, a entrevistada vai tecendo, em sua resposta, uma determinada ordem para os argumentos (cf. PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, *op. cit.*), de acordo com a qual o argumento mais forte, o de autoridade, vem colocado logo após o emprego da incisa *primeiro*. Tal argumento constitui-se das palavras do próprio Eduardo Suplicy, que inseridas metadiscursivamente pela “indicação de outras fontes enunciativas do discurso”, reforça a trilha argumentativa desenvolvida pela Prefeita de acordo com a qual a relação entre ambos é harmoniosa e de que o Senador aprecia tanto a sua pessoa quanto seu

trabalho frente ao executivo municipal. Dessa maneira, Marta busca refutar o conteúdo proposicional da pergunta, propriamente a idéia de que o rompimento poderia vir a atrapalhar sua trajetória política.

Após a marcação de retomada de outro tópico (*em relação ao Luis trabalhar com o Duda Mendonça*), o qual fora anunciado na segunda pergunta introduzida pelo mediador, a entrevistada afasta a hipótese de um suposto conflito de interesses, valendo-se, para isso, de um argumento “quase-lógico”, nos termos de Perelman e Olbrechts-Tyteca. Esse argumento se baseia na seguinte premissa: “se o esposo trabalha privadamente para outra empresa privada, a qual recebe recursos do Partido dos Trabalhadores e não da Prefeitura para a realização de sua campanha, não há, portanto, incompatibilidade entre os fatos”.

Embora partamos do princípio, baseado em Fairclough (*op. cit.*), de acordo com o qual as próprias convenções de polidez são indicativas de relações de poder, há trechos que evidenciam, ainda de forma mais clara, o forte controle exercido pela bancada de entrevistadores sobre a interação. Levando-se em conta outros elementos passíveis de investigação para a análise crítica, como o controle sobre o desenvolvimento do tópico discursivo e as escolhas lexicais, além, obviamente, das próprias convenções de polidez, a análise aponta um policiamento maior da interação por parte da bancada que aquele observado na entrevistada anterior.

A esse respeito, é significativo o emprego de expressões metadiscursivas conforme se pode observar em (59), que dizem respeito ao controle dos tópicos a serem tratados, mediante a indicação do processo dialógico que envolve locutor e interlocutor (lin. 523-547):

(59) MS: que foi feito por agentes e pela campanha

EC: [*mas eu queria retomar um pouquinho a pergunta do Markun*

MS: [então:: olha
essas coisas são imporTANtes na cidade de São Paulo

EC: [*eu queria voltar um pouquinho/*

MS: o bilhete único você tinha que explicar como usa você quer que faça “hoje tem bilhete único na cidade” a população mesmo explicando do jeito que a gente explicou as pessoas não sabiam onde iam comprar:: como usa::va... tem que fazer essa essa essa comunicação com ()

EC: [*deixa eu te dizer uma coisa o Markun registrou muito bem no início do programa* que a senhora é muito BOA comunicadora que se expressa bem na televisão

MS: [ahm

EC: que a senhora dá um banho em todo mundo mas *a gente está percebendo no programa que a gente faz uma pergunta*

MS: ahm

EC: *a Senhora desvia da resposta e vai falar das coisas que fez na prefeitura*

De forma análoga ao observado no exemplo (36), retirado da entrevista com José Serra, Marta Suplicy vinha aproveitando a etapa do programa para narrar suas conquistas e desafios à frente da Prefeitura de São Paulo, argumentando a partir de “fatos” e reforçando, estrategicamente, a imagem de uma administradora experiente, na medida em que vem trazendo à memória dos telespectadores um dos pontos mais bem avaliados de sua administração: a elaboração do “Bilhete Único”.

Na mesma direção já apontada nesta análise, propriamente a estratégia de cercar a entrevistada, inscrevem-se as intervenções metadiscursivas *eu queria retomar um pouquinho a pergunta do Markun, deixa eu te dizer uma coisa o Markun registrou muito bem no início do programa*, que, de forma equivalente ao observado em (56), demonstram o entrosamento entre as falas dos entrevistadores e, por conseguinte, uma ação coesa da bancada no exercício de seu papel discursivo, polarizando e confrontando com a entrevistada. Essa articulação, que impulsiona a união no cerco à Marta Suplicy, é reforçada por outro mecanismo metadiscursivo, propriamente o de fazer recair, sobre a fala referenciada, “avaliações de sua pertinência, relevo e qualidade discursiva” (JUBRAN, 1999, p. 15), conforme se pode observar na incisa *o Markun registrou muito bem*.

Paralelamente, uma outra diferença marcante em relação à entrevista com José Serra diz respeito ao fato de que, naquela ocasião, por muitas vezes o redirecionamento tópico é aceito pela bancada (observe o exemplo (37)). Em (58), no entanto, observamos justamente o contrário: a entrevistadora denuncia, metadiscursivamente, a estratégia da entrevistada (*a Senhora desvia da resposta*).

Cumpramos destacar que em momento algum esse recurso é empregado pela bancada de maneira tão explícita na entrevista com Serra, assim como não é atacada a face negativa do entrevistado (conforme observamos em (58)). Acrescente-se que, em sintonia com a tendência da entrevista sob análise, a candidata tende a aceitar com certa passividade o assalto ao seu turno, algo inverso ao registrado na entrevista anterior (Serra, em geral, continua falando). Bastante cerceada, fica comprometida a apresentação, por parte da entrevistada, dos seus feitos frente ao executivo municipal e propostas para o mandato seguinte, o objetivo primeiro da sua participação no programa.

No ápice do acirramento desse embate, é a entrevistada quem acaba por atacar a face de um dos membros da bancada, conforme se pode observar em (60) (lin. 588-611):

- (60) MS: aliás acho que o seu candidato tem muito mais chance de sair para presidência do que eu para prefeitura...
- EC: [candidato de quem?
- (): [prefeita
- MS: o seu ((riso))
- EC: o meu candidato?
- MS: é
- EC: prefe::ita:: *acabamos de falar da sua arrogância a senhora vem jogar arrogância assim...*
- MS: [pois é
- EC: *uma pergunta válida que eu fiz...*
- MS: *você fez uma pergunta válida e eu respondi*
- EC: *a senhora está sendo deselegante ao SUPOR* que eu possa ser ah ah que eu esteja votando no Serra ou no Paulo Maluf... *a senhora devia ter respondido a pergunta dele se no segundo*
- MS: [(eu mesma sei... eu mesma sei)

EC: no segundo turno a senhora vai:: se a senhora ficar em terceiro lugar qual dos dois a senhora vai apoiar...

Em (60), a polêmica é instaurada a partir de uma pergunta sobre qual adversário a candidata apoiaria em um hipotético segundo turno, caso não tivesse votação suficiente para disputá-lo: Paulo Maluf ou José Serra. Obviamente, Marta recusa-se a responder, mediante a manifestação metadiscursiva do “desinteresse para desenvolver um tópico”, procedendo ao emprego da repetição (*que pergunta Mauro imagina se eu vou responder isso (...) eu não vou aceitar essa possibilidade de jeito nenhum eu não não tem chance de eu aceitar isso...*) e “indicando outras fontes enunciativas do discurso” para apoiar a sua posição e refutar o conteúdo preposicional da pergunta, além de recorrer a uma argumentação que fundamenta o real mediante o raciocínio por analogia (PERELMAN E OLBREECHTS-TYTECA, *op. cit.*) (*é claro que não nenhum candidato responderia eu menos ainda*).

Seguem-se diversas perguntas espinhosas à candidata, advindas especialmente da jornalista Eliane Cantanhêde (observe, em trecho anterior, o exemplo (59)). Bastante acuada, a entrevistada ataca a face da entrevistadora, jornalista e colunista do Jornal Folha de São Paulo, acusando-a de parcialidade e colocando, por conseguinte, em xeque a sua credibilidade (espera-se, ideologicamente, um jornalismo imparcial).

No entanto, a candidata não apresenta fatos que comprovem sua assertiva. Daí a contra-argumentação da entrevistadora que, toda permeada por incisivas metadiscursivas, procede também ao ataque à face da candidata, mas de uma maneira ainda mais forte. Fazendo referência ao “processo dialógico que envolve locutor e interlocutor” atinge, nos termos propostos por Charaudeau (*op. cit.*), o ethos de “humanidade” da entrevistada (arrogância), culminando em uma nova atividade de policiamento interacional (*a senhora devia ter respondido a pergunta*).

Na realidade, os entrevistadores ferem, por tantas vezes, as convenções de polidez na interação com a entrevistada que essa tendência chega a ser mencionada metadiscursivamente por um membro da própria bancada, Salomão Schwartzman (SS), também via referência ao processo dialógico (lin. 1505-1509):

(61) SS: é normal que os candidatos... éh sobretudo os que têm chance de chances de vitórias sejam submetidos a esta *a esta verdadeira roda viva de entrevistas de debates na TV mas eu eu notei um certo tom de deboche... por parte de alguns participantes* que têm a tendência de tratá-la como uma mulher deslumbrada com a política governando uma das cidades mais importante do mundo...

Apesar de todo o contorno tomado pela entrevista, o qual conduziu a candidata, por muitas vezes, a evitar determinados tópicos discursivos, Marta procura encerrar a sua participação no programa exatamente da mesma maneira como iniciou: demonstrando-se bem disposta a tomar parte das discussões, a “aproveitar” tal “oportunidade” de interação com a população de São Paulo como um todo. Essa posição também vem manifestada, metadiscursivamente, no trecho final da entrevista (lin. 1685-1704):

(62) PM: *prefeita obrigada pela sua entrevista* desejo boa sorte na sua campa::nha e::
[
MS: *já acabou*
Markun?
PM: *já acabou*
[
MS: ((risos)) *parece que foi rápido*
[
PM: e a gente:: fica aqui o convite
MS: ahm
PM: que certamente nós teremos debates aqui na TV Cultura para que a senhora... participe dessas discussões que eu acho que são fundamentais... para que a eleição seja (muito bonita)
[
MS: eu tenho um enorme prazer pode me convidar quantas vezes quiserem...
PM: muito obrigado obrigado aos nossos entrevistadores como sempre todas as perguntas que não foram respondidas e são muitas serão encaminhadas à prefeita como/ acontece com todos os entrevistados para que ela possa responder diretamente uma ótima semana e até semana que vem aqui no Roda Viva...

Levando-se em consideração as dificuldades enfrentadas pela entrevistada ao longo do programa, as quais foram apontadas por diversas vezes no decorrer desta análise, podemos afirmar que as incisivas destacadas no trecho final da entrevista cumprem funções importantes para a construção subjetiva da imagem que Marta Suplicy busca reforçar para o telespectador.

Na realidade, ao empregar a interrogativa *já acabou Markun?*, aliada à avaliação positiva do processo interacional como um todo (*parece que foi rápido*) e à manifestação de disponibilidade em participar novamente do programa (*eu tenho um enorme prazer pode me convidar quantas vezes quiserem*), Marta Suplicy recorre ao *ethos* de “caráter”, aqui caracterizado pela figura da “coragem”, “que dá a entender ao cidadão que o político (...) saberá enfrentar a adversidade sem enfraquecer e sem proceder à demagogia” (CHARAUDEAU, *op. cit.*, p. 143). Procura, assim, apresentar-se como uma pessoa pública caracterizada por não temer o embate, enfrentando-o com franqueza.

Para aqueles que trazem cada etapa de sua administração na memória, as quais foram reavivadas, aliás, durante a propaganda eleitoral gratuita, podemos apontar imagens como a da Prefeita que usou colete à prova de balas durante o processo de reformulação do transporte coletivo; a imagem de uma administradora capaz de tomar as decisões que, por mais difíceis e polêmicas que sejam, acredita serem necessárias para o bom andamento da cidade. Enfim, Marta Suplicy deixa muito viva a idéia que viria a constituir, justamente, o slogan publicitário principal de sua campanha à reeleição: “Marta. Uma mulher de coragem”.

4.4 Resultados das análises

Iniciaremos esta etapa do Capítulo corrente retomando, especificamente, o ponto de vista ora assumido de acordo com o qual Marta Suplicy fora muito mais controlada que José Serra, bem como o trecho selecionado em (42), retirado da entrevista com o mesmo. Isso

porque acreditamos que uma análise mais acurada desse exemplo, complementada por outros momentos da entrevista e por elementos apontados pelo conjunto da ACD, em especial aqueles que dizem respeito ao “controle interacional”, permite-nos detectar alguns aspectos não evidenciados no interior da entrevista em questão, mas que foram decisivos para uma boa performance do entrevistado.

Na realidade, ao contra-argumentar, em (42), a partir da defesa de seu papel social de entrevistado, a quem está reservada a condição de responder às perguntas ora apresentadas, e considerando que é de interesse do candidato, conforme já afirmamos, expor os seus conhecimentos sobre o Brasil e sua experiência na condução de políticas econômicas e públicas no cenário nacional (sistemas nacionais (...) *chamados* da grande política), fica evidente que Serra conseguiu obter o controle de grande parte da entrevista, tornando-a menos assimétrica que uma entrevista tradicional. Essa tendência já havia sido apontada na análise de outros exemplos, como (37) e (41).

Esse controle não se restringe ao desenvolvimento do tópico discursivo. A análise quantitativa dos casos de assalto a turnos no contexto da relação bancada de entrevistadores *versus* entrevistado revelou que, embora por uma pequena margem, a maior parte dos 173 assaltos registrados (51,4%) foram operados pelo entrevistado, face a 48,6% assaltos de turno efetuados por membros da bancada de entrevistadores. Esquemáticamente, tal subdivisão obedece à configuração que segue:

Figura 1: Distribuição quantitativa dos assaltos a turnos na relação entrevistadores/entrevistado observados na entrevista com José Serra

Cumpre-nos apontar que, por 44 vezes, a bancada de entrevistadores tentou assaltar o turno do entrevistado, mas este não cedeu sua vez, enquanto apenas por 10 vezes o candidato tentou assaltar o turno dos entrevistadores e foi mal sucedido. Na maior parte dos exemplos apontados, há casos em que entrevistadores buscam apresentar perguntas ao candidato, assaltando o turno, mas este continua falando, sem se deixar interromper.

Acrescente-se a esses aspectos algumas contribuições polidas advindas da bancada de entrevistadores, operadas mediante atividades metadiscursivas relacionadas às “referências à formulação lingüística do texto”, no nível lexical. Um exemplo significativo é a contribuição, operada pelo entrevistador Fernando Barros e Silva, no “processamento de busca de denominação” observado no exemplo (38) (*demovê-la*).

É obvio que se pode notar uma polemicidade inerente à entrevista em questão. Mas os dados apontados tornam-se bastante relevantes quando comparados àqueles observados na entrevista com a Prefeita Marta Suplicy, na qual se observa, conforme já afirmamos, uma assimetria maior, com a bancada exercendo um forte controle sobre a interação. Essas observações ganham respaldo, em primeiro lugar, ao analisarmos a distribuição quantitativa dos assaltos a turno – um dos indicadores de manifestação do poder segundo a ADC – na

relação entrevistadores *versus* entrevistado: inversamente àquilo que fora detectado na entrevista anterior, foram os primeiros quem mais assaltaram, e obtiveram, o turno conversacional, conforme o esquema que segue:

Figura 2: Distribuição quantitativa dos assaltos a turno na relação entrevistadores/entrevistada observados na entrevista com Marta Suplicy

Além desse aspecto, por apenas 27 vezes a bancada de entrevistadores tentou assaltar, mas não obteve o turno conversacional. A candidata tentou assaltar o turno, sem sucesso, por 5 vezes.

Aliados a outros elementos passíveis de investigação segundo a ACD, como o controle sobre o desenvolvimento do tópico discursivo e as escolhas lexicais, além do forte grau de tensão entre a Prefeita e alguns entrevistadores, a análise aponta para um policiamento maior da interação por parte da bancada que aquele observado na entrevistada com José Serra. Observe, por exemplo, o emprego de expressões metadiscursivas respectivamente em (59), que dizem respeito ao controle dos tópicos a serem tratados, mediante a indicação do processo dialógico que envolve locutor e interlocutor; a escolha lexical operada pelo entrevistador em (55), por meio da estratégia da “denominação reportada” durante o processamento da “busca de denominação”, inverso ao observado em (38), além do forte embate e ataques à face da entrevistada em (56), (58), (60), dentre outros trechos do programa.

A constatação de uma tensão maior na entrevista com a Prefeita vem respaldada por um dado quantitativo interessante: retomando a ligação sustentada por Jubran (1999) entre metadiscursividade e interação polêmica, a maior parte das 450 incisões metadiscursivas observadas e devidamente analisadas ocorreu na entrevista com Marta Suplicy (239 casos), face a uma quantidade um pouco menor na entrevista com José Serra (211 casos).

Para a análise quantitativa dos dados, aliás, aqui entendida como auxiliar à análise qualitativa, partimos do princípio de que se tornara preciso distinguir as ocorrências metadiscursivas de acordo com as categorias estabelecidas por Jubran (2006b) (referências à formulação lingüística do texto, referências à estruturação do texto, referências às instâncias co-produtoras do texto, referência a papéis discursivos e sócio-institucionais e a atividades languageiras e referências ao ato comunicativo), com suas respectivas subcategorias, e observar o comportamento dessas variáveis em cada uma das entrevistas. Levando em consideração as demais tipologias e abordagens apresentadas no Capítulo II do presente trabalho, outras categorias ou subcategorias foram acrescentadas, conforme as necessidades sentidas no decorrer da análise, a fim de atingirmos um nível de descrição mais detalhado.

Quando subdivididas entre os grupos estabelecidos, o total geral de ocorrências apresentou, respectivamente, na entrevista com José Serra e Marta Suplicy, a seguinte distribuição quantitativa:

Figura 3: Distribuição quantitativa das modalidades de metadiscorso na entrevista com José Serra

Figura 4: Distribuição quantitativa das modalidades de metadiscorso na entrevista com Marta Suplicy

A comparação entre os dados representados pelas figuras 1 e 2 apresenta, em um primeiro momento, algumas diferenças na distribuição quantitativa das modalidades de metadiscorso entre as duas entrevistas. Tomando como base a entrevista com Marta Suplicy, verificamos um percentual menor de “referências à formulação lingüística do texto” (15% contra 18%), bem como de “referências a papéis discursivos e sócio-institucionais e a

atividades languageiras” (15% a 22%) e percentual maior que o registrado na entrevista com José Serra em relação às “referências à estruturação do texto” (25% a 23%), “referências às instâncias co-produtoras do texto” (38% a 35%) e, enfim, às “referências ao ato comunicativo” (7% a 2%).

Nesta etapa da análise, percebemos tendências distintas nas ocorrências detectadas na fala do entrevistador e do entrevistado, o que certamente influenciou a distribuição diversa entre as entrevistas apontada no parágrafo anterior. Por isso mesmo optamos por distingui-las em dois grupos. Na entrevista com José Serra, foram 125 ocorrências detectadas na fala do entrevistado (59,2%) e 86 casos na fala dos entrevistadores (40,8%), as quais apresentaram, respectivamente, as seguintes distribuições entre as categorias pré-estabelecidas:

Figura 5: Distribuição quantitativa das modalidades de metadiscursos enunciados por José Serra

Figura 6: Distribuição quantitativa das modalidades de metadiscursos enunciados pelos entrevistadores na entrevista com José Serra

Na entrevista com Marta Suplicy, por sua vez, foram constatadas 138 ocorrências de metadiscursos na fala da entrevistada e 101 nos enunciados proferidos pelos membros da bancada de entrevistadores, subdivididos da seguinte forma:

Figura 7: Distribuição quantitativa das modalidades de metadiscursos enunciados por Marta Suplicy

Figura 8: Distribuição quantitativa das modalidades de metadiscursos enunciados pelos entrevistadores na entrevista com Marta Suplicy

Mais uma vez observamos alterações significativas no comportamento das variáveis entre as duas entrevistas. Certamente esses dados se justificam, em primeiro lugar, pelo comportamento sócio-discursivo da bancada de entrevistadores, denunciando uma diferenciação desse mesmo comportamento. Retomando as figuras 1 e 2, bem como o já afirmado controle maior da bancada sobre Marta Suplicy, o fato de, na entrevista com a Prefeita, constatar-se uma quantidade maior de assaltos ao turno da entrevistada e, por conseguinte, uma posse maior de turno por parte da bancada de entrevistadores, permite que os mesmos formulem afirmações e questionamentos mais extensos e complexos.

Com maior preocupação com o “dizer”, os entrevistadores acionam mais categorias metadiscursivas comuns à fala do entrevistado, tais como “referências à formulação lingüística do texto”, “referências à estruturação do texto”. Ao mesmo tempo, empregam menos referências metadiscursivas comuns ao papel dos entrevistadores, como podemos observar pela recorrência menor às “referências a papéis discursivos e sócio-institucionais e a atividades languageiras” que na entrevista com José Serra.

A tese de que se pode verificar uma natureza distinta do comportamento da bancada na comparação entre as entrevistas, e a conseqüente posse maior de turno por parte dos entrevistadores no programa com Marta Suplicy, ganha contornos ainda mais nítidos caso analisemos com afinco, por exemplo, a distribuição quantitativa das subcategorias atinentes as “referências à estruturação do texto”. No caso da entrevista com José Serra, afora alguns usos registrados como procedimentos de “marcação de retomada de tópico”, e poucas “indicações do estatuto discursivo de um fragmento do texto” e de “anúncio prévio do tópico a ser desenvolvido”, o restante dos casos de metadiscurso englobados nessa categoria foram integralmente enunciados pelo entrevistado (28,8% do total de 125 construções metadiscursivas detectadas na fala do mesmo):

	Total		Fonte enunciadora do discurso			
			Entrevistado		Entrevistadores	
Referências à estruturação do texto	n	%	n	%	n	%
Marcação do esquema de composição do segmento tópico	6	12,2	6	16,6	0	0
Marcação de retomada de tópico	17	36,9	10	27,7	7	53,8
Indicação do estatuto discursivo de um fragmento do texto	8	13,3	4	11,2	4	30,8
Anúncio prévio do tópico a ser desenvolvido	2	3	0	0	2	15,4
Comentários do locutor a respeito do processo de elaboração de seu próprio dizer	7	14,2	7	19,5	0	0
Marcação de relevo	9	18,4	9	25	0	0

Tabela 2: Distribuição quantitativa dos tipos de referências à estruturação do texto na entrevista com José Serra

Na entrevista com Marta Suplicy, por sua vez, a disposição dos dados quantitativos apresenta-se de diversa, fruto dos enunciados maiores e menos entrecortados, o que permite, aos entrevistados, uma elaboração mais complexa de cada contribuição discursiva.

Excetuando-se a categoria “marcação de relevo”, as incisivas metadiscursivas relacionadas às “Referências à estruturação do texto” detectadas na fala dos entrevistadores ocupam todas as demais subcategorias, além de apresentarem-se proporcionalmente mais numerosas que na entrevista com José Serra:

			Fonte enunciativa do discurso			
	Total		Entrevistado		Entrevistadores	
Referências à estruturação do texto	n	%	n	%	n	%
Marcação do esquema de composição do segmento tópico	14	23,7	10	24,4	4	22,2
Marcação de retomada de tópico	12	20,3	9	22	3	16,7
Indicação do estatuto discursivo de um fragmento do texto	13	22,1	6	14,6	7	38,9
Anúncio prévio do tópico a ser desenvolvido	4	6,8	1	2,4	3	16,7
Comentários do locutor a respeito do processo de elaboração de seu próprio dizer	11	18,6	10	24,4	1	5,5
Marcação de relevo	5	8,5	5	12,2	0	0

Tabela 3: Distribuição quantitativa dos tipos de Referências à estruturação do texto na entrevista com Marta Suplicy

O cerco à entrevistada e a articulação, já apontada durante a análise da entrevista, entre os enunciados proferidos pelos entrevistadores, justificam o percentual maior de referências metadiscursivas relacionadas à gestão da interação, com suas “negociações de tópicos” (observe o exemplo (63), (lin. 1552)), “tomada ou negociação de turno” (exemplos (59)), anteriormente descrito e (64) (lin. 1222-1228) abaixo), etc.:

(63) EC: *mas o que ele quis te perguntar não é exatamente isso* (lin. 1545)

(64) MS: a gente arruMOU essa parte né? e:: investimos pesadamente no social... que essa é uma característica petista *deixa eu responder*

[
MC: Prefeita a (própria) ()

MS: *deixa eu:: responder*

MC: *tá*

MS: então... nós investimos pesadamente no social (...)

Enquanto José Serra faz amplo uso, por exemplo, de várias paráfrases e definições, remetendo à “explicitação da referência conferida a um item lexical”, além da “sinalização da pertinência relativa das palavras às referências pretendidas” – ambas pertencentes ao grupo “referências à formulação lingüística do texto” – construindo as provas objetivas e subjetivas apontadas na análise da entrevista e, por conseguinte, fortalecendo sua argumentação (observe as ocorrências registradas em (37), com amostras das duas categorias; (38) e (39), exemplificando a “explicitação de referência”), a entrevista com Marta Suplicy obedece a uma lógica diferente.

Bastante acuada e colocada, por diversas vezes, em situação de responder a perguntas muito árduas, recorre mais à “indicação do processo dialógico que envolve locutor e interlocutor” (exemplos (53) e (57)), “atribuições de qualificações ao locutor para discorrer sobre um tópico” (exemplos (65) (lin. 82) e (66) (lin. 86-108) abaixo) e “manifestação de desinteresse para desenvolver um tópico” (exemplo (60) e (66) abaixo). Lembremo-nos de que, para Aquino (op. cit.), a estratégia de evitar o desenvolvimento do tópico em entrevistas dessa natureza enfraquecem a posição do locutor:

(65) MS: (...) eu também não sou analista de pesqui::sa então *isso não cabe a mim dizer...*

(66) MC: (...) se ocorrer o pior de a senhora não entrar no segundo turno QUAL seria a senhora iria apoiar que candidato? Serra ou Maluf

[
MS: *que pergunta Mauro imagina se eu vou responder isso ((risos e gargalhadas e bate palma))*

[
MC: *não vai responder porque prefeita?*

MS: é claro que não *nenhum candidato responderia eu menos ainda* ah:: ai ((rindo))
 []
 MC: porque teve um que *a senhora disse*
que é o (nefasto) né? o nefasto ficou
 []
 MS: éhm ahm
 MC: tão marcado que dificilmente
 []
 MS: ahm
 MC: alguém usa a palavra nefasto não vai lembrar do do estigma...
 []
 MS: *eu não vou aceitar essa possibilidade*
de jeito nenhum eu não não tem chance de eu aceitar isso...

As tabelas que seguem apresentam, integralmente, a distribuição quantitativa das incisões metadiscursivas relacionadas ao grupo “referências às instâncias co-produtoras do texto: falante/escritor – ouvinte/leitor” nas duas entrevistas:

	Fonte enunciadora					
	Total		Entrevistado		Entrevistadores	
Referências às instâncias co-produtoras do texto: falante/escritor – ouvinte/leitor	n	%	n	%	n	%
Atribuições de qualificações ao locutor para discorrer sobre um tópico discursivo	1	1,4	1	2,1	0	0
Manifestação de interesse ou desinteresse para discorrer sobre um tópico	3	4,1	0	0	3	11,5
Indicação de outras fontes enunciativas do discurso para apoio ou refutação de argumentos ou mesmo para preservação de face	43	58,9	28	59,6	15	57,7
Evocação de conhecimento partilhado	1	1,4	1	2,1	0	0
Instauração de convivência com o interlocutor	4	5,5	4	8,5	0	0
Testagem da compreensão do que é dito	2	2,7	2	4,3	0	0
Indicação do processo dialógico que envolve locutor e interlocutor	9	12,3	3	6,4	6	23,1
Indicação de não – compreensão	4	5,5	4	8,5	0	0
Indicação de grau de certeza/ incerteza	5	6,8	3	6,4	2	7,7

comprometimento/ descomprometimento com o dizer						
Sinalização explícita da busca de construção de uma imagem de si mesmo	1	1,4	1	2,1	0	0

Tabela 4: Distribuição quantitativa dos tipos de Referências às instâncias co-produtoras do texto na entrevista com José Serra

	Total		Fonte enunciativa			
			Entrevistado		Entrevistadores	
Referências às instâncias co-produtoras do texto: falante/escritor – ouvinte/leitor	n	%	n	%	n	%
Atribuições de qualificações ao locutor para discorrer sobre um tópico discursivo	8	8,7	8	12,1	0	0
Manifestação de interesse ou desinteresse para discorrer sobre um tópico	7	7,6	7	10,7	0	0
Indicação de outras fontes enunciadoras do discurso para apoio ou refutação de argumentos ou mesmo para preservação de face	41	44,6	24	36,4	17	65,4
Evocação de conhecimento partilhado	2	2,2	2	3	0	0
Instauração de convivência com o interlocutor	1	1,1	1	1,5	0	0
Testagem da compreensão do que é dito	5	5,4	4	6,1	1	3,8
Indicação do processo dialogico que envolve locutor e interlocutor	19	20,6	13	19,7	6	23,1
Indicação de não – compreensão	1	1,1	1	1,5	0	0
Indicação de grau de certeza/ incerteza comprometimento/ descomprometimento com o dizer	7	7,6	5	7,5	2	7,7
Sinalização explícita da busca de construção de uma imagem de si mesmo	1	1,1	1	1,5	0	0

Tabela 5: Distribuição quantitativa dos tipos de Referências às instâncias co-produtoras do texto na entrevista com Marta Suplicy

Na mesma linha do que vimos defendendo, torna-se interessante ressaltar, por meio da comparação entre os dados apresentados nas tabelas, a distribuição quantitativa da categoria “indicação de outras fontes enunciantes do discurso para apoio ou refutação de argumentos ou mesmo para preservação de face”. Responsável por acionar, por exemplo, o argumento de autoridade, foi muito empregado por José Serra, como estratégia para fortalecer sua posição.

Curiosamente, na entrevista com Marta Suplicy, além de corresponder a um percentual mais baixo na fala da entrevistada, foram os entrevistadores quem recorreram mais a essa categoria.

Cumpramos destacar que Marta se vale consideravelmente mais desse recurso para refutar argumentos lançados pela bancada, enquanto José Serra e os entrevistadores o empregam, sobretudo, para apoiar a argumentação em curso.

Enfim, pelo conjunto de dados exposto no decorrer das análises, fica claro que as expressões metadiscursivas exercem, sobretudo, o papel de ancorar o desenvolvimento de estratégias de persuasão, seja marcando a organização argumentativa dos enunciados e a ordem dos argumentos, seja denunciando o seu estatuto (haja vista o inciso *por exemplo*), seja na avaliação da fala do interlocutor, dentre outras funções.

Essa constatação nos permite concluir que, nas diversas classificações apresentadas em perspectiva textual interativa a propósito das modalidades de metadiscurso, a relação entre o mesmo e a argumentação não se restringe apenas a uma ou outra categoria, mas quase à totalidade delas.

No que se refere à relação entre metadiscursividade e o estabelecimento do poder, via suporte para a argumentação, e controle interacional, podemos afirmar, em consonância com Jubran (1999), que os procedimentos empregados pelos participantes, salientados ao longo do nosso percurso analítico, “dão mostras da funcionalidade do metadiscurso de indicar as relações interacionais acionadas na entrevista”. Há efetivamente uma diferenciação no

comportamento sócio-discursivo da bancada quando comparadas as entrevistas com José Serra e Marta Suplicy, esta muito mais polêmica, observável pelo alinhamento entre os entrevistadores posicionados em bloco contra a entrevistada. Esse aspecto se deve, certamente, dentre outros fatores, às diferenças de natureza política, contextuais e ideológicas “que sedimentam pontos de vista divergentes” (p. 19).

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, partimos do princípio habermasiano de acordo com o qual a linguagem, com seus usos estratégicos, finalisticamente orientados, assume posição central na contemporaneidade, marcada pelo avanço da tecnologia de comunicação e amplo alcance dos veículos de comunicação de massas. Refinado pela Análise Crítica do Discurso, esse ponto de vista ganha a expressão perfeita com Van Dijk (1994, p. 10-11), ao afirmar que o poder moderno é “aquele que se exerce por meio do controle mental, maneira indireta de controlar os atos dos outros”, consistindo em “influenciar os outros por meio da persuasão para conseguir que façam o que se quer”.

Nesse sentido, além de legitimar a concepção de linguagem enquanto forma de ação, conforme assumimos, a ótica delineada aponta para o papel fundamental da Retórica e da cognição, os quais assumiram também papel de grande destaque nesta pesquisa.

A fim de integrar, no conjunto das Ciências Humanas, o arcabouço teórico adotado para a análise dos dados, explicando as origens e, principalmente, as implicações dos recortes ora operados para o desenvolvimento do conjunto teórico e analítico em questão, indicamos, em um primeiro momento, a relação entre cada etapa do desenvolvimento desse conjunto com as Ciências Sociais clássicas. Observamos, mediante a elaboração dessa tarefa, uma forte vinculação com a Teoria da Ação Social, elaborada inicialmente por Talcott Parsons, ainda em 1937, e complementada posteriormente por Alfred Schütz.

É óbvio que se poderia objetar o ponto de vista aqui assumido a partir de um outro ponto de vista, de acordo com o qual a Teoria da Ação assume um peso infinitamente maior na Análise da Conversação, fruto da Etnometodologia e caracterizada por tomar as ações e significações *in situ*, enfatizando fortemente o caráter praxeológico da interação, que propriamente nas versões contemporâneas da Linguística Textual ou da Análise Crítica do

Discurso proposta por Van Dijk, muito mais interessadas nos processos de ordem sociocognitiva.

No entanto, em primeiro lugar, é inegável que foi a partir desse arcabouço que se baseou o entendimento da linguagem enquanto forma de “ação”, de acordo com a qual os sujeitos sociais buscam cumprir, a cada enunciado que produzem, “metas” finalisticamente orientadas. Lembremo-nos de que essa concepção, básica para a Pragmática, foi assumida por todas as demais vertentes teóricas da Lingüística de base interacionista (Análise da Conversação, Sociolingüística Interacional, Lingüística Textual), bem como pela própria versão de Teoria Crítica apresentada por Habermas, a qual toma por fundamento a Pragmática⁶⁸ e, por conseguinte, pela Análise Crítica do Discurso.

Ao mesmo tempo, também nos estudos mais recentes, desenvolvidos sob a concepção “sociocognitivo-interacionista” da Lingüística Textual e pela ACD de Van Dijk, nos quais é muito enfatizada a questão da cognição social em detrimento de outros aspectos, observa-se, além da percepção de linguagem enquanto forma de ação, uma outra integração possível com a Teoria da Ação Social. Isso porque a concepção “sociocognitivo-interacionista”, ao se propor a adotar “uma visão que incorpore aspectos sociais, culturais e interacionais à compreensão do processamento cognitivo” parte do pressuposto de acordo com o qual “existem muitos processos cognitivos que acontecem na sociedade, e não exclusivamente nos indivíduos” (KOCH, 2004, p. 30).

Dito de outra maneira, ao entender as ações verbais como ações cognitivas operadas em conjunto pelos sujeitos, no interior de uma sociedade específica, “necessariamente em coordenação com os outros” (KOCH, *op. cit*, p. 31) ou, no caso da ACD, ao afirmar que o poder moderno é operado por uma pessoa ou grupo social mediante o controle cognitivo sobre outro grupo, pode-se extrair, inegavelmente, uma sintonia com a concepção parsoniana que

⁶⁸ Cf. página 44.

assume o caráter institucional dos valores no interior de uma determinada sociedade, sob forma de um sistema central de valores, de modo tal que a coesão entre os membros vem a ser consequência da partilha de objetivos e expectativas, base para os modelos de atividade coordenada entre tais membros.

É nesse contexto que procuramos defender o ponto de vista de acordo com o qual a adição de uma perspectiva crítica, em especial nos termos apresentados Teun A. Van Dijk, à abordagem interacionista do texto, adquire um aspecto complementar, muito distante de qualquer ruptura teórica ou metodológica. Essa espécie de *continuum* teórico assumido proporcionou, certamente, uma compreensão mais ampla a respeito do papel da cognição no contexto sócio-comunicativo, além de definir melhor a vinculação entre persuasão e cognição, explicada mediante uma associação estabelecida, no interior da disciplina, entre ambas e conceitos-chave para as Ciências Sociais clássicas, como as noções de “poder” e “ideologia”.

Foi partindo de um quadro assim configurado que procedemos à tarefa primeira a qual se propõe esta pesquisa, propriamente a análise da relação entre metadiscursividade e argumentação, buscando preencher, conforme anunciado na Introdução do trabalho, uma lacuna existente nos estudos acerca do assunto. Assumindo a metadiscursividade como uma estratégia de referenciação, correlacionada ao processamento textual-interativo e caracterizada por instituir o próprio discurso enquanto objeto-de-discurso, além de uma visão de argumentação enquanto “Argumentação Retórica”, fica comprovada, em primeiro lugar, com a análise dos dados operada no Capítulo IV, a hipótese central ora assumida nesta pesquisa, de acordo com a qual as expressões metadiscursivas apresentam-se como procedimentos verbais que ancoram o desenvolvimento de estratégias argumentativas, sejam as provas objetivas da argumentação, aqui representadas pelo conjunto das estratégias inventariadas por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), sejam as provas subjetivas, referentes à construção da imagem do locutor.

Nesse sentido, o trabalho avança teoricamente em relação aos estudos operados sobre o metadiscurso, os quais, embora apontem frequentemente uma ligação entre metadiscursividade e argumentação, não se detiveram em operacionalizá-la.

Para cumprir essa tarefa, foi necessário trilhar um vasto caminho que passou, inevitavelmente, pela análise e descrição dos usos e funções do metadiscurso na língua falada. Nesse percurso, observamos diversas ocorrências que se apresentaram entrelaçadas tanto com a metadiscursividade quanto com alguma estratégia textual-interativa em particular (repetição, paráfrase, correção, parentetização e estratégia de relevo, além, é claro, da referenciação, inerente ao metadiscurso), ratificando outra levantada anteriormente nesta pesquisa, embora, conforme pudemos perceber, tal intersecção seja parcial, e não plena.

Esse caráter multifuncional do metadiscurso permite que o consideremos como uma espécie de subfunção desses recursos, para além de sua relação intrínseca com a referenciação, guardando, no entanto, sua característica peculiar, propriamente a auto-reflexividade discursiva.

Vale dizer, no que se refere aos aspectos objetivos da argumentação instaurada pelos candidatos nas entrevistas sob análise, que a grande frequência de argumentos pragmáticos do tipo “causa e efeito” em detrimento das demais modalidades de estratégias argumentativas, confirma a posição defendida por Charaudeau (*op. cit.*, p. 101) de acordo com a qual, no discurso político, encontra-se “essencialmente” esse tipo “de raciocínio causal”.

No plano subjetivo da argumentação, por sua vez, a relação observada entre determinados procedimentos metadiscursivos, notadamente atrelados aos processos de preservação de face e ao estabelecimento/defesa dos papéis sociais, e categorias de constituição do *ethos* vai ao encontro da proposta apresentada por Amossy (2005), cujos estudos se esforçaram, em grande parte, para articular a noção de *ethos* às concepções assumidas pelas vertentes interacionistas da Lingüística.

Considerando ainda a posição assumida por Van Dijk, no interior da ACD, de acordo com a qual a persuasão, exercida mediante o controle cognitivo de pessoas e seus respectivos grupos sociais, constitui-se a maneira “mais moderna de exercício do poder” (1994, p. 6), a constatação de que as expressões metadiscursivas exercem, sobretudo, a função de ancorar o desenvolvimento de inúmeras estratégias argumentativas implica a atribuição de um papel de destaque ao metadiscurso no estabelecimento das relações de poder ao longo do curso interacional. O aprofundamento analítico dessa constatação partiu do modelo de análise crítica elaborado por Van Dijk (1994, 1999), complementado por nós com algumas considerações atinentes à Teoria Social do Discurso, de Fairclough (2001).

Esse aspecto lança luz para a explicação da relação entre polemicidade e metadiscursividade, apontada por autores como Jubran (1999) na bibliografia corrente sobre o assunto. No caso da polêmica, o embate se dá em torno da discordância entre os valores defendidos pelos interlocutores da interação em curso – e daí a necessidade de argumentar mais para persuadir o outro – e do próprio controle do processo interacional como um todo. Por ancorar o desencadeamento de estratégias argumentativas e contribuir com o processo de controle interacional, é obvio que, quanto mais o locutor necessitar recorrer às expressões metadiscursivas, mais elas serão empregadas.

Concordamos, assim, com a posição assumida por Fairclough (2001), segundo a qual o metadiscurso “implica que o falante esteja situado acima ou fora de seu próprio discurso, e esteja em uma posição de controlá-lo e manipulá-lo” (Fairclough, *op. cit.*, p. 157).

Tal afirmação ganha ainda mais força caso retomemos a comparação estabelecida, no Capítulo IV, entre as entrevistas analisadas. Na realidade, a comprovação de que Marta Suplicy foi muito mais “controlada” que José Serra, especialmente por meio do emprego, por parte da bancada de entrevistadores, de procedimentos metadiscursivos, fato esse que comprometeu o desempenho da candidata, permite-nos ainda apontar outra constatação: o

metadiscurso se apresenta como uma das ferramentas principais para o estabelecimento do controle e policiamento das agendas nas interações englobadas sob o gênero entrevista.

Retomando, enfim, a centralidade da comunicação de massas na modernidade tardia, período em que os avanços na tecnologia da informação e na mídia possibilitaram a livre circulação de idéias entre os diversos limites espaciais e temporais (cf. Giddens, 1991), e considerando que essas informações, usadas como veículos para reflexão e auto-reflexão dos indivíduos, são transmitidas pela mídia, concentrada nas mãos das classes dominantes, a análise crítica de recursos da linguagem utilizados nesses contextos se impõe como uma nova agenda para os estudos lingüísticos, de forma não apenas necessária, mas imprescindível. Nesse sentido, as Ciências da Linguagem têm ainda um amplo caminho a percorrer, com a abordagem de mais temas certamente intrigantes. De maneira inequívoca, estamos tratando de uma tarefa muito nobre, e talvez por isso mesmo, fascinante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, I. M. O emprego da metalinguagem em diálogos jornalísticos. In: PRETI, D. (org.). *Diálogos na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas, 2005, p. 155-170.

AMOSSY, R. Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso. In: AMOSSY, R. (org). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Tradução Dílson Ferreira da Cruz; Fabiana Komesu; Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005a, p. 9-28.

_____. O *ethos* na intersecção de disciplinas: retórica, pragmática e sociologia dos campos. In: AMOSSY, R. (org). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Tradução Dílson Ferreira da Cruz; Fabiana Komesu; Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005b, p. 119-144.

ANSCOMBRE, J. C.; DUCROT, O. L'argumentation dans la langue. *Langages*, 42, Paris, 1976, p. 5-27.

AQUINO, Z. G. O. *Conversação e conflito: um estudo das estratégias discursivas em interações polêmicas*. São Paulo: 1997. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução Marcelo Silvano Madeira. São Paulo: Riddel, 2007. (Coleção Biblioteca Básica).

AUTHIER-REVUZ, J. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. *DRLAV Revue de linguistique* (26). Paris: Centre de Recherche de l'Université de Paris VIII, 1982, p. 91-151.

_____. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Lingüísticos* (19). Campinas, 1990, p. 25-42

_____. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução Michel Lahud; Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1994 (original de 1929 atribuído a Volochínov).

BEAUGRANDE, R. *New Foundations for a Science of Text and Discourse: Freedom of Access to Knowledge and Society through Discourse*. Greenwich, CT: Ablex, 1997.

_____; DRESSLER, W. *Introduction to text linguistics*. London: Longman, 1981.

BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral*. Tradução M. G. Novak e L. Neri. São Paulo: Companhia Editora Nacional/EDUSP, 1989.

BORDIEU, P. *Economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP, 1996.

BORILLO, A. Discours ou Metadiscours? *DRLAV Revue de linguistique* (32). Paris: Centre de Recherche de l'Université de Paris VIII, 1985, p. 91-151.

BRAIT, B. Alteridade, dialogismo, heterogeneidade: nem sempre o outro é o mesmo. In: BRAIT, B. (org.). *Estudos enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas*. Campinas: Pontes/FAPESP, 2001, p. 7-25.

BROWN, P.; LEVINSON, S. *Politeness. Some Universals in Language Use*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

CHARAUDEAU, P. *Discurso político*. Tradução Fabiana Komesu; Dílson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006.

CHOULIARAKI, L. FAIRCLOUGH, N. *Discourse in Late Modernity*. Rethinking critical discourse analysis. Edinburg: Edinburg University Press, 1999.

CULIOLI, A. Rôle des représentations métalinguistiques em syntaxe. *XIII Congrès International de Linguistique*. Tóquio: Paris VII, 1982, p. 1-30.

CUNHA, D. A. C. Formas metaenunciativas na falada e escrita. In: BARROS, K. S. M. (org.). *Produção textual: interação, processamento, variação*. Natal: EDUFRN, 1999, p. 45-51.

_____. A metacomunicação na atividade discursiva dialogada. In: BARROS, K. S. M. (org.). *Atividades de interação verbal: estratégias e organização*. Natal: Imprensa Universitária UFRPE, 2002, p. 31-38.

DECLERQ, G. *L'Art d'Argumenter*. Structures rhétoriques et littéraires. Paris: Éditions Universitaires, 1992, p. 7-96.

DUCROT, O. O Dizer e o dito. Tradução Eduardo Guimarães. Campinas : Pontes, 1987.

_____. *Argumentation rhétorique et argumentation linguistique*. Paris: E.H.E.S.S., s/d (mimeo).

EGGS, E. Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna. In: AMOSSY, R. (org). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Tradução Dílson Ferreira da Cruz; Fabiana Komesu; Sírío Possenti. São Paulo: Contexto, 2005, p. 29-56.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Coordenadora de tradução Izabel Magalhães. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

FAVERO, L. L.; ANDRADE, M. L. C. V. O; AQUINO, Z. G. O. Correção. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. Campinas: Editora da UNICAMP, vol. I, 2006, p. 255-273.

FRANÇOIS, F. *Pratiques de l'oral*. Paris: Nathan, 1994.

GARFINKEL, H. *Studies in Ethnomethodology*. Cambridge: Polity Press, 1984.

GAULMYN, M. M. Reformulation et planification metadiscursives. In: COSNIER, J.; KERBRAT-ORECCHIONI (orgs.). *Décrire la conversation*. Collection Linguistique et Sémiologie. PUL, 1987.

GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Editora da UNESP, 1991. 177p.

GOFFMAN, E. *Les Rites d'Interaction*. Paris: Éd. De Minuit, 1974.

_____. A situação negligenciada. Tradução Pedro M. Garcez. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (org). *Sociolinguística Interacional*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002, p. 13-20 (Tradução do original de 1964).

HERITAGE, J. C. Etnometodologia. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. H. *Teoria social hoje*. Tradução Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 321-392.

HILGERT, J. G. Esboço de uma fundamentação teórica para o estudo das atividades de formulação textual. In: CASTILHO, A. T (org.). *Gramática do português falado: as*

abordagens. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, vol. III, 1993, p. 99-115.

_____. Parafraseamento. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. Campinas: Editora da UNICAMP, vol. I, 2006, p. 275-299.

HONNETH, A. Teoria Crítica. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. H. *Teoria social hoje*. Tradução Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 503-552.

JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. 4. ed. Tradução Isidoro Blikstein; José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1969.

JUBRAN, C. C. A. S. A metadiscursividade como recurso textual-interativo em entrevista televisiva. In: BARROS, K. S. M. (org.). *Produção textual: interação, processamento, variação*. Natal: Editora da UFRN, 1999, p. 9-19.

_____. Marcadores metadiscursivos em entrevista televisiva: funções textuais-interativas. *Estudos Linguísticos XXXI*. São Paulo, cd-room, 2002.

_____. Especificidades da referenciação metadiscursiva. In: KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 219-241.

_____. Introdução – A perspectiva textual-interativa. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. Campinas: Editora da UNICAMP, vol. I, 2006a, p. 27-36.

_____. Modalidades de metadiscurso. Trabalho apresentado durante o minicurso “Aspectos sociocognitivos-interacionais da organização textual” por ocasião do V ELFE, Maceió, 20-24 de novembro de 2006 (2006b).

_____. Parentetização. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. Campinas: Editora da UNICAMP, vol. I, 2006c, p. 301-357.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. *Análise da conversação: princípios e métodos*. Tradução Carlos Piovezani Filho. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. 143p.

KOCH, I. G. V. et. Al. Proposta teórica do grupo de organização textual-interativa do PGPF. 1994, mimeo.

_____. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. *Introdução à lingüística textual: trajetória e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KRISTEVA, J. *Introdução à semanálise*. Tradução Lúcia Helena França Ferraz. São Paulo: Perspectiva, 1974.

MAGALHÃES, I. Introdução: a Análise de Discurso Crítica. In: *DELTA*. São Paulo: Educ, 2005, v. 21, n. especial, p. 1-11.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes Editora da UNICAMP, 3. ed., 1997.

_____. *Análise de textos de comunicação*. Tradução Cecília P. de Souza-e-Silva; Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *Ethos, cenografia e incorporação*. In: AMOSSY, R. (org). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Tradução Dílson Ferreira da Cruz; Fabiana Komesu; Sírío Possenti. São Paulo: Contexto, 2005, p. 69-92.

_____. L'ethos, de la rhétorique à l'analyse du discours. Texto retirado da internet (em 23 de agosto de 2006), 14p.

MARCUSCHI, L. A. Repetição. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. Campinas: Editora da UNICAMP, vol. I, 2006, p. 219-254.

_____; KOCH, I. G. V. Referenciação. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. Campinas: Editora da UNICAMP, vol. I, 2006, p. 381-399.

MAURO, M. A. F. Argumentação e discurso. In: MOSCA, L. L. S. (org.). *Retóricas de ontem e de hoje*. São Paulo: Humanitas, 2001, p. 183-200.

MILIBAND, R. Análise de classes. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. H. *Teoria social hoje*. Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 471-503.

MOSCA, L. L. S. Velhas e novas retóricas: convergências e desdobramentos. In: MOSCA, L. L. S. (org.). *Retóricas de ontem e de hoje*. São Paulo: Humanitas, 2001, p. 17-57.

NEIS, I. A. . Por uma lingüística textual. *Letras de hoje*. Porto Alegre, n. 44, 1981, p. 20-39.

PARSONS, T. *The Structure of Social Action*. New York : McGraw-Hill Book Company, 1964 (original de 1937).

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *O tratado da argumentação: a nova retórica*. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996 (Tradução do original de 1958). .

PRETI, D. Normas para transcrição. In: Preti, D. (org.). *Análise de textos orais*. 4. ed. São Paulo: Humanitas/USP, 1999, p. 11-12.

_____. Papéis sociais e formas de tratamento em “A Ilustre Casa de Ramires”, de Eça de Queiroz. In: BERRINI, B. (org.). *Eça de Queiroz: A Ilustre Casa de Ramires*. Cem anos. São Paulo: Educ/FAPESP, 2000.

RAJAGOPALAN, K. *Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003 (Coleção Linguagem 4).

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

REY-DEBOVE, J. *Le metalangage*. Paris: Armand Colin, 1978.

RISSO, M. S. A propriedade auto-reflexiva do metadiscurso. In: BARROS, K. S. M. (org.). *Produção textual: interação, processamento, variação*. Natal: Editora da UFRN, 1999, p. 203-214.

_____. A emergência da atividade discursiva no texto falado: sinalização metadiscursiva da busca da denominação. *Estudos Lingüísticos XXXI*. Assis, 2001, p. 103-111.

_____; JUBRAN, C. C. A. S. O discurso auto-reflexivo: processamento metadiscursivo do texto. *DELTA*, v.14, especial, 1998, p. 227-242.

ROBINSON, W. P. *Linguagem e comportamento social* (Tradução de Jamir Martins). São Paulo: Cultrix, 1977.

ROBRIEUX, J. J. *Éléments de Rhétorique et d'Argumentation*. Paris:Dunod, 1993.

SANKOFF, D. *VARBRULE2*. Mimeographed, Université de Montréal, 1975.

TRAVAGLIA, L. C. O relevo no português falado: tipos e estratégias, processos e recursos. In: NEVES, M. H. M. (org.). *Gramática do português falado: novos estudos*. Campinas: Editora da UNICAMP/Humanitas/FAPESP, 1999, vol. VII, p. 77-130.

VAN DIJK, T. A. *Studies in the Pragmatics of Discourse*. Berlin: Mouton, 1981.

_____. Discurso, poder y cognición social. *Cuadernos*. N°2, Año 2. Octubre de 1994. Maestría en Lingüística. Escuela de Ciencia del Lenguaje y Literaturas. Texto retirado da internet (em 6 de junho de 2007).

_____. El análisis crítico del discurso. Traducción Manuel González de Ávila. *Anthropos*, Barcelona, 186, septiembre-octubre, 1999, p. 23-36. Texto retirado da internet (em 6 de junho de 2007).

_____. Ideología y análisis del discurso. *Utopia y Praxis Latinoamericana*, Maracaibo, 10, n° 29, Abril-Junio, 2005, p. 9-36. Texto retirado da internet (em 6 de junho de 2007).

_____; KINTSCH, W. *Strategies of Discourse Comprehension*. New York: Academic Press, 1983.

WATLAWICK, P.; BEAVIN, J. H.; JACKSON, D. *Pragmática da comunicação humana*. Um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação. São Paulo: Cultrix, 1973.